



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**

**ANTONIO CARLOS FERREIRA BONFIM**

**BH/UFC**

**REPRODUÇÃO SOCIAL, TRABALHO E EDUCAÇÃO**  
**UM ESTUDO À LUZ DA ONTOLOGIA DO SER SOCIAL DE LUKÁCS**

**FORTALEZA – CEARÁ**

**2003**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**

**ANTONIO CARLOS FERREIRA BONFIM**

BH/UFC

**REPRODUÇÃO SOCIAL, TRABALHO E EDUCAÇÃO**

**UM ESTUDO À LUZ DA ONTOLOGIA DO SER SOCIAL DE LUKÁCS**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Federal do Ceará, para a obtenção do título de Mestre em Educação.

**FORTALEZA – CEARÁ**

**2003**

**DADOS CURRICULARES**  
**ANTONIO CARLOS FERREIRA BONFIM**

**NASCIMENTO:**

16. 04. 1965.

**FILIAÇÃO:**

Raimundo Nonato Bonfim

Raimunda Ferreira Bonfim

**CARREIRA ACADÊMICA:**

**1995 – 1999:**

Curso de Graduação: Educação

Universidade Estadual do Ceará

Monitoria: Metodologia do Trabalho Científico, 1998.2, 204h/a, UECE.

Monografia:

*Práxis Humana e Autocriação do Ser Social*

Orientador: Eptácio Macário Moura

**2001 – 2003:**

Curso de Pós-Graduação em Educação Brasileira, nível de Mestrado

Universidade Federal do Ceará

Estágio Docência em Ensino Superior: Faculdade de Educação da UFC, 2002.1.

Dissertação:

*Reprodução Social, Trabalho e Educação: um estudo à luz da ontologia do ser social de Lukács*

Orientador: Ozir Tesser

**DOCÊNCIA:**

**2003:**

Professor Substituto de Economia Política. Departamento de Teoria Econômica da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade

Universidade Federal do Ceará





**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
**Curso de Mestrado em Educação**



Título do Trabalho:

**REPRODUÇÃO SOCIAL, TRABALHO E EDUCAÇÃO:**  
**um estudo à luz da ontologia do ser social de Lukács**

Autor:

**Antonio Carlos F. Bonfim**

Defendida ao 25º dia do mês de novembro do ano de 2003

Resultado: dissertação de mestrado aprovada com louvor.

Comissão Julgadora:

**Prof. Dr. Erasmo Miessa Ruiz (UECE)**

**Prof. Dr. Ozir Tesser (UFC)**

Presidente e Orientador

**Profª. Drª. Sandra Cordeiro Felismino (UFC)**

DEDICATÓRIA OS

BH/UFC

BH/UFC

A CAPES

Prof. Celso Tessari

À Lília

e ao Lukas.

## AGRADECIMENTOS



À CAPES,

Ao professor e orientador Ozir Tesser,

Ao professor Sergio Lessa,

E ao amigo e professor Epitácio Macário;

Por tornarem possível este trabalho.

## RESUMO

BH/UFC

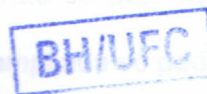
Este estudo demonstra os problemas gerais que configuram a reprodução social. Delineando as especificidades das mediações do trabalho e da educação. A base referencial de análise é a *Ontologia* do ser social de Lukács, sobretudo o capítulo A *Reprodução*. Diferente de outros autores, como por exemplo Marx, Rosa Luxemburg, Bourdieu e Passeron, a categoria da "reprodução" em Lukács ganha uma abordagem ampla e complexa, como momento essencial para a explicitação da continuidade do ser da vida social humana, por meio de suas várias etapas no decorrer da história. Ser que só se reproduz por ter por substrato material um ser orgânico e um ser inorgânico. E destes seres ele jamais pode se tornar independente. Porém, o ser social, por intermédio da reprodução, cada vez mais vai afastando de si as barreiras naturais, seus vínculos imediatos com o mundo natural, quando suas categorias de configuração predominantemente natural vão *pari passu* ganhando predominância puramente social; como exemplo é visto os casos da alimentação, da sexualidade e da divisão do trabalho. Por outro lado, diverso da reprodução do ser orgânico, a reprodução social se efetiva mediante dois pólos distintos mas dialeticamente imbricados: reproduções do indivíduo e da sociedade. Reproduções socialmente mediadas por inúmeros complexos, como o trabalho, a linguagem, a educação, a divisão do trabalho, a cooperação, a ideologia, a regulação das relações e atividades sociais etc. O presente estudo analisa, diante de todo esse quadro categorial mais geral, as mediações específicas do trabalho e da educação.

Palavras-chave: reprodução, ser social, trabalho e educação.

INTRODUÇÃO .....	10
CAPÍTULO I REPRODUÇÃO SOCIAL E AS ESFERAS DO SER .....	24
1 Ser Inorgânico, Orgânico e Social .....	24
2 Diferenciação e Articulação entre as Esferas do Ser .....	30
CAPÍTULO II REPRODUÇÃO ORGÂNICA E REPRODUÇÃO SOCIAL .....	35
1 Nexos e Analogias .....	35
2 Distinções Gerais do Ser .....	37
3 Relações entre Reprodução, Prioridade Ontológica e Mediação Social .....	45
CAPÍTULO III REPRODUÇÃO SOCIAL COMO AÇÃO DE AFASTAMENTO DAS BARREIRAS NATURAIS .....	54
1 Tendências Históricas da Reprodução .....	54
2 Afastamento das Barreiras Naturais no Processo da Reprodução Social.....	57
2.1 A alimentação .....	57
2.2 A sexualidade .....	59
2.3 A divisão do trabalho .....	63
2.3.1 Divisão natural do trabalho .....	65
2.3.2 Divisão social do trabalho .....	66
2.3.3 Divisão entre cidade e campo .....	69
2.3.4 Divisão da sociedade em classes sociais .....	73
CAPÍTULO IV TRABALHO E EDUCAÇÃO NO PROCESSO DA REPRODUÇÃO SOCIAL.....	87
1 Reprodução e Mediação Social.....	87
2 A Origem das Mediações Sociais .....	89
3 Reprodução e Mediação do Trabalho e da Educação.....	93
3.1 O Trabalho .....	94
3.1.1 As peculiaridades ontológicas comuns à mediação do trabalho.....	97
3.2 A Educação .....	104
3.2.1 As peculiaridades ontológicas comuns à mediação da educação.....	105
3.2.2 Educação e relação entre as maturações biológica e social.....	109
4 Trabalho e Educação: distinção e conexão.....	115
CONCLUSÃO .....	118
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	123
ABSTRACT .....	126



## INTRODUÇÃO



### *1 A História da Categoria da Reprodução nas Ciências Humanas*

A sociedade humana se constitui dialeticamente por meio de uma base material, a estrutura econômica, e por uma esfera espiritual, a dimensão da superestrutura. Os primeiros estudos acerca da reprodução tiveram como “enfoque prioritário” à análise da estrutura econômica. Ao que parece, foram os fisiocratas os primeiros a traçar idéias sobre ela.<sup>1</sup>

Quesnay (1996, p. 211-217, 302-314), por exemplo, dizia que a sociedade se reduzia a três classes econômicas: “a classe produtiva”, que engloba todos os trabalhos e despesas feitas na agricultura; “a classe dos proprietários”, composta pelos possuidores de terras; e “a classe estéril”, formada por todos aqueles ocupados em outros serviços e trabalhos que não a agricultura, como os dedicados à indústria, ao artesanato e ao comércio. E defendia que a única classe produtiva geradora de valor, de produto excedente, portanto de uma reprodução ampliada, era a classe associada à agricultura explorada de forma capitalista. Já a classe associada à indústria, ao artesanato e ao comércio apenas efetivava a “reprodução de valores já preexistentes”.

Os teóricos da Economia Política Clássica, especialmente Smith e Ricardo, pensavam diferente dos fisiocratas. Para eles, o segredo da reprodução ampliada da economia está na capacidade de acúmulo de capital. E, segundo eles, isso se consegue pelo emprego de trabalhos produtivos em geral, isto é, pelos trabalhos produtores de

---

<sup>1</sup> Existe um material vasto sobre o estudo da reprodução. Mas, de início, aqui se informa que não constitui o objetivo deste trabalho o exame crítico desse material. Todavia, será feita uma apresentação sumariada das idéias mais gerais acerca dela, de acordo com o ponto de vista de alguns autores que serão postos em destaque.

excedente, laborados na terra, na indústria, no comércio etc., e não só pelo trabalho agrícola, como defendiam os fisiocratas. Entretanto, a reprodução ampliada só pode vir a ocorrer, de fato, se o excedente dos trabalhos passados for capitalizado, quer dizer, destinado ao emprego adicional na contratação de uma quantidade nova de mão-de-obra produtiva (capital variável), que realizará, sobre a escala da riqueza anterior, um excedente acrescido, um quantum a mais de valor: desse processo surge a reprodução ampliada (Smith, 1996, V. I, p. 333-348; Ricardo, 1996, p. 209-217).

Marx, em *O capital*, retoma o problema e lhe dá um tratamento científico mais elaborado. Para ele, existe uma intrincada dialética entre produção e reprodução. Porque, qualquer que seja a estrutura econômica de uma dada sociedade, “o processo social de produção é, portanto, ao mesmo tempo, processo de reprodução” (Marx, 1996, Livro I, Tomo 2, p. 199). E nesse contexto identifica duas formas distintas de reprodução, uma “simples” e outra “ampliada”.

A reprodução simples é mera reiteração do processo de produção na mesma escala. A reprodução ampliada, por sua vez, decorre de um processo cuja produção é realizada acima das necessidades imediatas de consumo, mediante um excedente econômico – nesse caso o resultado do processo reprodutivo não coincide com o inicial. Na história da reprodução da estrutura econômica, essas duas formas variam de acordo com a particularidade de cada sociedade. Todavia, o interesse de Marx é o de descobrir o real ponto de origem, a essência, da reprodução ampliada inerente à ao “modo de produção capitalista e suas relações correspondentes de produção e de circulação”.

Depois de acuradas pesquisas, descobriu que a essência se encontra sobre a exploração da classe trabalhadora, na extorsão e apropriação privada, por parte da classe capitalista, da mais-valia (Mehrwert) produzida coletivamente por ela. Sendo que uma parte da Mehrwert, em vez de ser consumida pelo capital, é, ao contrário, produtivamente investida no processo (capital constante e capital variável), daí decorrendo a reprodução da riqueza social em dimensões ampliadas, plasmada em índices crescentes de acumulação de capital. Desse modo, havia desvelado a essência

da “reprodução ampliada” comum à economia capitalista. Mas só em parte, segundo Rosa Luxemburg.

A teórica polonesa desenvolve, a partir das idéias de Marx, toda uma obra específica (inovadora e polêmica) em torno do problema da reprodução da economia capitalista. Para quem a “reprodução ampliada” não é nenhuma invenção do capital (1985, p. 14). Ela pode ser observada durante os estádios do desenvolvimento social, desde as sociedades pré-capitalistas, cujas economias se encontram baseadas na produção de excedentes. Diz que, nessas sociedades, só uma ampliação gradual da produção acima das necessidades imediatas, e o crescimento constante da população e das necessidades destas criam, ao mesmo tempo, a base econômica e o impulso para o desenvolvimento social. Assim, todos os progressos verificados na produção e os grandes monumentos sociais, como as obras hidráulicas do Oriente, as pirâmides egípcias, as estradas militares romanas, as ciências e as artes gregas, a evolução do artesanato e das cidades medievais, seriam impossíveis sem a reprodução ampliada (Idem, *ibidem*, p. 14).

Porém, a teórica polonesa diz que só com o capitalismo, cuja produção não é uma produção voltada para o consumo, mas para a valorização do valor, é que a “reprodução ampliada” se torna em força propulsora da economia. Efetivada por meio da capitalização progressiva da mais-valia em escala crescente de *acumulação* do capital. E, em oposição a Marx, vai defender que a continuidade da reprodução ampliada não depende apenas da própria relação entre as classes capitalista e trabalhadora, mas igualmente depende de um mundo socioeconômico não-capitalista, ou seja, de mercados locados fora das fronteiras do capital – e enquanto existirem esses mercados, a *acumulação do capital* estará garantida.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Em torno desta questão, polêmica, há toda uma discussão feita por vários teóricos marxistas e não marxistas. No entanto, como já foi antes alertado, essa discussão não será objeto de análise deste presente estudo. O objetivo aqui é de apenas apresentar de modo sumário a história dos problemas relativos à categoria da reprodução, sem contudo entrar no teor de suas polêmicas.

Verifica-se que o problema da “reprodução” vinha sendo abordado sob o ângulo dominante da estrutura econômica. Enquanto, a outra dimensão, a superestrutura, as relações sociais e políticas, as expressões ideológicas e culturais, não recebiam tratamento na mesma magnitude. Através dessa consciência foi que emergiu a Escola de Frankfurt,<sup>3</sup> cuja crítica filosófica que desenvolveu tinha por mote a idéia que se segue: a racionalidade da dominação da natureza para fins de valorização da economia, submete a cultura à ditadura, à manipulação e à reprodução da racionalidade capitalista, deslocando-a da sua verdadeira função: a liberdade e a emancipação humana. Assim os frankfurtianos elegiam a superestrutura social como problema chave e central da atividade crítica. E quando teciam críticas à economia (mundo da razão instrumental), essas eram feitas a partir da perspectivas da crítica cultural (Kulturkritik).

Contudo, um estudo exclusivo sobre a reprodução, a partir do prisma essencialmente superestrutural, vai surgir mais precisamente através da obra *A Reprodução*, de Bourdieu e Passeron. Os dois autores abordam o problema focando-o a partir do caráter reprodutivista da educação. Nesses autores, a análise é de cunho gnosiológico, ou seja, baseada em axiomas universais formalmente traçados – e não mediante uma análise fundamentada na própria realidade imanente à reprodução social, no seu modo de se realizar no chão da história, com toda as conseqüências de seu desenvolvimento contraditório e desigual.

Em linhas gerais, os autores partem do princípio de que “toda forma de sociedade”, seja qual for ela, estrutura-se por meio de um sistema de relações de “força material” estabelecidas entre grupos ou classes. Sobre a base da relação de “força material” (dominação econômica) ergue-se um sistema de relações de “força simbólica” (dominação cultural), cuja função é manter, via camuflagem, a força material, isto é, a dominação econômica do grupo ou classe dominante sobre os dominados. Todavia,

---

<sup>3</sup> Escola associada aos intelectuais: Horkheimer, Adorno, Marcuse, Benjamin, Lowenthal, Neumann, Fromm, Kirchheimer, Pollock, Wittogel e Habermas.

segundo os autores, as duas formas de dominação, material e simbólica, são igualmente formas de “violência” – material e simbólica.

A violência material sobre os dominados é possível por causa da violência simbólica (dominação cultural). Esta é exercida através de várias formas: manipulação da opinião pública, religião, a arte e a literatura, propaganda, moda, educação etc. Entretanto, é a ação pedagógica institucionalizada (imposição arbitrária da cultura), ou seja, a educação escolar, que se constitui em principal forma de “violência simbólica”. Nesse terreno, necessariamente a educação tem por função central reproduzir a dominação cultural e em consequência a dominação econômica – por parte da classe dominante sobre os grupos ou classes dominadas: à educação não resta outra função a não ser esta (Bourdieu & Passeron, 1975, p. 19-75). Nesse sentido, a reprodução social é sempre a reprodução das desigualdades sociais, é sempre a reprodução da violência material e simbólica – independentemente de qualquer forma social.

As idéias até aqui desenvolvidas acerca da categoria da reprodução, demonstram uma coisa peculiar: ora ela é abordada pelo prisma da economia, ora pelo prisma da cultura; quer dizer, é analisada pelos seus extremos. E como se delinea a análise da reprodução na *Ontologia* do ser social de Lukács? Ela se enquadra nesse mesmo esquema?



## *2 Ontologia do Ser Social de Lukács e a Categoria da Reprodução*

A reflexão ontológica sobre a origem e a substância do ser da vida social se tornou um desafio central na vida de Lukács, sobretudo em sua fase tardia. Ela começa a se efetivar, com mais precisão, nos anos iniciais da década de 1960, logo após a publicação, em 1963, da sua inconclusa *Estética* (primeira parte em dois volumes, de um conjunto que deveria compor mais duas partes), quando dá início ao planejamento das idéias gerais para a elaboração de uma *Ética Marxista*, para a qual ele já “vinha recolhendo grande quantidade de materiais preliminares pelo menos desde o fim dos anos de 1940” (Oldrini, 2002, p. 51).

Por esse tempo, o filósofo húngaro concluiu que A *Ética* que tinha em mente devia ser precedida de uma "Introdução", destinada ao exame ontológico dos comportamentos fundamentais e da estrutura profunda do ser da vida social. Com esse objetivo, a partir de 1964, ao 79 anos de idade, principia a redação dessa "Introdução". A *Ética*, por sua vez, permaneceu na fase de projeto. E a *Introdução*, que iria absorver os 7 últimos anos de sua vida, realizou-se sob o título de *Ontologia do Ser Social* (Tertulian, 1996).

Mas mesmo tendo sido projetada para ser uma "Introdução à *Ética Marxista*", a *Ontologia do Ser Social* havia se tornada uma obra autônoma (Oldrini, 2002, p. 52). Com dimensões de uma grande obra filosófica sem precedentes e inédita no interior da história do marxismo – revigorou o pensamento marxiano acerca da vida social.<sup>4</sup> Lukács tinha noção disso, mesmo manifestando, em carta a seu editor oeste-alemão Frank Benseler, datada de 5 de agosto de 1970, a não satisfação plena com o seu manuscrito. Em outra ocasião, em março de 1971, em conversa com Tertulian, confessou: "a *Ontologia* é uma ciência filosófica ainda jovem; não consegui expressar as minhas idéias como o fiz na *Estética*". Contudo, de acordo com Tertulian (1996), Lukács estava persuadido, ao fim da vida, que foi através da *Ontologia* que forneceu a expressão essencial e definitiva do seu pensamento, mesmo não a concluindo. Ao morrer, em 4 de

<sup>4</sup> O pensamento marxiano sobre a vida social de igual modo é uma *Ontologia*. Mas uma *Ontologia* peculiar, por algumas razões, segundo Lukács. Em primeiro lugar, ela se apresenta através de uma situação paradoxal (Lukács, 1979b, p. 11): "Por um lado, qualquer leitor sereno de Marx não pode deixar de notar que todos os seus enunciados concretos, se interpretados corretamente (isto é, fora dos preconceitos da moda), são entendidos, em última instância, como enunciados diretos sobre um certo tipo de ser, ou seja, são afirmações ontológicas. Por outro lado, não há nele nenhum tratamento autônomo de problemas ontológicos; ele jamais se preocupa em determinar o lugar desses problemas no pensamento, em defini-los com relação à gnosologia, à lógica etc., de modo sistemático ou sistematizante". Em segundo lugar, diferente da *Ontologia* de Lukács, a ontologia marxiana (excetuando as obras "O 18 Brumário" e "A Guerra Cível na França") tem como o centro predominante de análise "o modo de produção capitalista e as suas relações correspondentes de produção e de circulação" (Marx, 1996, V. I, T. 1, p. 130). Porém, observa Lukács (1979b, p. 15): "mas o fato de que a economia seja o centro da ontologia marxiana não significa, absolutamente, que sua imagem do mundo seja fundada sobre o 'economicismo' (Isso surge apenas em seus epígonos, que perderam toda noção do método filosófico de Marx; um fato que contribuiu bastante para desorientar e comprometer o marxismo no plano filosófico)".

junho de 1971, deixou para a posteridade uma obra inconclusa em forma de um volumoso manuscrito, em torno de mais de 2.000 páginas (Tertulian, 1996).

Diante do exposto, cumpre salientar que a *Ontologia* de Lukács é radicalmente distinta daquelas de caráter tradicional – ou metafísico. A base da sua estruturação, as categorias, não é esboçada segundo um recurso apriorístico, tal como fazem as tradicionais. Estas preconizavam um sistema de categorias cuja existência é dotada de vida própria, fixa, inflexível, que não ganha corpo e forma histórica. E quando incorpora a história, como no caso da ontologia sistemática de Hegel, esta não é a história real – mas a história absoluta e teleológica; uma mera abstração, fruto do livre pensar.

Na *Ontologia* de Lukács, ao contrário, o quadro das categorias tem por meta demonstrar, com a maior aproximação possível, o complexo movimento objetivo da “realidade real” determinada historicamente, e traduzida em conceitos (abstrações) pela mediação ativa do pensamento investigativo. Isso em virtude de Lukács se apoiar nas bases do materialismo histórico e dialético nos quais se assenta a ontologia do ser social de Marx. Ontologia que trata a sociedade (*die Gesellschaft*), seja qual for a sua forma histórica, como produto objetivo originário das relações recíprocas dos homens. E as categorias (*Kategorien*) são apenas abstrações dessas relações e que elas são verdades apenas enquanto perduram essas relações. Assim, em Marx (1977, p. 224), as categorias exprimem “formas de existência, condições de “existência determinadas” (*Daseinsformen, Existenzbestimmungen*). Exceto aquelas formuladas *a priori* que, “desde o começo do mundo, dormitam no seio de Deus Pai”, como ironicamente diz Marx (Marx & Engels, 2001, p. 432-441).

E as categorias mais abstratas (universais), válidas para todas as épocas históricas do ser social – como por exemplo o trabalho, a linguagem, a economia, a ideologia, a educação etc.? De igual modo “são um produto de relações históricas e só possuem ‘plena validade’ [*ihre Vollgültigkeit*] para tais relações e no seu interior” (Marx, 1977, p. 223). Quer dizer, por serem abstrações gerais são de validade universal. Mas no

chão da realidade só existem por meio de uma “forma histórica”, comum a uma sociedade específica: o trabalho, a linguagem, a divisão do trabalho, a ideologia, a educação se efetivam mediante uma forma histórica específica: capitalista, feudal, escrava, antiga, comunal etc. Toda essa questão básica norteadora da ontologia do ser social de Marx, em que se encontra fundamentada a *Ontologia* de Lukács, remete para o complexo problema da categoria da abstração (Abstraktion).

Lukács (1979b, p. 48) observa que nas “visões primitivas acerca da realidade”, seja esta de caráter social ou de caráter natural, todos os reflexos acerca dela que se apresentam imediatamente como produtos do pensamento (abstrações) eram atribuídos a uma suposta atividade autônoma da consciência. Nesse aspecto, sentencia o pensador húngaro, a ontologia de Marx, na sua maneira de tratar a abstração (Abstraktion), revela-se inovadora. Cabe apresentar alguns exemplos. Animais tipo baleias, morcegos, onças, primatas, ratos, homens etc., são bichos diferentes por possuírem características especiais que os distinguem. No entanto, há neles um grande traço natural que ao mesmo instante abstrai as diferenças e os iguala em uma unidade, tornando-os diferentes dos ovíparos: a mama. Esse elemento de igualação “mama”, designa uma “abstração”: mamífero.

A expressão “ser social”, por sua vez, é uma abstração que designa a forma de vida humana, mediante um “grande traço comum” que a especifica como vida de um ser determinado socialmente, e não naturalmente: a criação do novo através das posições teleológicas singulares dos indivíduos. A Argentina, Brasil, Estados Unidos da América, França, Inglaterra, Japão, logicamente não são sociedades iguais, precisamente em função de apresentarem diferenciados traços econômicos, sociais, políticos, tecnológicos, culturais, lingüísticos etc. Porém, ao mesmo instante, nelas estão envolvidos outros traços que abstrai essas diferenças e as igualam formando uma unidade, identificando-as como “sociedades capitalistas”: a produção dos produtos como mercadoria, a dominância do capital e a forma do trabalho como trabalho assalariado se



tornam absolutos. Assim, a unidade configurada por grandes traços característicos que igualam diferenças, designa uma abstração.

Mas este é o lado simples do conceito de abstração. A inovação em Marx, diz Lukács, resume-se no fato de ele ter descoberto que “o processo de abstração é um processo real no âmbito da realidade em geral”. Ou seja. A realidade realiza abstração: a unidade (abstração) consubstanciada mediante traços peculiares que igualam diferenças, é resultado de um processo posto pelo real. E esse tipo de abstração, vai dizer Lukács (1979b, p. 49), é tão objetivo como a “dureza ontológica da faticidade, diga-se assim, de um automóvel que atropela uma pessoa”.

Sobre esse ponto emerge um outro. Mormente as abstrações puramente sociais, como valor-mercadoria, fetichismo, trabalho abstrato etc., se furtam à verificação imediata por parte do pesquisador. Para esses casos não podendo servir os microscópios nem os reagentes químicos, isto é, nem instrumentos e experimentos empíricos. Como dizia Marx (1996, Livro I, Tomo 1, p. 129-130), “a faculdade de abstrair deve substituir ambos”. Isto não quer dizer que, os fenômenos puramente sociais, não sejam suscetíveis de investigação histórica e de ilustração com fatos. Significa afirmar que se o pesquisador não for para além do sensível (mas sem dele abdicar em absoluto), mediante a “capacidade de abstração do pensamento”, isto é, de isolar *in abstracto* certos aspectos da realidade para a análise intensiva, provavelmente se encontrará aquém da possibilidade de capturar as “abstrações reais” postas pelo processo social.<sup>5</sup>

Por tal motivo Lukács (1979b, p. 37) realçar de forma incisiva: “o conhecimento imediatamente direto de realidades imediatamente dadas desemboca

<sup>5</sup> Seria impossível a Marx analisar e demonstrar a forma valor-mercadoria, se não tivesse recorrido ao método de isolar *in abstracto* certos aspectos da realidade que envolve todo o processo da constituição do valor. Todo o volume I de *O capital* é dedicado à relação de capital e trabalho em suas formas “isolada” e “purificada”. Em função disso, ser o volume de difícil compreensão às primeiras leituras. Também seria impossível a Lukács desvendar os segredos da substância ontológica da categoria trabalho caso não recorresse ao necessário exercício da “abstração metódica” (1981, p. 135). De igual modo, o capítulo “O Trabalho”, contido no segundo volume da *Ontologia*, não leva à compressão imediata logo às primeiras leituras.

sempre em meras representações; por isso essas devem ser mais bem determinadas com a ajuda de abstrações isoladoras”. Contudo, ao recorrer a esse recurso metodológico em sua *Ontologia*, Lukács em nenhum momento esteve preso ao exercício da “pura abstração do pensamento deslocado da história”, do movimento dinâmico das abstrações postas pela realidade. Ao contrário, o ponto central de sua obra é o caráter de historicidade que a envolve em todos os momentos e em todos os temas por ela tratados – muito embora ao tratar de temas essencialmente históricos, não era sua intenção neles se aprofundar.

Mas o pensador húngaro detinha inteira consciência da necessidade de realizar uma ontologia enraizada na história. Pensando no fato refletiu certa vez: deve se desenvolver uma ontologia marxista capaz de determinar mais concretamente a unidade do materialismo histórico e do materialismo dialético: “à base de uma concepção que seja historicista sem cair no relativismo e que seja sistemática sem ser infiel à história” (Lukács, 2002, p. 128). Acreditava que só por esse meio livraria as análises sobre o ser da vida social dos influxos metafísicos, das tendências irracionalistas ou das racionalistas formais difundidas pelos neokantistas, neopositivistas e estruturalistas – como sempre costuma repetir em várias passagens do capítulo dedicado à análise dos “princípios ontológicos fundamentais de Marx” (Die ontologischen Grundprinzipien von Marx). E qual é a tarefa de sua *Ontologia* ?

Conforme o próprio filósofo, a *Ontologia* que realizou se orienta pela finalidade de determinar a origem e o desenvolvimento do ser social, através da análise das categorias centrais que lhe dão vida e lhe estruturam objetivamente, como o trabalho, a linguagem, a regulamentação das atividades sociais, a consciência, a ideologia, a alienação etc. Porém, como qualquer ente vivo, o ser social se mantém historicamente em virtude de se realizar mediante um contínuo fluxo de renovação, ou seja, mediante um incessante “processo de reprodução”. Mas em uma forma específica, distinta daquela comum à esfera orgânica, já que se efetiva pela reposição continuada dos indivíduos e da sociedade.

Para o filósofo húngaro, os indivíduos se reproduzem através de suas ações singulares práticas, as quais denomina de “posições teleológicas”; configuradas em duas formas: primárias e secundárias. Aquelas se realizam no espaço da relação entre homem e natureza, cuja mediação central é o trabalho, e elas geram a estrutura econômica – forças produtivas e relações de produção. E as posições teleológicas secundárias são as que se realizam no espaço das relações sociais em geral, cuja mediação imprescindível é constituída pela linguagem, a educação, a ideologia, a regulação das atividades e relações sócias, a política, a cultura etc., e elas geram a esfera espiritual. A reprodução da sociedade é a síntese da interação recíproca desse quadro dialético de relações. É precisamente nesse ponto que reside o *tertium datur* lukacsiano: a reprodução é abordada do ponto de vista da sua totalidade dialética.

Diante do exposto, cumpre destacar algumas teses fundamentais que, de modo geral, marcam a teoria de Lukács acerca da reprodução. A primeira tese sustenta que, diferente da reprodução que impera no mundo da esfera orgânica, a reprodução social se baseia em um dinamismo histórico de incessante “reiteração da criação do novo”, que tem por resultado a elevação do ser a novos e superiores patamares de sociabilidade. Isso ocorre devido ela ter por princípio transformações internas (nos sujeitos que agem na prática social) e externas (na própria dinâmica das relações sociais), a todo o momento.

A segunda tese defende que as transformações internas e externas fundamentam-se na peculiaridade comum ao trabalho, que consiste no fato de “os seus atos necessária e continuamente remeterem resultados para além de si mesmo”, criando novidades objetivas e subjetivas (Lukács, 1981, p. 135). Nesse sentido, ao criar tais novidades, estas provocam sucessivo desenvolvimento de novas necessidades nas esferas material e espiritual, que remetem para a exigência de novas formas de atividades e de novas relações. Todo esse quadro dinâmico retroage dialeticamente sobre a reprodução do indivíduo e da sociedade, causando-lhes transformações. Esse dinamismo é o fundamento da *continuidade* da existência da vida social. A terceira tese

ressalva que *continuidade* não corresponde a um simples “manter fixo” aquilo que já foi alcançado, mas também, sem que cesse esta atividade de fixação, é um ininterrupto progredir para além. É isso que não permite que a vida social e suas categorias permaneçam em um patamar estático (metafísico), mas sim em um dinamismo evolutivo que a leva a graus complexos de sociabilidade.

Diante dessas teses lukacsianas, não é possível pensar, por exemplo, a educação conforme pensaram Bourdieu e Passeron: como categoria de caráter meramente reprodutivista – de repor a sociedade sempre da mesma forma. Até porque a reprodução não se plasma pela determinação mecânica de uma única categoria. Ela é a síntese da interação recíproca de múltiplas mediações sociais.<sup>6</sup>

### *3 Problema, objeto, objetivo e estruturação do presente trabalho*

Após as considerações feitas acima, cabe dizer que o problema central que se propõe neste estudo é investigar e explicar a configuração dos problemas característicos gerais da reprodução social (as esferas do ser, a reprodução orgânica e social, a teoria do afastamento das barreiras naturais e as categorias trabalho e educação), de acordo com a Ontologia do Ser Social do pensador húngaro Georg Lukács (1885-1971).<sup>7</sup> Tendo por objeto de investigação o capítulo “A Reprodução”, em especial a

---

<sup>6</sup> No Brasil, a teoria de Bourdieu & Passeron passou a ser designada de “teoria crítico-reprodutivista”. Em razão de eles não verem a educação com outra função a não ser a de reprodução das desigualdades sociais. Por outro lado, os mesmos teóricos que fizeram essa crítica, passaram a atribuir uma função quase mágica para a educação, como se ela por si só fosse a força de transformação da sociedade. Desse modo, outras mediações da dialética transformativa foram minimizadas, como a economia, a política, o conflito e a luta de classes, os movimentos sociais, as visões de mundo (ideologias) etc. A transformação da conjuntura ou da estrutura da sociedade é resultado da síntese da contradição e conexão de várias mediações. A educação, nesse processo, joga um peso não desprezível.

<sup>7</sup> Edição italiana publicada em duas datas, 1976 (vol. I) e 1981 (vol. II-1 e II-2). Traduzida dos manuscritos originais datilografados em alemão, com o título *Zur Ontologie des gesellschaftlichen Seins*, por Alberto Scarponi. Em português houve a tentativa de tradução da obra completa. No entanto, só saíram, 1979, dois capítulos em dois volumes, traduzidos naquela ocasião por Carlos Nelson Coutinho: “A falsa e a Verdadeira Ontologia de Hegel” e “Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx”. São os dois últimos capítulos que compõem o conjunto que forma a primeira parte da *Ontologia*, “A Situação Atual dos Problemas”, com a seguinte estruturação: “Neopositivismo e Existencialismo”, “O progresso de Nikolai Hartmann no Sentido de

primeira seção que leva o nome de "Problemas gerais da reprodução". O objetivo é demonstrar, primeiro, os problemas norteadores da reprodução, e, segundo, evidenciar as particularidades das mediações do trabalho e da educação diante da reprodução. Ressalva-se que foram utilizados outros capítulos da *Ontologia*, como de outras obras de Lukács. Foram também consultadas obras de Marx.

Nesse exercício teve-se a liberdade, em muitos casos, de interpretar as categorias marxianas tratadas por Lukács à luz do próprio Marx, como, por outro lado, tentou-se compreender as categorias marxianas à luz das análises de Lukács. Igualmente teve-se a liberdade de buscar referência em outros teóricos marxistas e não marxistas, para fundamentar e enriquecer argumentos de assuntos associados à filosofia, história, economia, física, biologia, paleoantropologia. O fim foi enriquecer, com maiores detalhes, a sistematização do quadro das categorias que dão vida histórica à reprodução social.

• O trabalho se encontra estruturado em quatro capítulos. O primeiro versa sobre a relação e distinção ontológica entre as três esferas do ser, inorgânico, orgânico e social, cuja finalidade é revelar que a reprodução social não se encontra "virtualizada" e isolada da realidade do mundo natural.

O segundo capítulo consiste em descrever as analogias, distinções e conexões entre as reproduções orgânica e social, com o intuito de demonstrar que a reprodução social se realiza em meio à dupla determinação de uma insuperável base biológica e de uma ininterrupta transformação social dessa base. Nesse contexto, a reprodução da vida social, e da vida biológica na qual ela se assenta de modo fisiológico, é sempre mediada socialmente.

---

uma *Ontologia Verdadeira*", "A Falsa e a Verdadeira Ontologia de Hegel" e "Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx". Aqui é utilizada a tradução italiana e portuguesa. Mas, o autor do presente trabalho ressalva que do italiano verteu as citações selecionadas para o português com base em comparações de versões preliminares realizadas por pesquisadores associados ao estudo da *Ontologia* de Lukács no Brasil, entre eles a professora Éster Vaisman e os professores Ivo Tonet e Sérgio Lessa.

No terceiro capítulo se aborda a peculiaridade imanente à reprodução social, "o processo de afastamento das barreiras naturais"; cuja intenção é explicar a idéia segundo a qual o perene movimento histórico da reprodução social, as categorias mediadoras e mediadas vão se distanciando daquelas relações predominantemente naturais, e através desse processo vão alcançando formas puramente sociais, determinadas predominantemente a partir da sociedade.

Por fim, o último capítulo volve-se sobre o problema da relação entre reprodução e mediação social, sob a ótica particular do trabalho e da educação. O objetivo é evidenciar que o ser social é um complexo composto por complexos particulares e singulares. Estes últimos mediam o processo da reprodução social em seus dois pólos: a reprodução do indivíduo singular e da sociedade como totalidade. Lukács, para ilustrar como isso ocorre na realidade, apresenta especificamente dois complexos particulares, o Direito e a linguagem. Já este estudo destaca as mediações do trabalho e da educação – este como mediação fundamental à transformação e reprodução da consciência dos sujeitos que operam subjetivo-objetivamente na prática social; aquele como mediação central à produção e reprodução material do indivíduo e da sociedade. Mas cumpre ressaltar que a abordagem acerca dessas duas mediações se encontra inspirada nas próprias idéias de Lukács desenvolvidas no capítulo "A Reprodução".

## CAPÍTULO I

### REPRODUÇÃO SOCIAL E AS ESFERAS DO SER

#### 1 Ser Inorgânico, Orgânico e Social

Lukács não aborda o ser social, objeto central de análise de sua *Ontologia*, como um ser isolado da natureza. Ao contrário, o ser da vida social é uma unidade constituída por duas esferas ontológicas heterogêneas, mas articuladas entre si: a inorgânica e a orgânica. Essas esferas se impõem a Lukács como algo resolutivo para a tarefa de capturar os complexos problemas relativos à reprodução do ser social.

Ele próprio vai assegurar ser impossível fazer isso se não se compreender que “um ser social só pode surgir e se desenvolver sobre a base de um ser orgânico, e que esse último pode fazer o mesmo apenas sobre a base do ser inorgânico” (Lukács, 1978b, p. 3). Por isso urge como necessário iniciar essa exposição delineando, mesmo que de modo sumário, as características, distinções e conexões entre os níveis do ser, de acordo com sua “graduação objetiva”.

De início tem-se a esfera inorgânica. Esta é um complexo de complexos constituído por matéria: luz, calor, energia, processos sólidos, líquidos e gasosos. No conjunto é uma realidade plasmada por médio de “infinitas” inter-relações físico-químicas de partículas, átomos, moléculas, elétrons, prótons, nêutrons e quarks. São essas inter-relações as responsáveis pela materialização dos variados tipos de complexos particulares, representados por sistemas de diferentes ordens, como asteróides, planetas, estrelas, galáxias, nebulosas, buracos negros etc. No todo é uma esfera de primeira ordem, por ser originária e existente por si mesma, independente das outras esferas ontológicas.

Mas esta auto-existência é ativada por uma historicidade peculiar, desencadeada por leis físicas e químicas imanentes, cujo dinamismo detona transformações e evoluções contínuas no ser, desde seu surgimento.<sup>1</sup> Transformações e evolução determinadas por meio de uma essência histórica, qual seja: o contínuo movimento de “tornar-se outro”: a estrela ao perecer torna-se em buraco-negro, a pedra ao se desfragmentar torna-se em areia, a montanha ao sofrer erosão torna-se vale, a força mecânica de corpos opostos em interação torna-se calor, as diversas combinações causais de elementos físicos e químicos da matéria tornam-se em diversas formas de minerais etc. Em síntese, a esfera do ser inorgânico apresenta como traço ontológico duas características nodais: a independência em relação às outras esferas e a determinação de somente “tornar-se outro”.

A esfera orgânica, por outro lado, é o complexo de complexos da vida biológica. Vida caracterizada pela existência de organismos detentores de uma estrutura celular, de uma capacidade de se reproduzir, de realizar metabolismo e de evoluir. No geral é esfera formada tanto por micro-organismos (células, bactérias, ácaros etc.), quanto por macro-organismos (plantas, animais, insetos etc.). É ser de segunda ordem. Originado da transformação química da matéria inorgânica em matéria orgânica. Na totalidade, é um tipo de ser formado mediante dois complexos particulares: o vegetal e o animal. Complexos ativados por leis biofísicas e bioquímicas cujas legalidades

---

<sup>1</sup> Até antes de 1929 não havia ainda uma teoria convincente sobre a historicidade da origem da matéria inorgânica que constitui o Universo. Predominavam explicações míticas ou metafísicas, cujo teor girava em torno de uma origem principiada por Deus ou por uma força indeterminada, e cuja existência era caracterizada por um estado estático, ou seja, o universo era fixo, sem movimento. Entre os defensores dessa idéia estava Albert Einstein. Essa visão de mundo vai mudar quando, ao apontar seu telescópio para as galáxias, em 1929 Edwin Hubble (1889-1953) descobriu que elas estão em um contínuo processo de afastamento uma em relação às outras. A matéria do Universo, portanto, concluiu Hubble, não é estática. Diante de tal conclusão uma pergunta seguiu como inevitável. Se a matéria é dinamizada por movimento, qual força a impulsiona? Só poderia ser detonada mediante uma grande explosão – idéia sugerida em 1927 pelo cosmologista belga Georges Lemaître (1894-1966). Assim, mediante a sugestão de Lemaître e as descobertas de Hubble, a teoria do Big Bang passou a ser a explicação mais convincente sobre a origem da matéria formadora da esfera inorgânica.



expressam traços basilares que os impulsionam a um perene movimento de reprodução com ocorrência de sucessivos atos internos de mutações.<sup>2</sup> Traços designadores de “tendências evolutivas” de organismos simples para mais complexos, dentro de um quadro marcado pelo nascer, viver e morrer – traços esses sem paralelo no ser inorgânico (Lukács, 1981, p. 147).

Outra característica ainda mais geral tipifica a esfera orgânica: a capacidade de reprodução cuja essência é consubstanciada historicamente pelo incessante movimento de “reposição em si do mesmo ser vivo”, isto é, de um ente com a mesma natureza biológica comum a uma espécie (Idem, ibidem, p. 147): uma oliveira produz olivas, que trazem em si sementes as quais, por seu lado, ao fecundarem mais oliveiras, reporão o mesmo processo de reprodução biológica. É nesse sentido que se diz que a vida se caracteriza pela incessante “reprodução do mesmo” – essa é a essência histórico-universal da esfera orgânica.

Mas tal essência, em sua especificidade, realiza-se apenas por leis da **causalidade, com a mais completa ausência de elemento consciente de tipo teleológico.**<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup>As mutações são pequeníssimas mudanças, variações moleculares na atividade de reprodução de um organismo, cujos componentes bioquímicos constituem as bases biológicas da hereditariedade. As mutações em verdade são, ao lado dos processos adaptativos do organismo com o meio, as matérias-primas da marcha evolutiva; pois sem mutação não existiriam no curso da reprodução transformações orgânicas significativas, já que estas são resultados da progressiva acumulação de pequeníssimas modificações celulares que ou podem desaparecer ou se espalhar e se “fixando”, formando assim um novo gene, que, na sua incessante reprodução, combinação e articulação com outras moléculas, termina por provocar, na reprodução normal, mudanças qualitativas, até culminar no surgimento de um novo organismo, espécie etc.

<sup>3</sup> Lukács faz questão de esclarecer em sua *Ontologia* o problema da realidade teleológica como algo específico à esfera do ser social, mais precisamente limitado à práxis humana. Isso porque a teleologia foi levada tanto por Aristóteles quanto por Hegel à categoria universal, ora operando na natureza, ora na história. Em suas palavras: “A consequência disto é que toda a história da filosofia foi perpassada por relação de concorrência, através de uma insolúvel antinomia entre causalidade e teleologia. É conhecido o fato de que o finalismo sedutor do mundo orgânico de Aristóteles – cujo pensamento foi sempre e profundamente influenciado pela atenção que dedicava à biologia e à medicina – o fascinou de tal modo que o fez atribuir, no seu sistema, um lugar central à teleologia objetiva da realidade. Hegel, que percebeu o caráter teleológico do trabalho em termos ainda mais concreto e dialético que Aristóteles, fez, por seu lado, da teleologia o motor da história, e a partir disso, de toda sua concepção acerca do mundo” (Lukács, 1981, p. 19-20).

A passagem da semente à planta, do embrião ao animal, nada mais é senão uma continuidade regida por intermédio de leis naturais da causalidade biológica, pelo qual ocorre a reprodução de algo para outro de espécime semelhante dentro de uma mesma fronteira biologicamente comum, a fronteira reprodutiva da planta e do animal. Nesse contexto, semente e planta, embrião e animal, são momentos distintos, porém etapas de um mesmo dinamismo cuja essência é a “reposição do mesmo ser-vivo”. Claro que isso não elimina o fato do “surgimento do novo”, isto é, de novas espécies. Porém, isso é resultado natural de uma longa jornada evolutiva, na linhagem de reprodução de uma espécie em ambientes naturais em processos acidentais de transformações geológicas, ecológicas, climáticas, quando, nessa linhagem, causalmente ocorrem e se desenvolvem diferenciações genéticas na própria multiplicação sucessiva dos seres vivos.

Já a esfera do ser social é realidade definidora do mundo humano. Mundo de terceira ordem, fundado com base nas outras esferas. Contudo, não é “naturalmente fundada” como as demais, mas sim autofundada por meio de um movimento histórico calcado nas relações sociais. Do interior dessa realidade se funda sua essência caracterizada não pelo “tornar-se outro” e nem pelo “repor em si do mesmo ser vivo”, mas pela incessante “reiteração da criação do novo”, que dizer, pela incessante “dinamização do ser a novos e superiores patamares de sociabilidade”. Por isso Marx dizer que a essência da vida humana é posta historicamente por meio das relações sociais desencadeadas por intermédio das práxis dos indivíduos singulares, no ato de perseguirem responder ativamente as carências materiais e espirituais que os afligem – no âmbito da relação com a natureza e da relação dos indivíduos entre si.

Porém, diferente da atividade corrente no ser da natureza (inorgânico e orgânico), essencialmente realizada pelo império da absoluta causalidade espontânea, na esfera social a atividade objetiva (a práxis) de indivíduos que transformam, por exemplo, a matéria-bruta em matéria-prima, se realiza com o concurso de uma mediação de caráter social, originada das relações sociais e “irredutível à natureza”, isto é, não

computada à realidade natural do ser orgânico: a consciência operadora de atividades teleológicas.

Essa peculiar e exclusiva forma de consciência, operada mediante atividades teleológicas, e esta “posta objetivamente” por intermédio da práxis dos indivíduos singulares em meio à “escolhas entre alternativas”, leva a cabo, a todo o momento, à “produção do novo”, isto é, a produção de objetividades com origem e essência puramente social, que por esse motivo não têm analogias na natureza (Lukács, 1979b, p. 19). Muito embora, este caráter de “novo” não elimina, em sua constituição, os elementos de substância natural: os objetos sociais, sejam quais forem eles, pressupõem objetos naturais socialmente transformados (Lukács, 1979b, p. 18). Aqui reside, portanto, a essência ontológica que demarca a particularidade da esfera do ser social em relação às demais: a “produção do novo”, proveniente de uma posição teleológica (teleologische Setzung); meio pelo qual se dá de fato a fundação do ser social (Lukács, 1979b, p. 17; 1981, p. 33-36).

Posição teleológica, conforme Lukács, corresponde a objetivação de uma finalidade específica à práxis humana, cuja natureza traduz-se pela transmutação de uma prévia-ideação, isto é, de um modelo mental (teleologia) operado pela esfera da consciência, em um produto objetivo, podendo este ser de caráter material (um instrumento, ornamento, máquina etc) ou de caráter espiritual (uma fala, ideologia, princípios morais etc.). Sendo que a forma e o conteúdo da posição teleológica realizada pelos indivíduos, se encontra relacionado aos problemas a serem resolvidos, conforme “decisões tomadas entre as alternativas” existentes objetivamente na própria realidade de uma dada sociedade particular.

Então, nesse sentido, não há nenhuma posição teleológica que não seja mediada pelo *hic et nunc* histórico, ou seja, pelo aqui e agora de “escolhas entre alternativas” feitas pelos indivíduos dentro da conjuntura de uma dada forma de sociedade (Gesellschaftsform). Pois, como dizia Marx & Engels (s/d, p. 140), a história não passa de atividades dos homens em busca da realização de seus próprios fins; mas,

por outro lado, tal história, assevera Marx (1997, p. 21) não é feita tal qual os homens querem; pois não a fazem sob circunstâncias de sua escolha arbitrária e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente dentro da sociedade, legadas e transmitidas pelo passado.

De mais a mais, esta é a unidade do ser consubstanciada hierarquicamente em três esferas: inorgânica, orgânica e social. Entretanto, o ordenamento dessa hierarquia, esclarece o pensador húngaro, não é fruto de critérios baseados em uma "arbitrariedade valorativa", tal como a construída pelas posições teóricas da velha ontologia.<sup>4</sup> Ao contrário. É uma "hierarquia objetiva", que assim se formou e se desenvolveu por dinamismos históricos imanentes segundo sua própria legalidade, significando ser um fato ontológico em si, existindo como tal independente da consciência dos homens. No todo, a hierarquia expressa a exata ocorrência da realidade histórica, segundo a qual revela que primeiramente há muitos bilhões de anos surgiu a esfera inorgânica, e desta, há alguns bilhões de anos depois, surgiu a esfera biológica, e do interior desta, graças a diversas causalidades evolutivas e a instauração teleológica, surgiu o ser social – há 2,5 milhão ou mais.

---

<sup>4</sup> Lukács se refere aos equívocos cometidos pela ontologia tradicional, chamada por ele de "velha ontologia", pelo fato de ela não distinguir as considerações ontológicas das valorativas quando abordava o problema da graduação hierárquica entre as esferas de ser. Em suas palavras: "A velha ontologia que tentava substituir em termos filosóficos uma religião superada, como aquela da Antigüidade Clássica baseada na mitologia, ou que vinha desenvolvida por via direta da premissa religiosa, como aquela da teologia escolástica, por forças das coisas se encontrava a criar uma graduação hierárquica entre as formas de ser, em que o ser mais elevado (Deus) como sendo o mais perfeito e genuíno, deveria ao mesmo tempo constituir tal graduação sob o vértice da hierarquia de valor" (Lukács, 1981, p. 165-166). Pela perspectiva de tal consideração valorativa, a hierarquia se inverte: o ser fincado no topo (Deus), por se constituir no mais complexo, portanto no mais perfeito que os outros, fez originar a partir dele os mais simples, o social, o orgânico e o inorgânico, e não o contrário, como ocorreu na história da formação objetiva dessa graduação. Isso revelou que os critérios de tal graduação foram de natureza essencialmente valorativa e não ontológica, já que eles não foram tratados exclusivamente pela caracterização real do ser enquanto ser em si, como escreve Lukács. Evidente que aqui o pensador não nega a realidade da valoração no ato da pesquisa ontológica. A escolha de analisar o ser ontologicamente e não de modo gnosiológico já expressa um ato de valoração. Entretanto, esse ato que representa um pensamento, um conceito sobre determinada coisa do real, conceito que no seu conteúdo carrega as marcas da visão de mundo do pesquisador, deve, no plano da ontologia materialista, estar sintonizado como o ser em si das objetividades pesquisadas. Essa é a questão a ser considerada.

## 2 Diferenciação e Articulação entre as Esferas do Ser

A *Ontologia* do ser social de Lukács se encontra inteiramente fundamentada na base dessa exata realidade histórica dos graus de ser objetivamente hierarquizados. Realidade que denota que tais graus configuram esferas ontologicamente distintas, existindo por meio de suas próprias legalidades. Mas, de acordo com tal ontologia, isso de modo nenhum permite igualar, reduzir ou deduzir legalidades de uma para outra. Como, por outro lado, não permite vê-las isoladas, como antíteses excludentes. Porque, nessa hierarquia, as esferas se encontram intimamente articuladas.

A base dessa articulação se ancora na dependência das esferas orgânica e social em relação à materialidade da inorgânica, em virtude desta se apresentar na forma de objetividade originária por si mesma, cuja existência não pressupõe em nenhum momento nem o ser biológico e nem o ser social. Ou seja, ela existe em termo completamente autônomo. Porém, não se pode dizer o mesmo acerca do ser orgânico e social.

Lukács registra que o ser orgânico pressupõe uma particular constituição do inorgânico e, sem perene integração com ele, não é capaz de reproduzir seu próprio ser, nem mesmo um ínfimo. Já o grau de pressuposição para a existência do ser social se duplica, pois pressupõe tanto a natureza orgânica quanto a inorgânica no ato de sua formação e reprodução. A respeito disso Lukács (1981, p. 166) se exprime com clareza: “o ser social pressupõe a natureza orgânica e inorgânica e, sem estas como base, não pode desenvolver as próprias categorias que, não obstante, são diferentes comparadas a tudo naqueles dois graus de ser”.

A articulação entre sociedade e natureza se depara com o fato segundo o qual as categorias, leis e propriedades da natureza, tanto inorgânica como orgânica, constituem “condição material não-suprimível” da existência humano-social. Primeiro: a produção de objetividades sociais, base da reprodução da sociedade, pressupõe objetividades naturais socialmente transformadas, pedra e madeira em machado, um

grão de cevada em cerveja etc. Segundo: a reprodução biológica dos entes sociais não se efetiva senão sob a base de leis da reprodução orgânica da espécie sobre a qual ela se assenta (porque os entes sociais têm necessariamente de se reproduzir biologicamente, manter sua singularidade biológica e gerar novas singularidades). Terceiro: tanto essa como aquela realidade pressupõem, nas suas composições ontológicas, propriedades inorgânicas, minerais, líquidos, luz, calor etc.<sup>5</sup>

Vale sublinhar que nessa articulação entre sociedade e natureza, a categoria trabalho se apresenta como mediação central, por ser ela – assinala Lukács (1979b, p. 99) utilizando-se de uma citação de Marx (1996, Livro I, Tomo 1, p. 303) – “a condição de existência do homem independentemente de todas as formas de sociedade”, por ser ela uma “necessidade social eterna que tem a função de efetivar o metabolismo entre o homem (sociedade) e a natureza (inorgânica e orgânica)”. A categoria trabalho é, desse modo, a mediação universal porque nasce simultaneamente ao ser social e permanece e permanecerá necessariamente ativa e eterna enquanto existir o ser social – devido este, por necessidade ontológica, jamais abandonar sua base natural de existência: o mundo inorgânico e orgânico (Lukács, 1979b, p. 99).

A teoria do ordenamento dos graus do ser demonstra a realidade de uma relação objetiva de independência e dependência entre as esferas. A dependência de

---

<sup>5</sup> Em uma conversa em setembro de 1966 com os professores alemães Kofler, Abendroth e Hoz, Lukács esclareceu que sua ontologia acerca da vida social humana não se confunde com antropologia e nem tampouco com sociologia, já que ela trata de constelações ontológicas que existem independentes do problema de que exista ou não exista o homem e a sociedade. Além do mais, existem certos fenômenos no mundo humano provenientes unicamente das leis necessárias do mundo orgânico e inorgânico: a reprodução biológica e a “replasmação” de minerais na constituição dessa reprodução, como também a presença de leis físicas de movimento que são realizados pelos seres vivos em geral, são exemplos ilustrativos (Lukács in Kofler, Abendroth & Holz, 1969, p. 75-76). Por isso dizer ele que sua *Ontologia* não se reduz à antropologia – e nem à sociologia. Mas, por outro lado, não prescinde destas quando busca focar a objetividade do ser social por meio de elementos essenciais do homem, ligados, de um lado, à sua constituição fisiológica, o bipedismo, o refino da mão, o volume da massa encefálica etc., e, de outro, a constituição social, o trabalho, a linguagem, a cooperação, a divisão do trabalho, a ideologia, a cultura em geral. Sendo que, em sua *Ontologia*, Lukács sempre tem a cautela de ver tais elementos em inteira cadeia dialética, como complexos

uma esfera em relação à outra se dá na base da realidade segundo a qual, na esfera dependente, surgem categorias e relações qualitativamente novas comparadas àquelas da esfera precedente; mas mesmo apesar de, na sua essência se mostrarem autônomas ou independentes, jamais podem existir sem deixar de pressupor as categorias e leis próprias da esfera precedente (Lukács, 1981, p. 166).

Por outro lado, a essência de uma esfera dependente não alcança sua completude de repente, a partir de um único golpe. Um vegetal e um animal não surgiram “de repente”, já prontos na natureza. Como também o homem não surgiu “de repente” de uma espécie “x” de primata. São, outrossim, resultados de um longo percurso histórico de milhões e milhares de anos de evolução, no qual a contínua reprodução das novas formas de ser produz sobre si mesmo as categorias e as leis essenciais características destas formas de ser (Lukács, 1981, p. 167).

Na esfera orgânica, o dinamismo reprodutivo das espécies vegetais e animais foi, no decorrer de milhões de anos, alcançando determinações biológicas cada vez mais puras, ou seja, cada vez mais especificamente biológicas, ao dar origem a organismos cada vez mais complexos.<sup>6</sup> No ser social, as categorias ao surgirem em estágio simples, como a sexualidade, a alimentação, o trabalho, a linguagem, a divisão do trabalho e a educação, por exemplo, no incessante processo histórico da reprodução social foram se tornando na história cada vez mais nitidamente sociais, mais complexas, e com mais clareza se desprendendo dos seus vínculos com as legalidades de determinações naturais (Idem, ibidem, p. 168).

---

moventes e movidos, e não isolados ou relacionados mecanicamente entre si, como normalmente se costumou fazer na antropologia e na sociologia.

<sup>6</sup> Uma simples célula que, por meio de relações e reações químicas, passou a produzir mais células idênticas a si através da simples divisão, deu início ao nascimento de uma categoria qualitativamente nova, inexistente no mundo inorgânico: a reprodução unicelular, meio pelo qual um ente se qualificou como ser vivo, e como tal passou a se diferir de um sistema não-vivo. Da categoria simples na sua origem, a reprodução de organismo unicelular passou por processos evolutivos até assumir na natureza formas cada vez mais complexas com a origem de organismos multicelulares, dos quais vieram surgir miríades de vegetais e animais, mediante diversas e incontáveis espécies.

A relação de dependência existente entre as esferas do ser, na ontologia de Lukács, não significa, entretanto, que o surgimento de uma a partir da outra se deu através de uma “retilínea continuidade”, fruto de uma evolução quase “logicizada”, à moda do darwinismo ortodoxo. As leis e as categorias da reprodução de um organismo “idêntico a si mesmo” não podem ser reduzidas aos processos inorgânicos, pois aí eles não existem sequer como princípio de negação. Como, de modo análogo, as categorias (trabalho, linguagem, cooperação, educação, ideologia e divisão do trabalho etc.) e as leis gerais da reprodução social (relações sociais e a produção do novo) não podem ser reduzidas ou justapostas aos processos naturais: são, ao contrário, produtos da sociedade humana auto-instituída. Isso porque na derivação de um ser mais simples em um outro mais complexo não se realiza a “passagem retilínea” mediante “formas ontológicas intermediárias”, até alcançar formas mais perfeitas quando da emergência de um ser mais evoluído. Realiza-se, não obstante, um “salto ontológico” (ontologische Sprung), uma ruptura com a forma da legalidade anterior, em que o que surge em forma mais complexa não pode jamais ser “deduzido” do mais simples, uma vez que ganha nova substância ontológica, sem analogia com a do ser precedente (Lukács, 1981, p. 17-18).<sup>7</sup>

Todavia, Lukács chama ainda atenção para o fato de não se poder representar o “salto” (Sprung) de modo antropomórfico, como alguém que de um salto só se levanta da mesa e corre ao telefone. Quer dizer, um salto é um fenômeno histórico que se dá em um espaço considerável de tempo, de muitos milhares de anos, com vários

---

<sup>7</sup> Essa é uma premissa ontológica fundamental. Com base nela foi que Lukács disse ter falhado a tentativa perseguida pela primeira geração de darwinistas de encontrar a espécie intermediária, isto é, o “elo perdido” entre o macaco e o homem: “A esperança da primeira geração de darwinista de encontrar o elo perdido entre o macaco e o homem devia falhar, até porque as características biológicas [anatomia da mão, o tamanho do cérebro, o bipedismo etc.] só podem iluminar as etapas de passagem, mas não o salto [Sprung] em si mesmo. Nós, porém, também acentuamos que a descrição, por mais precisa que seja, das diferenças físicas e mentais entre o homem e o animal não apanhará o fato ontológico do salto (e do processo real no qual este se realiza) enquanto não estiver em condições de explicar a gênese destas peculiaridades do homem a partir do seu ser social já consolidado” (Lukács, 1981, p. 13).



pulos para frente, recaídas etc. (Lukács in Kofler, Abendroth & Holz, 1969, p.20). Em síntese, no seu sentido mais restrito, a essência do salto ontológico constitui uma “ruptura” do novo ser em relação à continuidade da legalidade normal daquele que o antecedeu. No entanto, a origem (Ursprung) do novo ser não se esgota no salto (Sprung). Pois, logo depois dele, sempre passa haver um longo percurso de evolução marcado por vários saltos qualitativos no seu interior, dentro de uma escala contínua e desigual de “aperfeiçoamento da nova forma de ser”,<sup>8</sup> ainda que, nessa “ruptura e aperfeiçoamento”, jamais possa ser suprimida sua raiz nas bases ontológicas originárias (Lukács, 1978b, p. 3).

Eis como é concebida a teoria da graduação objetiva das esferas do ser na *Ontologia* de Lukács. Ela se encontra a serviço, como já foi dito, de uma análise da dinâmica fundamental da sociedade, do seu processo de reprodução. Com o claro objetivo de fixar com nitidez suas categorias e fenômenos constitutivos na sua especificidade articulada mas irreduzível em relação à essência das outras esferas, em especial à da reprodução do ser orgânico.

---

<sup>8</sup> Caso exemplar a esse respeito são os vários saltos qualitativos ocorridos na trajetória evolutiva da linhagem dos homínidos. Linhagem iniciada há milhões de anos com a origem das primeiras espécies de primatas bípedes, passando depois daí por várias rupturas no seu interior, originando diversas formas de outras espécies bípedes, biológica e socialmente mais aperfeiçoadas, até atingir o salto que culminou na emergência da espécie *Homo sapiens*.

## CAPÍTULO II

### REPRODUÇÃO ORGÂNICA E REPRODUÇÃO SOCIAL

#### 1 Nexos e Analogias

Existem determinados traços comuns aos seres orgânico e social, que permitem de certo modo estabelecer nexos e analogias entre eles. O primeiro deles, conforme Lukács (1981, p. 145), corresponde a uma determinação ontológica universal: em ambos “a reprodução é a categoria determinante”.

Para essas duas esferas, ser (Seins), em sentido estrito, significa vida, e vida significa reprodução. E reprodução (Reproduktion), em sentido simples e colocando à parte as diferenças ontológicas entre os dois níveis de ser, significa reiteração, continuidade da existência viva do ser, dentro de um dinamismo histórico de reposição sucessiva dos entes singulares conforme as determinações da esfera a que pertencem: os entes orgânicos sucessivamente se repõem como objetividade orgânica determinada mediante processos biológicos, e os entes sociais como objetividade social determinada por meio das relações sociais.

Outro traço comum é a dependência que ambas esferas mantêm em relação ao ser inorgânico. Dependência “intermediada”. Em função de as categorias do ser inorgânico (sais, minerais, água, calor etc) poderem, no ser orgânico, vir subordinadas às leis biológicas – dos vegetais e animais. Já no ser social vir subordinadas ao conjunto formado pela articulação de leis biológicas (reprodução da espécie) e de leis geradas pelas relações sociais (produção, distribuição, população etc.).

Por isso afirmar-se que o ser orgânico só existe como tal porque se fundamenta sobre a natureza inorgânica, assim como o ser social só existe e garante as

bases matérias de sua existência biológica e social porque se encontra fundamentado em uma relação metabólica com o ser natural – inorgânico e orgânico.

Nesta mesma linha de conexões e analogias, a reprodução, nos dois níveis de ser, realiza-se sobre a inter-relação imbricada de duas dimensões. De um lado ela ocorre internamente: por meio da reposição biológica do ente singular comum a uma espécie com sua constituição física.<sup>1</sup> De outro lado ela ocorre externamente: em um contexto amplo de interação com um ambiente geológico e ecológico no qual o ente singular encontra e obtém as “condições necessárias” para sua sobrevivência como ente natural.

Outro traço comum corresponde à existência de uma história cuja direção de seu desenvolvimento se caracteriza não pela eliminação mas pela subjugação e transformação das categorias pertencentes ao ser anterior, para com base na existência delas dar lugar ao surgimento e domínio de novas categorias. Por exemplo, excetuando os casos de plantas carnívoras, em geral a particularidade do mundo vegetal consegue sua nutrição mediante metabolismo direto com a natureza inorgânica. Enquanto que a particularidade do mundo animal já não usa diretamente as categorias da natureza inorgânica como meio de alimentação, mas outros organismos que já trazem em si as categorias inorgânicas *replasmadas*, quer dizer, reprocessadas em nova forma.<sup>2</sup>

BH/UFC

---

<sup>1</sup> Na particularidade do complexo vegetal, o sistema de reprodução, sobretudo nos vegetais superiores, se dá por meio da fecundação de sementes protegidas ou não por um fruto. Já na particularidade do complexo animal, o sistema de reprodução ocorre por meio de fecundação fora ou dentro do organismo materno. Quando externa os animais são ovíparos e quando interna, vivíparos. Mesmo em reprodução de animais com fecundação interna, a produção de novos indivíduos pode ocorrer externamente, como se observa, por exemplo, em insetos, répteis e aves. Com os mamíferos, excetuando um pequeno grupo primitivo, em especial a reprodução se dá por meio de fecundação interna.

<sup>2</sup> O vegetal submete as categorias inorgânicas às suas leis re-processando em seu sistema biológico os minerais (ferro, sódio, fósforo etc.) diretamente obtidos da natureza inorgânica, e ao reprocessar tais minerais por meio de suas categorias biológicas, produz substâncias vegetais como vitaminas, carboidratos e outras. Já o animal re-plasma esses mesmos minerais não diretamente da natureza inorgânica mas de outros organismos vegetais e animais; com base neles produz outras substâncias como proteínas, gorduras, cálcio etc., que, na cadeia alimentar, são utilizados por outros animais como nutrientes imprescindíveis à sua alimentação.

Em todas essas formas graduais de nutrição, se verifica que as categorias da esfera anterior não são eliminadas, mas apenas submetidas a novas leis. Ou seja, são replasmadas em nova forma de acordo com a essência das leis reprodutivas da esfera subsequente. Isso é um princípio semelhante, e somente semelhante, ao que ocorre no ser social. Princípio denominado por Marx e depois por Lukács de "afastamento das barreiras naturais", cujo dinamismo é detonado pelo replasmar de categorias naturais para categorias predominantes sociais, em uma contínua escala evolutiva – como pode ser verificado nos casos especiais da origem e da evolução histórico-social da sexualidade, da alimentação, da divisão do trabalho.

São traços gerais que existem objetivamente na realidade. Por isso ser possível estabelecer nexos e contrastes entre as duas esferas. Porém, já em relação à essência da reprodução específica de cada uma, segundo Lukács, não apresentam mais semelhança entre si. São formas ontologicamente distintas de reprodução, regidas por leis igualmente distintas, que não são análogas e nem podem ser transpostas ou reduzidas uma em relação à outra.

## **2 Distinções Gerais do Ser**

Uma linha divisória entre as reproduções orgânica e social é estabelecida quando, por exemplo, se verifica que na esfera do ser orgânico as determinações da reprodução apenas se restringem ao plano da realidade biológica, cuja essência é a "reposição em si do mesmo ente natural". Reposição esta efetivada através da dependência de interações diretas dos seres vivos (vegetal e animal) com um determinado ambiente específico (hábitat). Este consubstanciado de forma concreta pelas esferas ecológica e geológica.

Estas interações dão-se de forma tão intrincada e direta que o processo de "reposição em si do mesmo ente natural" não é capaz de formar, a partir de suas próprias "atividades vitais", complexos parciais de "mediações objetivas e permanentes" entre os

entes naturais e a totalidade do ambiente.<sup>3</sup> Nesse sentido, além da própria "atividade vital" (*Lebenstätigkeit*), a regularidade reprodutiva do vegetal e do animal se encontra *predominantemente* cativa à combinação cambiante das contingências dos fenômenos ambientais como clima, ciclos alimentares, estações do ano etc. Para que fique clara a forma dessa interação de "ente natural" com o "meio ambiente", faz-se necessário delinear sobre a categoria do momento predominante, que nela se interpõe e dá direção.

Ao tratar dessa questão com base nos princípios ontológicos de Marx, Lukács (1979b, p. 70) alude que "nenhuma interação real (determinação reflexiva) entre duas partes existe sem "momento predominante" (*übergreifendes Moment*). E quando essa relação fundamental não é levada na devida conta, tem-se uma série causal unilateral e, por isso, mecanicista, simplificadora e deformadora dos fenômenos". Assim sendo, vai dizer que a categoria "momento predominante" é uma superação da dialética materialista de Marx em relação à dialética idealista de Hegel. Esta parte apenas do princípio de que a síntese resultante de uma interação surge do movimento contraditório das partes moventes e movidas. Lukács, porém, enfatiza que o movimento impulsionador dessa dialética não poderia senão conduzir a um "equilíbrio estático" entre as partes contrárias no interior da interação. Esse é o grande problema da dialética hegeliana, segundo ele.

De acordo com o pensador húngaro (1979b, p. 70-76; 1981, p. 229-230), Marx (1977, p. 208-212) resolveu o problema ao demonstrar que na interação

---

<sup>3</sup> Um ser orgânico é um complexo. Mas entre ele e o seu ambiente não existem complexos mediadores, com existência objetiva exterior, regulando a interação. Por exemplo, a "atividade vital animal" não existe fora do próprio animal como um objeto a ser apropriado. Não obstante, a atividade animal existe naturalmente a partir da própria "organicidade" do animal. Enfim, ela tem uma existência orgânica. Por ser assim, ela, atividade vital, não se caracteriza como um complexo parcial de mediação (como uma objetividade de existência exterior e independente do indivíduo singular), mas apenas como uma "mediação orgânica imediata", Interno ao indivíduo, que o habilita a realizar sua articulação com o meio ambiente: com a atividade realizada mediante as patas e o focinho, os coelhos laboram cavando buracos para se abrigarem contra o frio e os inimigos; os leões laboram por meio de garras e dentes com os quais conseguem a carne de que necessitam para se alimentar; a atividade dos chimpanzés, além dos dentes afiados e das mãos hábeis, usa e confecciona "instrumentos" a partir de objetos naturais, como galhos e folhas de musgo, contudo, tal atividade se encontra tão determinada pelo reflexo "instintual" que ela não evolui, pois já se encontra coagulada organicamente na noção das atividades da espécie.

contraditória das partes há um “momento predominante” que dá uma direção, uma linha de desenvolvimento dialético ao processo interacional. Assim, entre a interação dos entes naturais com o meio ambiente, o “momento predominante” constitui-se pelo modo no qual o ambiente age sobre eles e sobre suas atividades: “Ação esta que estimula, permite ou impede a reprodução: é isto o que determina a conservação ou extinção das espécies” (Lukács, 1981, p. 177).<sup>4</sup>

Por ser o meio ambiente o “momento predominante” na relação com o ente natural,<sup>5</sup> e por não existir complexos parciais objetivos mediando sua relação com sua

<sup>4</sup> Tida como o momento predominante, “a ação do meio ambiente” sobre os seres vivos pode ser visualizada mediante alguns exemplos históricos. Do período Triássico, passando pelo Jurássico e prosseguindo até o Cretáceo, a esfera geológica terrestre passou por transformações mediante intensa atividade vulcânica, formação de montanhas e cordilheiras, afastamento dos continentes, impactos de meteoros na crosta etc., que repercutiu na esfera ecológica: surgiram e evoluíram inúmeras espécies de vegetais e animais. Destaque sobretudo para os animais. Por esses períodos predominaram os répteis, especialmente os gigantes, como os conhecidos dinossauros. Porém, ao fim do Cretáceo, ocorreram grandes mudanças no meio ambiente geológico e ecológico, de tal sorte que todos os répteis gigantes desapareceram. No Terciário, período subsequente, novo complexo ambiental se formou, e a vida animal sofreu desenvolvimento evolutivo importante, destacando-se a predominância dos mamíferos. Milhões de anos depois, novas mudanças ocorrem no meio ambiente, mediante o fenômeno de resfriamento do hemisfério norte; época denominada de Pleistoceno (ou Época Glaciária), que durou em torno de 20 milhões de anos. Muitos animais foram extintos, como muitos outros surgiram. Um caso exemplar foi a origem e desenvolvimento da espécie *Elephas primigenius*, formada pelos mamutes, animais adaptados ao clima de grandes temperaturas abaixo de zero, e com sistema digestivo especializado para o consumo de vegetação temperada, rasteira. A Época Glaciária passou, e com ela o mamute desapareceu. Muito antes de 15 milhões de anos atrás na África, florestas e bosques úmidos predominavam por toda a extensão Ocidental e Oriental. No hábitat dessa região viviam várias espécies de primatas primitivos. Por esse tempo, inúmeras mudanças geológicas abalaram a região, destacando-se o surgimento de uma grande fenda, separando geologicamente Ocidente do Oriente. Na parte Oriental o clima mudou, tornando-se mais seco, e onde havia densas florestas deu lugar a um mosaico de formações ecológicas e geológicas, com florestas tropicais, savanas, mata rasteira e aberta, gramados, desertos, montanhas, lagos etc., enquanto na parte Ocidental permaneceu coberta pelas florestas úmidas e fechadas. Por forças dessas mudanças, os primatas primitivos foram separados entre Ocidente e Oriente. Na parte Ocidental os que aí ficaram evoluíram, dando origem aos grandes primatas sem cauda, como o gorila, o chimpanzé e o bonobo. Já na parte Oriental, daqueles primitivos primatas surgiram e evoluíram outras espécies de primatas grandes, cuja característica principal é representada pela ausência de cauda e pelo bipedismo, os *australopithecus*. Da linhagem evolutiva desses bichos da África Oriental, foi que surgiram outras espécies de grandes primatas sem cauda e bípedes, que abriram outra linha evolutiva, recebendo a alcunha geral de linhagem *Homo*. Todos esses casos foram citados para exemplificar o problema do meio ambiente como “momento predominante” (*übergreifendes Moment*) relativo à estimulação, a permissão, o impedimento ou a extinção do processo reprodutivo dos seres da esfera orgânica.

espécie e com o meio ambiente, em geral a reprodução coincide diretamente com a reprodução filogenética – isto é, com a reprodução físico-biológica da espécie a qual o ente natural-singular pertence. Então há, desse modo, segundo Lukács, uma “identidade imediata” da reprodução do ente natural-singular (ontogênese) com a reprodução da espécie (filogênese):

A interação do ente natural com o mundo que o circula é tal que o momento predominante é aqui dado por este último, já que o ente natural se encontra de modo direto dentro do interior do mundo circundante que o seu processo reprodutivo não é capaz de formar complexos parciais de mediações permanentes entre si mesmo e a totalidade. Na natureza orgânica a reprodução é aquela dos seres vivos singulares a qual, porém, sempre coincide diretamente com a reprodução filogenética (Lukács, 1981, p. 178).

Já com o ser social a reprodução se distingue quanto a isso. Haja vista que a reprodução específica do mundo humano não é determinada apenas por meio de processos naturais, mas sobretudo pelas relações sociais, cuja essência destas se caracteriza pela incessante “reiteração da criação do novo”, quer dizer, pela “dinamização do ser a novos e superiores patamares de sociabilidade”.

A reprodução do mundo humano comporta uma outra característica exclusiva, também sem paralelo na esfera do ser orgânico: a reprodução se polariza mediante dois complexos distintos mas imbricados e em permanente determinação reflexiva: a reprodução do indivíduo como ente social singular, e a reprodução da sociedade como totalidade (Lukács, 1981, p. 178): a reprodução do indivíduo é premissa para a reprodução da sociedade, tal como a reprodução desta é premissa para a reprodução daquele.

Faz-se necessário destacar que não há “identidade imediata” entre as duas formas de reprodução. O que existe de fato é uma relação dialética, denominada por Lukács, com base em Hegel, pelo conceito de “identidade de identidade de não-

identidade”, entre as duas formas de reprodução.<sup>5</sup> Significa que, posto à parte as distinções, ao fim e ao cabo permanece uma relação dialética de *identidade de identidade*, posta na base de um ponto ontológico nodal: ambas reproduções são de essência social, isto é, são objetividades sociais. Enquanto que relação de *não-identidade* significa que ambas reproduções constituem-se como complexos sociais ontologicamente distintos (o singular e o universal), em razão de se realizarem mediados por processos igualmente distintos.

A reprodução da sociedade (universalidade) dá-se por meio da síntese das relações e mediações sociais (particularidades) desencadeadas através das diversas e contrapostas posições teleológicas dos indivíduos (singularidades), inter cruzadas de várias maneiras. Mas se deve deixar claro que apesar de a reprodução da sociedade em última análise ter como seu ato constitutivo as posições teleológicas singulares dos indivíduos, a síntese de sua reprodução no final não é mais resultado de uma formulação teleológica. Já do ponto de vista da reprodução do indivíduo singular, ela efetiva-se mediante um movimento contínuo, consubstanciado mediante o aprendizado e a realização de “posições teleológicas” baseadas de acordo com “escolhas entre alternativas”. Alternativas postas objetivamente segundo a particularidade estrutural e conjuntural de uma determinada sociedade histórica.<sup>6</sup> Um outro ponto de distinção necessita ser explicitado. Aquele a respeito da interação do homem com o meio ambiente (inorgânico e orgânico).

Quanto a essa questão específica, vale ressaltar que o homem encerra em si duas dimensões contrapostas mas interdependentes: uma natural e outra social: esta o representa como um ente social, aquela como um ente natural. Como ente natural o homem compartilha do ciclo histórico comum a qualquer organismo vivo: nascimento,

---

<sup>5</sup> Em verdade este conceito (*identidade de identidade de não-identidade*) é utilizado por Lukács (1981, p. 240) a partir da dialética hegeliana. Fez isso em virtude de achá-lo adequado para tratar de relações dialéticas tão intrincadas, como essa entre as reproduções de indivíduo e sociedade.

<sup>6</sup> Acerca dessas duas formas de reprodução, Lukács dedica duas seções no capítulo *A Reprodução*, em sua *Ontologia*, a saber: “A reprodução do homem na sociedade” e “A reprodução da sociedade como totalidade”.



desenvolvimento e perecimento. Como qualquer espécie biológica, o homem necessita inter-relacionar-se objetivamente com o ambiente ecológico e geológico para realizar seu metabolismo, e gerar as energias de que precisa para perpetuar-se. Contudo, aqui já muda na sua raiz o caráter dessa inter-relação (Verkehrsweisen). Porque com a introdução da “posição teleológica do trabalho”, passa a haver uma intervenção ativa, consciente e desejada do homem que trabalha sobre a natureza que o circunda (Lukács, 1981, p. 179).

Em Childe (1975, p. 32)<sup>7</sup> encontram-se alguns casos exemplares a respeito do que se diz acima: os mamutes de modo natural desenvolveram couros peludos para se adaptar às baixas temperaturas da Época Glaciária, os homens puderam se adaptar à vida no mesmo ambiente fazendo capotes com base no couro peludo dos mamutes; com as próprias patas e focinho os tatus cavam buracos para se abrigarem, com pás e enxadas, os homens podem realizar serviço semelhante; os leões com suas garras e dentes afiados derrubam e devoram suas presas, os homens fazem flechas, lanças ou rifles, para abater sua caça ou seus inimigos. À luz de tais casos percebe-se que a inter-relação objetiva entre homem e natureza já não é mais direta, imediata, mas “mediada” por um complexo de origem social: o trabalho.

Por ser o trabalho uma mediação objetiva de origem social e não natural, quer dizer, não é algo herdado biologicamente, o homem para dele se apropriar necessita, primeiro, ser membro de um grupo social, interagir socialmente, se educar através do aprendizado das atividades e dos valores sociais do grupo, até ganhar “maturação social” suficiente para gerar o trabalho já socialmente desenvolvido no decorrer da história das relações de produção do grupo, e a partir dele se inter-relacionar com a natureza, para realizar a produção de bens úteis à sua manutenção, como também, por meio dele, cooperar para a reprodução da sociedade. Nesse caso, a apropriação e a realização do

<sup>7</sup> Gordon Childe (1892-1957) foi um influente arqueólogo inglês, e suas obras foram muito estimadas por Lukács. Este lança mão de inúmeras citações da obra *Man Makes Himself* (tradução brasileira, *A Evolução Cultural do Homem*) de Childe, em várias passagens de sua *Ontologia do Ser Social*.

trabalho, a relação com a natureza e do homem com outros homens, passam necessariamente pelo "médium da mediação da sociedade" (Lukács, 1981, p. 181).

Isso vem revelar com todas as letras que a inter-relação do homem com a natureza não é realizada de modo direto, mas sim mediada socialmente. Mediação configurada na forma de complexos particulares que fundamenta objetivamente a estrutura da sociedade, como o trabalho, a linguagem, a cooperação, a divisão do trabalho, a educação, a ideologia etc. Mediações tão complexas que mesmo as mudanças físicas e psíquicas que se verificam na própria constituição do homem "têm elas um caráter predominantemente social, por serem elas efeitos mediados socialmente" (Lukács, 1981, p. 180).

Assim, para o homem manter-se vivo, necessita igualmente reproduzir sem cessar os diversos complexos sociais de mediação da sociedade da qual faz parte, pois, mediante tais complexos, é que de fato se põem as possibilidades concretas das **reproduções do homem e da sociedade.**<sup>8</sup> É possível observar mais uma outra distinção geral entre as duas forma de reprodução: as modificações sofridas pela natureza através do resultado do dinamismo reprodutivo dos seres naturais e sociais.

As modificações decorrentes das atividades dos entes singulares do ser orgânico no ambiente circundante de que se utilizam, para exercerem suas vidas, são puramente acidentais ou casuais: a aparagem das gramíneas de uma savana ou a fertilização de um solo mediante as fezes de inúmeros animais, a derrubada progressiva de uma área de floresta por uma manada de elefantes no ato da sua alimentação, são alguns exemplos.

Todavia, as modificações realizadas na natureza pelos entes sociais já não são acidentais ou casuais. Posto que elas resultam de posições teleológicas singulares, cujo desfecho concreto representa a criação de objetividades sociais. Essa distinção passou a existir como tal no momento preciso do surgimento da práxis humana. Esta

---

<sup>8</sup> Essa questão restrita a mediação social será tratada ainda como mais detalhes e maiores argumentos precisamente no capítulo quarto deste trabalho.

iniciada com o salto ontológico dado através da origem do trabalho – e da escolha entre alternativas que necessariamente precede este último. Por esse motivo dizer Lukács que as categorias “trabalho” e “escolha entre alternativas” são as “forças motrizes”, nas quais todas as outras determinações sociais já se apresentam em germe, como a linguagem, a divisão do trabalho, a educação, a ideologia etc. São forças motrizes determinantes da estrutura categorial da reprodução do mundo humano que absolutamente não se assemelha às forças motrizes da reprodução do mundo orgânico:

Com todas essas analogias e conexões, podemos sustentar que as duas esferas não se assemelham quanto à sua essência, cuja causa determinante desta diferença qualitativa é o trabalho, ou pôr teleológico, e a escolha entre alternativas que necessariamente precede este último. São as forças motrizes que determinam a estrutura categorial da reprodução social, e elas absolutamente não se assemelham às forças motrizes da realidade natural (Lukács, 1981, p. 147-148).

Em função disso afirma-se que o trabalho é um complexo cuja objetividade é essencialmente social, por ele ser originado sob o dinamismo de “escolhas entre alternativas” em contexto de uma divisão do trabalho e de relações sociais e não, ao contrário, por dinamismos naturais, como é próprio às objetividades do ser orgânico. Portanto, ele não se assemelha, como alude Lukács (1981, p. 148), sob nenhuma hipótese às forças motrizes determinantes e especificadoras da reprodução orgânica.<sup>9</sup>

Tendo como base esse exemplo do trabalho, é possível perceber que a reprodução social significa mais do que simples reiteração, mais do que simples

---

<sup>9</sup> Por isso, se analisado do ponto de vista do materialismo histórico que enraíza a ontologia de Lukács, de modo nenhum se sustenta a tese antropológica de Habermas, segundo a qual a categoria “trabalho” e “escolha entre alternativas” têm existência anterior ao ser social, ou seja, são categorias da natureza. Veja que na antropologia racional de Habermas, a categoria trabalho ganha denotação de “agir instrumental”, e escolha entre alternativas, ganha denominação de “agir estratégico”. Segundo o pensador alemão, essas são duas categorias da natureza, que existiam anterior ao homem; no entanto, foram se aperfeiçoando ao passo da evolução das espécies pré-humanas até alcançar forma especificamente humana com a emergência do *Homo sapiens*. Essa idéia de Habermas se encontra delineada em uma passagem de sua obra *Para a Reconstrução do Materialismo Histórico*. Um estudo restrito à análise dessa passagem se encontra em Bonfim (2002).

“reposição do mesmo”. Isso não ocorre porque ela se realiza sob a dinâmica do “incessante movimento da reiteração da criação do novo”. Movimento materializado qualitativamente em novo patamar de sociabilidade, com novas formas de atividades, de novas habilidades e capacidades humanas, de novos instrumentos, matérias-primas, técnicas, métodos, conhecimentos, tecnologias, máquinas, utensílios, ornamentos e de novos e variados objetos duráveis e não duráveis de consumo, novas palavras, conceitos, novas formas de comunicação e tantas outras coisas mais. Essa essência constitui-se em regra universal, ou seja, em uma abstração imanente à reprodução de todas as formações sociais históricas.

Para concluir as considerações acerca do quadro geral da reprodução bipolar do ser social – consubstanciada através da inter-relação de reprodução biológica do homem e de reprodução da sociedade –, faz-se necessário indagar qual delas tem prioridade ontológica. A resposta a essa questão será dada no próximo tópico.

### **3 Relações entre Reprodução, Prioridade Ontológica e Mediação Social**

Lukács (1979b, p. 40) postula que quando se atribui uma “prioridade ontológica” a determinada categoria com relação à outra, quer se entender simplesmente o seguinte: “a primeira pode existir sem a segunda, enquanto o inverso é ontologicamente impossível”.

Um exemplo a respeito é a tese materialista de Marx segundo a qual o ser possui prioridade ontológica com relação à consciência. Para Lukács (Idem, ibidem, p. 40), isso significa tão-só que “o ser pode existir sem a consciência, enquanto a consciência só pode existir tendo como fundamento algo que é”. E disso não deriva a idéia de nenhuma hierarquia de valor entre ser e consciência. Até porque a própria investigação ontológica da realidade encontra indícios concretos que revelam que a

consciência humana apenas surge em uma etapa bastante tardia do desenvolvimento da matéria orgânica (Idem, *ibidem*, p. 40-41).<sup>10</sup>

O mesmo vale para conferir a objetividade do valor de uso (valor das coisas em sua forma particular, concreta), que tem em si a prioridade ontológica em relação ao valor de troca (valor das coisas em sua forma geral, abstrata e igual). Ora, a função social do valor de uso é algo perfeitamente viável de se realizar sem a existência do valor de troca. Já este, ao contrário, não é capaz de haver sem uma base de relações de produção assentada no valor de uso. Marx (1977, p. 52-53) demonstra que por longa sucessão histórica as sociedades se reproduziram sem necessidade do valor de troca com função econômica configuradora da produção social: esta forma peculiar de valor constitui um fenômeno muito recente na história da estruturação econômica das sociedades.<sup>11</sup>

A partir dos exemplos acima, vem à tona uma constatação elucidativa, concernente à prioridade ontológica a um dos pólos da reprodução do ser social: sem a reprodução biológica do homem como ente natural, a reprodução do ser social não é factível de existência e nem de continuidade histórica.

Vale dizer então que a reprodução biológica do homem como ente natural – mediante uma contínua e mutável taxa reprodutiva (ou “taxa de fecundidade”, que é o número médio de filhos por mulher em idade de procriar) – constitui a premissa básica de

---

<sup>10</sup> Baseado em dados das pesquisas científicas, é possível traçar algumas datas aproximativas, que em si revelam o que de fato significa a expressão “emergência tardia da consciência humana”. Por exemplo, a origem da vida propriamente dita ocorre a 1,5 bilhões de anos depois da origem do planeta terra, datada de há quase 5 bilhões de anos; enquanto que a origem dos organismos multicelulares, que fez surgir seres complexos, consubstanciados em miríades de plantas e animais, só veio a ocorrer há cerca de 2,897 bilhões de anos depois da origem dos organismos unicelulares; já a origem da consciência humana data de uma época muito posterior à origem dos organismos multicelulares, em torno de 2,9 bilhões de anos – ou em torno de 2,5 milhões de anos atrás (Encyclopaedia Britannica, 1995; Leakey, 1997).

<sup>11</sup> Com isso não se pretende dizer que não existam produtos com valor de troca nas sociedades pré-capitalistas. Eles existem. Contudo não constituem em fator de valorização do valor, pois são trocados apenas para o autoconsumo dos indivíduos. O valor de troca como elemento de valorização do valor vai de fato se tornar em realidade efetiva apenas com as sociedades capitalistas.

possibilidade da continuidade da reprodução social. Baseado nisso, vai concluir Lukács dizendo que a atividade da reprodução biológica do homem detém *prioridade* com “relação a toda outra forma de atividade humana” (Lukács, 1981, p. 169-170). A realidade de tal prioridade fica evidente também em outro plano, se se levar em conta os indícios históricos provenientes das análises arqueológicas. Estas revelam que por durante um tempo prolongado, em termos relativos de mais de um milhão e meio de anos de história, o trabalho, a categoria central da reprodução do ser social, esteve a serviço quase exclusivo de prover os bens restritos à reprodução biológica: os alimentos necessários de cada dia.

Análises semelhantes também revelam que, por esse mesmo período – devido ao baixo índice de complexidade do processo de trabalho, da divisão do trabalho, da economia e concomitantemente das relações sociais –, as sociedades humanas se reproduziram “predominantemente por intermédio de um plano quase meramente biológico”, quer dizer, sem a introdução e a mediação, no processo reprodutivo, de formas de mediações sociais puras, ou seja, daquelas formas mais afastadas da inter-relação metabólica do homem com a natureza, como a divisão social do trabalho, a linguagem escrita, o valor de troca, a propriedade privada, o Direito, a política de classe etc. Quanto a isso, acrescenta Lukács (1981, p. 169-170) que é inimaginável, por outro lado, que tais formas de mediações sociais existam sem a reprodução biológica do homem, como sua real base de ser.

BH/UFC

Diante do quadro geral das considerações acima delineadas, surge uma outra, que merece destaque. Desde o momento histórico da ocorrência do salto de um ser orgânico para um ser social, detonado por meio da emergência da posição teleológica do trabalho, verifica-se que as bases da reprodução da espécie deixam de ser realizadas tão-só pelo concurso de determinações biológicas: entram simultaneamente em cena os complexos sociais (mediações) que ontologicamente são determinantes no que se refere à reprodução biológica. Dito de outro modo, quer se dizer que, no plano do ser social, a perpetuação da espécie – dada mediante uma contínua e mutável taxa reprodutiva –

passa a ser subordinada à mediação das categorias sociais. Essa idéia se contrapõe as pretensas leis naturais da população humanas, defendidas desde o final do século XVIII.

Malthus, por exemplo, relacionou o aumento da pobreza, da desigualdade social, da violência e da alta taxa de mortalidade humana ao crescimento desordenado da população. Pois tal crescimento, determinado segundo leis naturais" (de progressão geométrica, 2, 6, 12, 18 etc.), não seguia, argumentava ele, o mesmo ritmo do crescimento (de progressão aritmética, 1, 2, 3, 4 etc.) da produção dos bens necessários à manutenção e à reprodução da vida (Malthus, 1996, p. 246-247). Nesse sentido, as desigualdades sociais, a pobreza, a fome, a violência etc, tinham suas causas nessa "lei natural" – que devia ser comedida. A solução a ser tomada, proferiu Malthus, seria o controle da taxa reprodutiva – em especial da população trabalhadora. E classificou duas categorias fundamentais de controle: preventivo e positivo. Considerava "positivo" o controle advindo do aumento da taxa de mortalidade, através da fome, da miséria, das pragas, da guerra e da morte pela fome. E "negativo" a redução da taxa de natalidade, através da esterilidade, da abstinência sexual e do controle de nascimentos (Malthus, 1996, p. 261-289).

Em contraposição, Marx refutou essa teoria ("aritmética dos coelhos") em todos os seus fundamentos.<sup>12</sup> Para o pensador alemão, as leis da população são sociais e não naturais. E cada tipo de formação social "tem suas próprias leis historicamente válidas" (Marx, 1996, Livro I, Tomo 2, p. 262).

---

<sup>12</sup> A teoria de Malthus foi refutada. Mas nos décadas de 60, 70 e 80 do século XX, em vários países capitalistas periféricos, orientados por projetos neoliberais do FMI e Banco Mundial, que se embasavam na teoria de Malthus, foram implementadas campanhas de esterilização de grandes contingentes de mulheres componentes da população da classe trabalhadora, com base no campo e nas periferias dos centros urbanos. A capacidade de reprodução da vida dessas mulheres foi interrompida, a favor de "políticas" voltadas à diminuição de investimentos do Estado destinados aos serviços de saúde pública às populações trabalhadoras, para, de um lado, se direcionar fundos para capitalizar empresas privadas e, de outro, para aumentar o superávit primário, com vistas aos pagamentos dos juros e dos serviços da dívida pública dos estados nacionais com os organismos financeiros internacionais. Brasil, México e Índia, são casos ilustrativos a respeito.

Seguindo essa tese de Marx, alguns exemplos a respeito, extraídos a partir das formações sociais, podem ser esclarecedores. Ressalvando que formações sociais correspondem a uma abstração fundamentada em traços característicos gerais, postos pela própria realidade. Todavia, esses traços não são absolutos, pois algum deles, por exemplo, de essência capitalista pode está contido em algum tipo de sociedade sem que esta seja predominantemente capitalista. Pensando nisso, Marx (1996, Livro I, Tomo 2, p. 7) fez uma observação pertinente, ao afirmar que os traços caracterizam apenas coisas gerais, “pois linhas fronteiriças abstratamente rigorosas separam tão pouco as épocas das sociedades quanto as da história da Terra”.

Dito isso, pode-se dizer que nas formações humanas originárias, em especial configuradas pelos povos denominados coletores/caçadores nômades, a população gira em torno da média de 500 pessoas, distribuídas em 20 pequenos “bandos”, cada um composto por 25 indivíduos, em média. Verifica-se que nos bandos a taxa reprodutiva se limita a um filho a cada quatro anos. Porém, essa taxa é determinada socialmente. Em processo intercalado com o dinamismo da divisão do trabalho sintonizado à interação do bando com a natureza e dos membros entre si, de modo a harmonizar a reprodução à mobilidade da mãe na coleta de alimentos, bem como à mobilidade do bando, que constantemente se desloca para novos lugares. Mas a taxa pode ser ampliada tão logo o bando se fixe em um lugar com suprimento abundante de alimentos (Leakey & Lewin, 1988, p. 246). Entretanto, constata-se que a ampliação é controlada socialmente, mediante fixação de um número “y” de nascimento de filhos para cada mulher. A taxa de diferenciação entre os sexos também é socialmente controlada – em muitos casos através da prática do infanticídio.<sup>13</sup>

Nas formações de classes, a mediação social sobre a reprodução biológica ganha, grosso modo, determinações de classe – efetivadas, além da economia, por meio

<sup>13</sup> Em algumas tribos amazônicas, o nascimento de gêmeos não é visto com bons olhos. Ao contrário. Julga-se que uma das duas crianças traz consigo um tipo de maldição funesta para a comunidade. Como não se sabe qual delas, a comunidade não encontra outra alternativa a não ser assassiná-las de uma só vez. Observa-se como é forte a mediação da religião em todo esse processo.



de mediações como a política,<sup>14</sup> o Direito, a educação, o Estado, a ideologia, a religião, a ciência etc. No escravismo grego, havia leis jurídicas cuja finalidade se destinava a incentivar tanto o aumento como o controle da taxa reprodutiva. Aristóteles (2002, cap. 6-7) traz informações reveladoras. Relata que na belicosa cidade de Esparta, existiam leis de incentivo ao aumento da taxa reprodutiva, ao eximir de todos os impostos às famílias dos cidadãos (proprietárias de terras e escravos) que tivessem quatro filhos, e dispensar proteção do Estado àquelas que tivessem apenas três. Tais leis visavam o aumento do número dos cidadãos (em larga e desproporcional desvantagem ao número da população escrava) e de homens para ampliar as fileiras do exército. Já na cidade de Lacedemônia, o controle social sobre a reprodução biológica recaía sobre o objetivo de se alcançar uma menor taxa de procriação, detonada através de incentivo à abstinência sexual das mulheres e da prática homossexual entre os homens – o fim era equilibrar o número da população de acordo com excedente econômico produzido pelos trabalhadores escravos, mas apropriada e acumulada pela classe dos cidadãos.<sup>15</sup>

---

<sup>14</sup> Aqui se refere à política como atividade eminentemente associada a “exercitação” do Estado, cuja finalidade, nesse contexto, é o de “conquistar e conservar o poder (de uma classe ou de um grupo sobre outros) e de se contrapor aos que ainda não o detêm” (Chasin, 2000, p. 169). Concretamente na história da reprodução do ser social, essa forma de atividade gerou-se sob a base da produção e apropriação dos excedentes do trabalho, sob a mediação da propriedade privada, do Estado e do Direito. Fenômenos esses trazidos à luz por meio das sociedades divididas em classes. O Estado, nesse contexto, nasceu da necessidade de evitar que os interesses econômicos opostos e colidentes entre as classes, a respeito do acúmulo de excedentes e da apropriação da terra e de trabalho, não devorassem e nem dissolvessem a sociedade em uma luta estéril (Engels, 2000, p. 191). Contudo, o Estado ao nascer e evoluir, toma forma de um poder externo aparentemente posto acima dos interesses de classe, para assim ganhar legitimidade, credibilidade, e amortecer o choque interclasse e a mantê-lo dentro dos limites de uma ordem que, do ponto de vista da classe dominante, se caracteriza como ideal e justa. Significando, por outro lado, que nas sociedades originárias (aquelas com absoluta ausência de classes e sem acúmulo sistemático de excedente e de propriedade privada), o Estado e seu modo próprio de “exercitação”, a política de classes, não existia, isto é, não era aí a “mediação” que articulava os conflitos sociais; a forma histórica de política aí existente era de essência “espontânea”, ou seja, o quadro dos problemas ou dos conflitos sociais eventualmente gerados, efetiva-se mediante a “auto-resolução”.

<sup>15</sup> Aristóteles avalia negativamente as práticas sobre a diminuição da taxa reprodutiva em Ladedemônia. Pois, observa o pensador grego, “o Estado não pôde sofrer uma só calamidade”, ocorrida na batalha de Leuctras em 371 a. C., “tendo perecido pela escassez de homens” (Aristóteles, 2002, cap. VI-12). Quer dizer,

Nas formações feudais, em razão da acentuada desigualdade econômica e educacional entre as classes que as compunha, as maiores taxas de natalidade e de mortalidade se encontravam mais entre as famílias dos servos do que entre as famílias dos senhores. Todavia, de modo geral, altos índices de mortalidade afetavam as duas grandes classes. Mortalidade provocada sobretudo por causa de grandes surtos de viroses, e por revelia de inúmeras outras formas de doenças não controladas e desconhecidas.<sup>16</sup> Diante de tal quadro ameaçador à continuidade da reprodução da espécie, a Igreja Católica, à época, se “investiu da função divina” de incentivar, de um lado, o aumento da taxa reprodutiva, e, de outro, condenar, por meio de rígidas doutrinas religiosas, métodos contraceptivos. Entretanto, as bases materiais para o aumento real da taxa de reprodução humana, advieram objetivamente do desenvolvimento da economia, mediante inovações técnicas do trabalho de cultivo, de consecução de novos meios de produção e da melhoria e descoberta de novas culturas – cujos efeitos repercutiram no aumento da oferta de alimentos, promovendo elevação na qualidade de vida das populações feudais.

O leque de mediações sociais influentes sobre a reprodução biológica, ganha maior teor de complexidade social com as formações capitalistas. A economia passa a ser gerada sob a lei da valorização do valor (capital), através da extorsão do trabalho excedente não retribuído (mais-valia), realizado às duras penas pela classe trabalhadora. Vai assegurar Marx que de modo imprescindível é isso que provoca a acumulação, concentração, centralização e distribuição desigual da riqueza social por entre as classes sociais, provocando fome, desnutrição, miséria, violência – de maneira especial pelos interstícios da classe trabalhadora (Marx, 1996, Livro I, Tomo 2, p. 245-337; isto é, todo o

---

a morte dos homens na batalha interditou a continuidade das reproduções biológica e social, e o estado de igual modo pereceu.

<sup>16</sup> Na Europa feudal, entre 1347 a 1351, morreram 25 milhões de pessoas abatidas pela doença chamada de “peste negra”.

capítulo XXIII). A realidade desse quadro impacta profundamente, de forma desigual, sobre a reprodução biológica comum a cada classe social.

Na Inglaterra do século XIII e até a metade do subsequente, a demanda generalizada do capital por trabalho infantil foi, entre tantos outros, um dos fatores que mais estimulou o aumento da taxa reprodutiva das famílias da classe operária. Por outro lado, a descoberta pela ciência da vacina contra a varíola, na metade do século XIX, a melhoria no saneamento básico, investimentos em educação e em saúde pública, foram fatores que cooperaram para a redução dos altos índices de mortalidade vigente no interior das classes sociais. De modo geral houve, naquele século e no século subsequente, um surto de crescimento populacional por todos os países capitalistas. Como também, de forma proporcional, houve um aumento alarmante nos índices de pobreza e de violência, em especial no âmago da população operária.

O objetivo, desses exemplos acima aventados, foi o de demonstrar que, na esfera do ser social, a reprodução biológica do homem como ente natural "tem prioridade ontológica" com relação a toda outra forma de atividade humana, mas, por outro lado, ela só se efetiva pela "mediação da sociedade". Como também destacar que cada formação social possui suas maneiras particulares de mediação sobre a reprodução biológica. E disso se tira a constatação de um fenômeno comum apenas ao desenvolvimento da reprodução do ser social. Observa-se como a forma da mediação social, que articula a reprodução biológica dos homens das formações humanas originárias, se encontra muito próxima das determinações ligadas diretamente às condições naturais de oferta de alimentos dada pelo ambiente circundante e cambiante.

Por outro lado, se observa que nas formações escravistas já se apresenta um processo de constante afastamento da taxa de reprodução humana das "determinações diretas de tais condições", introduzindo aí novos complexos mediadores, como a economia assentada na produção de excedente, na propriedade privada, na divisão de classes, na política, no Estado etc. Mas, em última instância, a essência das mediações comuns às sociedades pré-capitalistas tinha seu fundamento preso na "dominância da

propriedade fundiária”, quer dizer, esta e a agricultura constituíam a base econômica da estrutura social, cujo objetivo era a produção de valores destinados à própria reprodução da vida e não à valorização do valor. Assim, onde a propriedade fundiária reina soberana, a relação com a natureza é ainda predominante no que tange à geração das leis populacionais.

Marx, ao verter idéias sobre o processo de subsunção da reprodução biológica da classe trabalhadora ao capital, vê um fenômeno novo sobre isso. Declarou que, “no período de infância da produção capitalista”, quando o progresso de acumulação ampliada da riqueza como capital era lento, “o próprio capital se chocava com as barreiras naturais da população trabalhadora explorável”, assente em leis de reprodução geradas nos estágios precedentes. Barreiras que só foram afastadas pelo uso da “violência” (1996, Livro I, Tomo 2, p. 262). Do uso desse método, as leis populacionais foram desvinculadas do meio principal de produção da riqueza, a Terra: mediante o “enclosure”, expulsão da população rural para as cidades, criação e dilatação da jornada de trabalho etc. Processo que resultou na expropriação e separação da população trabalhadora dos meios de produção e de subsistência, “convertendo-a em força de trabalho para o capital”. A reprodução humana, daí em diante, passaria a ser subordinada à lógica de leis puramente sociais: a troca e a valorização do valor.

Todos esses fatos históricos revelam dois fenômenos cruciais. Primeiro, a reprodução biológica é natural, mas a “população” resultante dela já não é, em nenhum sentido; em virtude de ser produto da mediação fundamentada em leis engendradas a partir da sociedade. Por conta disso foi que Marx (1996, Livro I, Tomo 2, p. 262) disse: “uma lei populacional abstrata só existe para planta e animal, à medida que o ser humano não interfere historicamente”. Segundo, a história da reprodução do ser social em si apresenta-se como um processo de “afastamento das barreiras naturais”, isto é, cada vez mais ela afasta-se, em aspectos cruciais, de situações primitivas, ou originárias. O próximo capítulo será dedicado ao exclusivo delineamento deste último fenômeno – que será feito predominantemente à luz das idéias de Lukács.

### CAPÍTULO III

## REPRODUÇÃO SOCIAL COMO AÇÃO DE AFASTAMENTO DAS BARREIRAS NATURAIS

### 1 Tendências Históricas da Reprodução

Em um estágio bastante primitivo, alguns poucos milhões de anos depois do salto ontológico que resultou na origem do ser orgânico, a distinção de reprodução entre vegetais e animais se tornava tão vaga, que os dois complexos pareciam fundir-se, por quase não haver evidente diferenciação entre ambos.<sup>1</sup> Mas com o tempo, cada complexo foi, cada um a seu modo, aperfeiçoando o próprio metabolismo com o meio, como também o próprio quadro categorial específico de reprodução.

Com efeito, a diversificação das espécies, nos dois complexos, ia se ramificando e se desenvolvendo na medida que os problemas de reprodução iam aparecendo e sendo resolvidos por caminhos diferentes, de acordo com a realidade cambiante do meio natural em que cada espécie habitava e se reproduzia. Nesse sentido foi que dentro dos grupos de plantas e animais formou-se um número considerável de tendências evolutivas, muitas das quais envolveram mudanças partindo de um grau simples a uma progressiva complexidade.

Isso vem revelar que o dinamismo de desenvolvimento da reprodução assume, na natureza orgânica, formas superiores, "distanciando-se" das determinações de suas formas primitivas, simples. No metabolismo dos animais com o seu ambiente,

---

<sup>1</sup> Hoje uma criança ou um adulto não tem nenhuma dificuldade em distinguir um cajueiro de um tamanduá, uma mangueira de um asno, por exemplo. Mas nos tempos iniciais do surgimento da vida, as primeiras plantas e os primeiros animais eram muito parecidos entre si. Os fósseis desses primeiríssimos seres orgânicos, encontrados pelos botânicos e zoólogos, ao serem analisados trazem dificuldades de se fazer uma clara distinção entre ambos.

segundo um exemplo dado por Lukács (1981, p. 147), “reações diretas” e exclusivamente de natureza biofísicas e bioquímicas comuns às espécies animais simples, foram sendo paulatinamente substituídas até ganhar, com a introdução de espécies superiores, outras “reações mais complexamente intermediadas”, como por sistemas nervoso e por várias formas de consciência “epifenômicas”.<sup>2</sup>

Por esses fatos, se constata que na esfera orgânica há tendências históricas de as categorias da reprodução ganhar direções para patamares cada vez mais puramente biológicos. Porém sem jamais poder se separar de categorias próprias da natureza inorgânica. Fenômeno muito semelhante, mas só muito semelhante, ocorre com a continuidade histórica imprimida pela reprodução do ser social.

O estudo ontológico sobre a reprodução da vida social que Lukács realizou, evidencia que só de maneira bastante gradual e contraditória, passando por muitíssimas etapas, é que categorias, que surgem em um quadro histórico de relações sociais simples e articuladas entre si e com a totalidade por um quadro reduzido de mediações, adquirem apenas em etapa posterior o caráter de “sociabilidade predominante”. Predominante em virtude de a vida social jamais poder, no processo de “desenvolvimento desigual e contraditório” de sua reprodução, separar-se completamente de suas determinações naturais (Lukács, 1979b, p. 53).

Determinações naturais como a alimentação e a sexualidade, que nas sociedades originárias se apresentam como categorias com forma e conteúdo “predominantemente natural” (comer crus raízes e carnes, fazer sexo com finalidade ligada à simples reprodução da prole), ao passo do desenvolvimento da reprodução

<sup>2</sup> Consciência “epifenômica” é a forma da consciência animal, que se mantém, de acordo com Lukács, sempre como simples momento parcial subordinado ao seu processo de reprodução biologicamente fundado, e que se desenvolve segundo as leis da biologia. Ou seja, é um tipo de consciência determinada por reflexos e estímulos essencialmente biológicos. Muito embora se deva reconhecer que ela ganha uma maior sofisticação mediante a considerável capacidade de elasticidade com os animais superiores, observado com clareza em primatas e em vários tipos de animais domésticos. Contudo, esclarece Lukács (1981, p. 34-35), “na natureza a consciência animal jamais vai além de um melhor serviço prestado à existência biológica e à reprodução e por isso, de um ponto de vista ontológico, é um ‘epifenômeno’ do ser orgânico”.

social vão evoluindo até assumir nas relações sociais, de modo cada vez mais nítido, categorias com forma e conteúdo “predominantemente social”.

Como, por outro lado, em um contexto de reprodução em um estado de maior nitidez social, em que as forças produtivas e relações de produção se apresentam com grau elevado de mediação, portanto com maior complexidade, também surge tipos de “categorias sociais puras”, tais como a divisão social do trabalho, a linguagem escrita, o valor de troca, o Estado, o Direito etc., em razão de elas já se encontrarem muito *afastadas* dos seus vínculos com as determinações naturais (Naturwüchsigen). Contudo, nenhuma dessas categorias puramente sociais se encontra em definitivo desligado das *categorias da natureza*.<sup>3</sup>

Esse fenômeno representa um processo próprio à reprodução da vida social. Devido ser de qualidade diversa do fenômeno análogo corrente no interior da reprodução orgânica. Antes de qualquer coisa porque é ele de essência social. Ou seja: é um processo de desenvolvimento exclusivo de um tipo de ser cuja reprodução é determinada socialmente por meio de posições teleológicas singulares em contexto de relações sociais cambiantes e historicamente dadas. Assim, após Marx, Lukács denomina e sistematiza esse processo de desenvolvimento pelo nome de “afastamento das barreiras naturais”:

No ser social chamamos de *afastamento das barreiras naturais* o constante reforço quantitativo e qualitativo das forças, relações, categorias, que se revelam segundo um processo no qual as determinações do ser social se tornam cada vez mais nitidamente sociais, cada vez com maior clareza se desprendendo do seu vínculo com as determinações naturais (Lukács, 1981, p. 168; grifos nosso).

---

<sup>3</sup> As categorias sociais são sociais em virtude de terem sua origem nas relações sociais e não a partir da natureza. Contudo, aqui não está se estabelecendo uma dicotomia entre natural e social. Até porque nenhuma categoria social se encontra de todo desligada natureza; esta resta como substrato material. Por exemplo: a massa encefálica é o substrato material da consciência humana; o níquel é o substrato material em que se expressa fisicamente o valar (relação social) do dinheiro. No decorrer de todo o capítulo isso ficará cada vez mais claro.

O ser social encerra um tipo exclusivo de continuidade histórica (quer dizer, um ininterrupto movimento contraditório de conservar-e-progredir adiante) marcada por um desenvolvimento (Entwicklung) no qual suas categorias naturais, mesmo sem jamais desaparecerem, recuam de modo cada vez mais nítido, deixando o lugar de destaque para formas de “categorias predominantemente sociais” que não têm na natureza sequer um correspondente análogo. É o que ocorre no caso do intercâmbio de mercadorias, onde determinadas formas próximas à natureza (o gado como meio geral de troca) são substituídas pelo dinheiro [moeda], que é uma categoria objetiva puramente social (Lukács, 1979b, p. 53-54). Esse fenômeno específico à reprodução social será visto no tópico a seguir.

## **2 Afastamento das Barreiras Naturais no Processo da Reprodução Social**

O interesse principal nesse tópico, além de qualquer coisa, é demonstrar o desenvolvimento desigual e contraditório da reprodução social como processo de “afastamento das barreiras naturais”, dado através da contínua evolução de categorias com forma e conteúdo natural para um estado predominantemente social. A demonstração desse fenômeno será ilustrada por intermédio de categorias específicas utilizadas por Lukács, como a alimentação, a sexualidade e a divisão do trabalho. A exposição a seguir seguirá esse ordenamento.

### **2.1 A alimentação**

A satisfação da fome é uma necessidade primária para o ser vivo em geral permanecer como ser vivo. No entanto, o modo de prepará-lo para satisfazer a fome, muda qualitativamente no contexto da reprodução social, se comparado com a do ser orgânico. Para sublimar essa realidade Lukács (1981, p. 148) recorre a uma citação de Marx (1977, p. 210): “a fome é a fome, mas a fome que se satisfaz com carne cozinhada,



comida com faca e garfo, não é a mesma fome que come a carne crua servindo-se das mãos, das unhas, dos dentes”.

Isso é relevante para se observar que no contexto da reprodução social ocorre, de acordo com Lukács, uma dupla determinação acerca da fome e da alimentação. De um lado, “fome” e “alimentação” são categorias de “determinações naturais não-suprimíveis”, eternas necessidades da subsistência do homem enquanto ente natural. Já, de outro lado, as “formas” de o homem enquanto ente social satisfazer a fome que o provoca, “são determinações originadas a partir da sociedade”, realizadas “em função da mediação do desenvolvimento do complexo da economia” (Lukács, 1981, p. 148).

Em outras palavras, o homem não pode escapar à fome e à alimentação em virtude de serem categoriais naturais não-suprimíveis. Mas não se pode dizer que as formas de satisfação da fome são naturais, uma vez que elas se realizam de conformidade com o estado em que se encontra o modo social de os entes sociais satisfazerem suas necessidades fisiológicas – necessidades que remetem não só a coleta, ao consumo direto da natureza, mas à produção social que “em si” implica a mediação (Vermittlung) de formas de cooperação, de divisão do trabalho, de processos de feitura de instrumentos e utensílios, de preparação, de posse, distribuição e consumo dos alimentos pelo conjunto da sociedade. Enfim, requer a mediação social do complexo do trabalho e da economia.

Mas a “forma social”, isto é, os modos de como os homens socialmente satisfazem a fome, de como preparam os alimentos, variam, evoluem e sociabilizam-se no decorrer do desigual e contraditório desenvolvimento do ser social. Desenvolvimento que, ao fim e ao cabo, expressa com muita evidência, de acordo com Lukács, uma faceta especial do desenvolvimento do gênero humano.

Grupos humanos originários, que se multiplicam em diversas comunidades, em torno de um tronco social comum de costumes, de linguagem, tradições e de modos particulares de preparação de alimentos (criando “cozinhas” e “pratos” bem particulares

conforme os modos específicos de se preparar carnes e vegetais), daí formando regiões e depois nações, faz com que os indivíduos se sintam conscientemente parte de um gênero, como membros da espécie humana. Entretanto, o devir do gênero humano, tendo como exemplo a evolução das formas de preparo da alimentação, explicita-se em sua maior efetividade a partir do momento em que surge, se desenvolve e se intensifica a permuta entre as nações através do “mercado mundial”:

O gênero humano ascende à ordem do dia como problema universal que envolve todos os homens, apenas quando surge e se intensifica o mercado mundial. Ora, esse processo aparece com muita evidência na evolução das formas de preparar a alimentação: o caráter dessa preparação é de natureza local e só lentamente se integra em uma unidade regional, e, em termos muito relativos, é que se integra em um plano nacional. [...] Com o maior desenvolvimento do mercado mundial das relações entre os países, é que se percebe que as “cozinhas” vão gradualmente se internacionalizando (Lukács, 1981, p. 149).

O mercado mundial (Weltmarkt) já é uma categoria social pura, fruto histórico do desenvolvimento desigual e contraditório da reprodução do ser social. É por meio dele que as diversas formas de “cozinhas particulares” de diferentes sociedades são reproduzidas internacionalmente, desencadeando um rico e dinâmico processo de socialização de variados tipos de “pratos” e “cozinhas”, como também de diversos tipos de métodos e técnicas de manipulação, de produção e consumo de alimentos – conferindo unidade e direção ao devir do gênero humano para patamares cada vez mais afastado da sua situação originária, simples ou primitiva. Uma semelhante linha de evolução pode ser verificada em outra categoria de determinação natural: a sexualidade.

## 2.2 A sexualidade

Sabe-se que o sexo “em si”, quer dizer, o ato físico, é uma categoria de “determinação natural”, cuja principal função, nesse domínio, se relaciona à reprodução da espécie. Porém, o sexo entre os entes sociais toma forma de “relação sexual”. E

nessa dimensão ganha direta e indiretamente uma forma "predominantemente social", ainda que na sua origem se encontre ela fortemente caracterizada como categoria de predominância natural. Em tudo isso emerge uma importante constatação acerca da relação e distinção entre sexo (ato físico) e relação sexual (ato social), delineada segundo Lukács (1981, p. 150):

A recíproca atração entre homem e mulher jamais perde seu caráter essencialmente físico, biológico; no entanto a relação sexual, por meio da inferência das categorias sociais, acolhe "em si" um número crescente de conteúdos de diversos matizes que, mesmo se sintetizando mais ou menos organicamente com a atração física, têm todavia – direta ou indiretamente – um caráter humano-social que é heterogêneo se comparada àquela da [atração física].

A "relação sexual", nesse sentido, é uma categoria de caráter social. Constata-se isso com mais propriedade quando se percebe que mudanças históricas ocorridas na posição relativa entre homem e mulher, no contexto da estrutura da reprodução econômico-social, terminam por influir em mudanças substanciais sobre a relação sexual, afastando-a de si progressivamente as barreiras naturais.

Essas mudanças ocorrem sempre pela criação de novos comportamentos sexuais socialmente determinados. Que de acordo com as circunstâncias históricas podem, em um momento, ser legitimados e, em outro, repelidos ou abolidos, e logo em seguida criados outros. Basta recordar, utilizando-se de um exemplo de Lukács, como a "atração sexual entre irmãos e irmãs é tolerável em um dado momento histórico e em outro passa a ser considerado algo inaceitável" (Lukács, 1981, p. 149). Basta lembrar a mudança histórica, em diversas sociedades antigas, da relação sexual do estado de "heterismo" para o relacionamento monogâmico.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> O heterismo é um tipo de relacionamento sexual em que não somente o homem mantinha relações sexuais com várias mulheres, mas também a mulher mantinha relações sexuais com diversos homens, sem que com isso violassem a moral socialmente estabelecida. A monogamia, no sentido "formal", é algo oposto, as relações são estabelecidas entre casais mediante um matrimônio firmado sócio-economicamente entre as partes.

A relação monogâmica, e o direito paterno em que essa relação passou a se firmar,<sup>5</sup> de modo algum se pode dizer que foi apenas fruto da “atração física” – ou da desmedida paixão intimista tão “glamourizada” por Shakespeare. Como também não se pode dizer com certeza que ela surge logo no início do salto ontológico que deu origem ao mundo humano. Ao contrário. Tudo indica que foi resultado histórico de uma forma de “relação sexual” que se originou e ganhou caráter de predominância social a partir do conflito entre os sexos, e não da simples “reconciliação amorosa”. Conflito fomentado e mediado objetivamente por motivos econômicos, iniciados no estágio das sociedades agro-tributárias e escravistas, quando aí se deu o advento histórico da opressão econômica do sexo feminino pelo masculino: assim que este mediante espólios, saques, escravidão etc., obtidos com as guerras, conquistou riqueza material e “poder político”, pôde assim fazer triunfar a propriedade privada sobre a propriedade comum.<sup>6</sup>

Por outro lado, Lukács, baseado em Marx, vai assinalar que todo desenvolvimento das categorias no interior da reprodução do ser social é por essência desigual e contraditória. Essência essa determinada por duas tendências históricas, formando no plano ontológico uma unidade indissolúvel: entre tendências de desenvolvimento geral e tendências particulares (Lukács, 1981, p. 111). Para isso basta ter em mente, de acordo com Lukács (Idem, p. 150), o desenvolvimento geral e particular da relação homossexual em meio às Polis gregas. Relação que variava de função de acordo com a particularidade histórico-social de cada Polis. Em Atenas, entre filósofos e alunos, a relação homossexual tinha caráter erótico-ético. Em Esparta era o meio educativo de iniciação dos juvenis à sexualidade. Já em Lacedemônia se constituía em prática recomendada socialmente a favor do controle da natalidade. Essas variações

---

<sup>5</sup> Direito que veio a se consolidar quando a ascendência da prole passou a ser contada pela linha paterna, e não mais pela materna.

<sup>6</sup> Sobre essa questão queira ver os delineamentos de Engels em sua obra *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Em uma passagem assinala Engels (2000, p. 71): “o primeiro antagonismo de classe que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino”.

particulares, desiguais, representavam uma tendência geral de desenvolvimento da homossexualidade na Grécia clássica.

Com o advento da “ascese espiritualista cristã” na Idade Média, essa tendência geral é atenuada – mas só atenuada.<sup>7</sup> A ascese cristã se desenvolve por meio da valorização do casamento monogâmico, como relação matrimonial indissolúvel. Na valorização da virgindade e da castidade, de um lado, e na condenação do adultério, de outro. O prazer, mesmo no casamento, era visto como pecado. E a mulher era vista como um ser inferior ao homem – e por isso o homem tinha até o direito de castigá-la, quando necessário.

No capitalismo essa ascese cristã toma forma de “individualidade erótica burguesa”, através do desenvolvimento de comportamentos e princípios morais cristãos acerca da sexualidade de todo distante da grega mas bem próxima da Idade Média, centrando-se sobretudo na valorização última da prática heterossexual – e da opressão sexual, econômica e social sobre as mulheres pelos homens.

Para Lukács (1981, p. 150), a individualidade erótica burguesa se caracteriza por uma vazia ideologia e prática da relação sexual “que não consegue e jamais conseguirá superar a opressão do sexo masculino sobre o feminino, já que dela deriva uma falsa consciência cuja dimensão muito extensa vai da sincera exasperação à hipocrisia”.

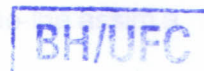
Diante do exposto, importante salientar é que os conteúdos e as formas sociais criadas pelos homens e mulheres modificam socialmente a forma natural da categoria do sexo. Tais formas sociais, segundo Lukács (idem, ibidem, p. 151), incidem nos aspectos corporais, na maneira de vestir, na cosmética etc., formando, a cada época,

---

<sup>7</sup> Durante a Idade Média, a homossexualidade tornou-se prática condenada, severamente punida. Contudo, havia um número relativamente grande de homossexuais. Como também havia muitos bordéis específicos para as práticas homossexuais, sobretudo nas cidades de Chartres, Orléans, Sens, Paris, Veneza e Florença. Mas tão logo surgisse uma crise, boa parte da expiação dos pecados recaía sobre a condenação os homossexuais ou “suspeitos”. Acreditava-se que Deus estivesse castigando a humanidade também por causa da promiscuidade dos homossexuais, rotulados, à época, como “raça pervertida”.

diferentes padrões sociais de sexualidade. Formas e padrões que igualmente influem de modo decisivo até mesmo sobre o funcionamento dos "instintos sexuais". Levando este a ter ligações e determinações estreitas com o desenvolvimento das relações sociais. Entretanto, a apesar de a sexualidade ser modificada socialmente, ela jamais perde sua ligação com a base biológica da existência humana: base em que se realiza a reprodução biológica e o prazer do gozo carnal.

Uma outra linha semelhante de evolução pode ser verificada em outra categoria natural da reprodução social, em que se verifica o afastamento das barreiras naturais agindo: a divisão do trabalho.



### 2.3 A divisão do trabalho

A reprodução da sociedade tem por base a produção social. Esta levada a cabo por indivíduos ou grupos sociais divididos, realizando atividades diferenciadas, no entanto combinadas. E a história revela que a produção social vem se efetivando através de determinadas formas de divisão do trabalho (Teilung der Arbeit).

De acordo com Marx & Engels (1996, p. 27-53), a divisão do trabalho é, no geral, efeito do desenvolvimento das forças produtivas – tocadas de acordo com as relações de produção (Produktionsverhältnisse) ou ao modo de *como* os indivíduos estabelecem relações entre si e com a natureza para produzir valores, no interior de uma dada forma de sociedade (Gesellschaftsform). Como por outro lado, ainda conforme Marx, o grau de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção corresponde ao grau de desenvolvimento atingido pela divisão do trabalho e vice-versa.

Mas, no imediato, a divisão do trabalho, argumenta Lukács (1981, p. 154-155), deriva e se realiza por meio da diferenciação das "posições teleológicas singulares" dos indivíduos. Diferenciação consubstanciada mediante duas formas: as voltadas para a transformação da natureza e as voltadas para incidir sobre a consciência de outros indivíduos. Essas duas configurações de posições teleológicas delineiam, no imediato,

todas as formas históricas de divisão do trabalho. E estas, uma vez existam como realidades “em si”, assumem caráter de objetividade social que se põe frente aos indivíduos como algo autônomo, não só retroagindo sobre suas posições teleológicas singulares, “mas sobre os seus modos de vida como um todo”. É o fenômeno, segundo Marx & Engels, da subsunção dos indivíduos à divisão do trabalho; quer dizer, é o resultado da própria força da ação dos entes sociais convertida em um poder objetivo, estranho e oposto a eles, que os subjugam ao invés de ser por eles dominado.

Essa subsunção apenas no comunismo, dirão Marx e Engels, desaparecerá, já que “cada um não mais terá uma esfera de atividade exclusiva, mas pode aperfeiçoar-se no ramo que lhe apraz, pois a sociedade regulará a produção geral, dando-lhe assim a possibilidade de liberdade de escolha das atividades que queira fazer” (Marx & Engels, 1996, p. 47).

Com efeito, a divisão do trabalho, mesmo levando em consideração a subsunção que ela provoca aos indivíduos, constitui, contraditoriamente, um dos momentos capitais do desenvolvimento da reprodução do ser social. E na história ela assume várias formas, sendo as principais: divisão natural, divisão social entre trabalho material e espiritual, entre campo e cidade, as quais estas últimas “se cruzam com a geração da divisão de classes e dos antagonismos de classe” (Lukács, 1981, p. 155).

São formas que “em si” revelam uma peculiar história de afastamento das barreiras naturais pela qual se verifica a tendência do desenvolvimento de configurações simples para configurações mais complexas de divisão do trabalho, ou seja, com caráter de “sociabilidade cada vez mais predominante” – ou mais mediada socialmente.<sup>8</sup>

<sup>8</sup> Existem outras formas de divisão do trabalho de grande relevância mas aqui não mencionadas, a saber: a divisão internacional do trabalho e aquelas encontradas em outras áreas da sociedade, como nas funções administrativas, judiciárias, políticas, científicas, educativas, artísticas etc. Entretanto, as formas tratadas por Lukács e delineadas neste trabalho são suficientes para demonstrar o complexo da divisão do trabalho agindo no processo de afastamento das barreiras naturais da reprodução social.

### 2.3.1 Divisão natural do trabalho

A primeiríssima divisão do trabalho surge e evolui a partir de um tipo de produção social que nasce naturalmente dividida de acordo com a diferenciação sexual, física ou por grau de idade dos indivíduos (Individuen). Então é uma divisão "predominantemente natural", já que a produção se plasma em meio a atividades sociais ligadas às determinações biológicas dos indivíduos. É um tipo de divisão que se põem frente a estes como uma "estrutura natural" (Naturwüchsig Gliederung), na qual todos se enquadram a ela de acordo com a determinação biológica de gênero, se masculino ou se feminino, de acordo com a aptidão física ou por nível de idade etc.<sup>9</sup> Entretanto, cumpre salientar que as atividades aí realizadas são de substância social, mas apenas a forma de como elas são divididas, vai declarar Marx (1996, Livro I, Tomo 1, p. 467), "é que é determinada a partir de uma base puramente natural".

É esta particular e originária divisão natural que em verdade constitui o ponto de partida e de desenvolvimento da articulação (Gliederung) da reprodução social comum às sociedades originárias.<sup>10</sup> Quer dizer. Comum àquelas sociedades historicamente

<sup>9</sup> Em linhas gerais, as sociedades em que domina a divisão natural do trabalho, mormente aos indivíduos do sexo masculino cabe a tarefa da caça e a da pesca, também a da produção e preparação de todo o equipamento de trabalho, como também a tarefa de educar os meninos; já aos indivíduos do sexo feminino cabe a tarefa da coleta e da educação das filhas. Com o surgimento da agricultura em sua fase insipiente (voltada para o atendimento do consumo imediato do homem e da sociedade e não para a produção de excedentes com fins de troca), o sexo masculino passa a ter por tarefa a derrubada das matas e a preparação da terra para a lavoura, enquanto o sexo feminino toca a lavoura, além de cuidar da casa, das crianças, da comida e da colheita.

<sup>10</sup> O autor deste trabalho usa, em vez de "primitivo", o adjetivo "originário" (ursprünglich), tal como corriqueiramente foi usado por Marx (e por Lukács, 1981, p. 291), para conceituar as sociedades em que os homens se encontram mais diretamente ligados à natureza, vivendo em comunidades com absoluta ausência de divisão de classes em sua estrutura interna. Os laços que estruturam tais comunidades em uma unidade social humana são as afinidades de sangue, de línguas, de costumes etc., e as atividades baseadas na caça, coleta, ou ora no pastoreio ou em uma agricultura elementar associada aquelas outras atividades. Em todo os sentido, a base predominante da sociedade é a terra, a natureza em si. Esta, vai dizer Marx (1991, p. 67), "é o grande local de trabalho, o arsenal que fornece os meios assim como os objetos de trabalho e a sede, a base da comunidade". Essa base ou sede, ou seja, o *lucus standi* da comunidade (natureza aberta ou fechada, ou algo mais sofisticado como uma aldeia), é portanto de substância total ou parcialmente natural (aldeia), ainda não sendo um ambiente totalmente produto do trabalho. Diferente de formações sociais



consubstanciadas, em um primeiro estágio, mediante pequenas unidades de indivíduos agrupados em hordas e, em um segundo, por meio de unidades agrupadas em tribos, e esta em confederações ou nações – coletando, produzindo e distribuindo bens baseados em atividades de caça e de coleta, de criação de animais e da prática de uma agricultura incipiente. Sendo que o trabalho coletivo, isto é, a síntese dos trabalhos particulares realizados por homens e dos realizados por mulheres, dá ao grosso da produção o destino de satisfazer apenas as próprias necessidades imediatas da reprodução do homem e da sociedade.<sup>11</sup>

Mas, através da geração de novas atividades e relações sociais, do aumento e diversificação da população e da realização ampliada de uma economia baseada na produção de excedente, e do surgimento de novas necessidades e de novos meios para satisfazê-las, vem à luz uma nova forma de produção social marcada por uma outra forma nova de divisão do trabalho, esta de substância predominantemente social, a saber: a divisão entre trabalho material e o espiritual. Divisão potencializada historicamente pelo nascimento da cidade Lukács (1981, p. 157).

### 2.3.2 Divisão social do trabalho

\* Marx & Engels (1996, p. 44-45) exprimem a idéia segundo a qual a divisão do trabalho torna-se efetivamente “divisão” (Teilung) apenas quando a produção passa a se realizar dividida por meio de duas formas distintas de trabalho: o material e o espiritual.

---

posteriores, em que a sede não é mais a natureza em si, mas um *locus standi* transformado socialmente pelo trabalho e as relações sociais, a cidade. Um outro traço comum é o caráter de prevalecer nelas a divisão natural do trabalho e uma economia de substância natural, ou seja, os indivíduos produzem apenas o necessário para a satisfação das necessidades imediatas da reprodução. São estes traços gerais que configuram a abstração conceitual de “sociedades originárias”.

<sup>11</sup> É essencial destacar que a economia que daí se origina e se desenvolve não tem por fundamento a produção e a acumulação de excedentes. Contudo, o quantum da produção que eventualmente venha sobrar, e que não seja utilizado diretamente nas necessidades básicas da reprodução, é consumido em festas e rituais, ou, em caso extremo, pode ser trocado ou não com produtos de outras hordas ou tribos, nos eventuais contados que fazem em suas fronteiras.

Visto que é ela que denota um tipo específico de divisão predominantemente social, com avançado grau de afastamento das barreiras naturais.

Primeiro porque a base dela não mais é engendrada por determinação biológica (sexo, pendor físico, nível de idade), mas sim pela especialização dos indivíduos em atividades sociais especializadas, originadas a partir da sociedade e não da natureza. Segundo porque sua base material não se encontra mais sustentada na oferta de alimentos dados espontaneamente pela própria natureza, mas no acúmulo de um excedente (surplus) gerado a partir da sociedade, nascido do "tempo de trabalho excedente" (surplus labour), em que os trabalhadores labutam além dos limites do trabalho necessário à sua reprodução.

O surgimento dessa forma de divisão do trabalho predominantemente social, remonta às sociedades agro-tributárias, assim que estas fundaram as cidades.<sup>12</sup> A partir

---

<sup>12</sup> Sociedades agro-tributárias, das quais aqui se fala, designa uma abstração correspondente àquelas formações sociais que de modo geral apresentam traços socioeconômicos muito semelhantes, mas não rígidos. Formações denominadas por Marx (1996, Livro I, Tomo 1, p. 471-473) de "sociedades asiáticas", ou, do ponto de vista econômico, de "modo de produção asiático". Eram formadas por comunidades aldeãs, vivendo economicamente da agricultura de regadio, cujas comunidades se assentava em terras férteis às margens de rios ou em regiões pantanosas. Lugares onde a produção de excedente econômico-agrícola, exigiu transformações substanciais no meio ambiente, através da feitura de canais de irrigação, drenagens, terraços etc. Nessas sociedades, apesar de uma intensa divisão social do trabalho, com atividades divididas mas articulada entre a agricultura, artesanato e comércio, não existia divisão de classes e nem tampouco a predominância da figura do proprietário privado. O indivíduo só usufruía a terra como membro da comunidade. Sendo a terra de propriedade do Estado ou de uma entidade idealizada: os deuses. O governo (imperador, rei, sacerdote ou governador geral) era tão-só o proprietário nominal das terras. Os aldeões, em troca do seu uso, sistematicamente "pagavam tributos", mediante produção de excedentes, serviços militares e administrativos, trabalhos coletivos em feitura de obras hidráulicas, como canais e aquedutos, e obras monumentais como templos, pirâmides etc. Por esse motivo, a forma do trabalho não era de feitio comunal, servil, escravo e nem assalariado, mas tributário. Do ponto de vista da economia, a massa principal da produção proveniente do mais-trabalho dos aldeões, se destinava ao atendimento das necessidades imediatas de consumo. Uma outra parte à troca; mas a um tipo de troca cuja finalidade era igualmente atender as necessidades imediatas de consumo da sociedade. Toda essa estrutura era representada por governos locados em grandes cidades. De modo geral, são essas características que marcam as sociedades agro-tributárias, representadas pelos grandes impérios antigos na África, Oriente, Ásia e Mesoamérica pré-colombiana; tais como o Egípcio (3 100 a.C. a 30 a.C.), o Sumério (3 100 a.C. a 1950 a. C.), Babilônico (1894 a.C. a 539 a.C.), Assírio (1 400 a.C. a 612 a.C.), Chinês (2000 a.C. a 1911 d. C.), Olmeca (1 500 a.C. a 400 a.C.) e Maia (1 500 a. C. a 1 400 d. C.).

desse contexto observa-se o surgimento de novas atividades, como o “trabalho material” (materiellen Arbeit) de curtição e produção de objeto de couro, de fundição e produção de objetos de bronze, ferro e ouro, de carpintaria, pedreiro, arquiteto e escultor; como o “trabalho espiritual” (geistigen Arbeit) de escribas, educadores e legisladores, de místicos, contadores e administradores, de conselheiros e chefes de governo etc.

Todavia, com a emergência das sociedades escravistas gregas e romanas, a divisão social do trabalho ganha maior complexidade com a divisão de classes, que estruturam tais sociedades. A partir daí ocorre uma diferenciação na produção social entre uma classe que se restringe à consecução do trabalho material e outra a do trabalho espiritual. Dessa realidade nascem tipos de “trabalhos espirituais refinados” (gerados por membros da classe proprietária de terra e de trabalho escravo): a escrita alfabética, a educação escolar, a geometria, a gramática, a literatura, o teatro, a música, a lógica, a filosofia, a política e tantas outras.

Valendo lembrar que, diferente daquela primeiríssima divisão, esta encontra seu fundamento de sustentação na existência da cidade, e esta na esteira de uma necessária produção e acúmulo de excedente, e, conseqüentemente, do uso intensivo e extensivo de mais-trabalho (surplus labour) dos produtores diretos, quer dizer, de horas a mais de trabalho para além do necessário. Por exemplo, a manutenção e reprodução do ferreiro, do místico, escriba, filósofo, legislador ou da infantaria bem armada, que absorve todo um tempo de atividade intensiva durante as fases do ano, jamais seria possível sem a “reprodução ampliada” da economia através de excedentes provenientes do mais-trabalho. Quanto mais evoluem as sociedades complexas, ou seja, as sociedades baseadas em uma divisão social do trabalho, maior a demanda por mais-trabalho – pois este constitui a origem da produção e do acúmulo de excedentes.

Mas a divisão social do trabalho evoluiu com o nascimento de outras sociedades complexas. Marx (1996, Livro I, Tomo 1, p. 468-482), ao analisar a formação social capitalista, exprimiu a idéia segunda a qual a manufatura desenvolveu e multiplicou a divisão social do trabalho, criando inúmeros ofícios, inúmeros trabalhos especializados

e inúmeros trabalhos parciais (não-qualificados). Isso não só no interior da manufatura mas no interior da malha causal da própria sociedade. O processo se potencializou ainda mais com o advento da grande indústria, e depois com a indústria moderna desencadeada a partir do século XX.

Com o sistema Taylor (organização científica do trabalho) associado à produção em série do sistema fabril de caráter fordista, é que de fato ocorre a mais radical separação entre o trabalho material e o espiritual na imanência do processo produtivo, quando aí se dá a “brutal desqualificação” da atividade intelectual dos operários: a produção passa doravante a ser dividida entre aqueles que realizam as atividades ideativas e de planejamento, e aqueles que realizam “tão-só” as atividades manuais, mediante limitado número de gestos repetidos *ad infinitum*. Há outros casos que ilustram a evolução da divisão social do trabalho, mas aqui esses são suficientes. Entretanto, a demonstração ficará mais rica quando se focar uma outra divisão do trabalho norteadora daquela última: a divisão entre cidade e campo.

### 2.3.3 Divisão entre cidade e campo

A ocorrência da Revolução Agrícola no Neolítico (aproximadamente ocorrida há 8 mil anos a.C.), detonada pelo cultivo sistemático de cereais, arroz, raízes e milho, e do desenvolvimento técnico de seleção de melhores sementes para a semeadura, e do enxerto de variedades, visando melhores grãos em relação aos “selvagens”, e conseqüentemente com isso obter uma maior produtividade, foi um decisivo passo para o desenvolvimento da reprodução do homem e da sociedade. As populações e as sociedades históricas particulares se multiplicaram, em diversos ambientes, por vários continentes.<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup> Isso é observável nos vários lugares marcados pela Revolução Agrícola, como na Mesopotâmia, no Egito, na Índia, China e em regiões da Mesoamérica pré-colombiana (que compreendia o México e a América Central dos Olmecas e Maias).

Porém, através da Revolução Urbana no final do Neolítico (aproximadamente datada de 4 a 3 mil anos a.C.), engendrada com a fundação das primeiras cidades (ambiente em que se verifica a criação e o desenvolvimento de uma rede ampliada de atividades materiais e espirituais, de meios de produção e de matérias-primas, de mediações sociais como a propriedade comunal, o Direito, a linguagem escrita, o Estado, a troca e o comércio), foi dado um decisivo passo em direção à sociabilidade em escala progressiva (desigual e contraditória) do ser social. Direção esta da qual, assevera Lukács (1981, p. 157), "não tem sido possível retroceder". Muito embora, acrescenta ainda o pensador, "as funções políticas, econômicas e militares das cidades, sofram desde o início uma contínua e dinâmica mudança, mesmo que de vez em quando haja longos períodos de decadência das cidades" (Idem, *ibidem*).

Acentua ainda Lukács, que igualmente decisiva foi a rica mudança ocorrida no campo, desde a transformação no ser dos indivíduos, da economia e até dos costumes, após o surgimento da cidade. Além do mais, no interior desta surgem categorias com estrutura predominantemente social, afastada de relações diretas com a natureza:

A cidade é um complexo que não tem analogia alguma nos graus de ser inferiores: nela até as funções mais simples da vida são mediadas pela sociedade; e a ligação com a natureza é posta como um fato em desvanecimento – até um jardim, um parque, na cidade é uma estrutura predominantemente social (Lukács, 1981, p. 157).

Quando surgem as cidades através das sociedades agro-tributárias, e depois através das sociedades de classes em que nasceram a cidade-estado grega, a cidade-república romana e a cidade propriamente medieval, a divisão entre cidade e campo aparecia só unilateralmente. Nessas sociedades, em uma forma geral denominada por Marx de pré-capitalistas, as cidades ainda não se encontravam independentes em relação ao campo, e nem este em relação às cidades.

Apesar de serem formas de cidades distintas, em geral uma coisa as caracterizavam: o meio dominante de produção e de acumulação de excedentes era a terra, e a forma econômica dominante era a agricultura. Além do mais, nos impérios Sumério, Egípcio, Assírio, Hindu, Chinês, Olmeca, Maia, Grego e Romano, boa parte dos indivíduos vivia nas cidades, submetidos a um governo urbano que dominava econômica e militarmente a cidade e o campo. Entretanto o governo e os indivíduos viviam substancialmente ligados e dedicados ao campo, às atividades agrícolas.<sup>14</sup>

Nos interstícios da Europa da baixa Idade Média, apresenta-se um fenômeno novo. As cidades já eram autogovernadas e independentes, militar e politicamente, por exemplo, da Igreja e dos senhores proprietários de terras. E nesse quadro desempenhavam importante função social relativa aos ofícios e ao comércio. Porém, na Idade Média em geral, a vida citadina não era predominante, e a maioria dos indivíduos vivia no campo e do campo, quer dizer, vivia no meio rural e da atividade agrícola.<sup>15</sup> Em todos os casos, as determinações da reprodução dessa forma especial de divisão do trabalho, comum as sociedades pré-capitalistas, ainda mantinha laços muito estreitos com as categorias naturais – como presas por um cordão umbilical. Por essa razão ter dito Marx (1977, p. 225) que “em todas as formas de sociedade onde predomina a

---

<sup>14</sup> O mundo clássico reinventou as cidades, e a maioria das pessoas nelas vivia. No entanto, segundo Anderson (2000, p. 19), o mundo clássico era ainda “um mundo inalterável e maciçamente rural em suas proporções quantitativas básicas”. Ademais, entre as atividades de comércio, de manufatura e agrícola, esta última era a atividade inteiramente dominante da produção, fornecendo invariavelmente as principais fortunas das próprias cidades: “as cidades greco-romanas nunca foram predominantemente comunidades de artífices, mercadores ou negociantes [apesar de nelas existirem tais atividades]: elas eram, em sua origem e princípio, conglomerados urbanos de proprietários de terras [e de trabalhos escravo]” (Anderson, 2000, p. 19).

<sup>15</sup> Marx (1991, p. 74-75) observou esse contraste histórico, e delineou a seguinte expressão a respeito: “A *história antiga clássica* é a história das cidades, porém de cidades baseadas na propriedade da terra e na agricultura. A *história asiática* é uma espécie de unidade indiferenciada de cidade e campo – a grande cidade, propriamente dita, deve ser considerada como um acampamento dos príncipes, superpostos à verdadeira estrutura econômica. A *Idade Média* (período germânico) começa com o campo como cenário da história, cujo ulterior desenvolvimento ocorre, então, através da oposição entre cidade e campo. A *história moderna* consiste na urbanização do campo e não, como entre os antigos, na ruralização da cidade”.

propriedade fundiária, a relação com a natureza é predominante; naquelas em que o capital domina é o elemento social formado ao longo da história que prevalece”.

A partir do desenvolvimento das sociedades em que o capital domina, ou seja, as sociedades capitalistas, observa-se um radical afastamento das barreiras naturais nesse domínio. Pois aí se dá de vez a verdadeira separação entre cidade e campo, mediante a especialização maior entre ambas realidades. Sobretudo depois das revoluções Industrial e Agrícola em final do século XVIII à metade do século XIX. A verdadeira separação ainda tem por outra característica a subsunção do campo à cidade, subsunção da atividade agrícola à atividade industrial, e por fim a completa substituição do “camponês” (baluarte da velha sociedade) pelo trabalhador assalariado (Marx, 1996, Livro I, Tomo 2, p. 132).

Ao suceder a real separação de cidade e campo, como esferas produtivas distintamente especializadas e submetidas à lógica da valorização do capital, essa mesma lógica passa a ser a paradoxal lógica que cria, ao mesmo tempo, a união entre agricultura e indústria, como esferas igualmente produtoras de mercadorias: união *mediada* pela indústria capitalista e pelo trabalho assalariado.

Com efeito, a indústria essencialmente capitalista torna-se base de desenvolvimento das cidades, propulsora do crescimento da população urbana, da revolução da esfera da agricultura e do processo de encolhimento da população rural. Porquê a própria agricultura assume forma da indústria, se mecanizando, produzindo segundo a lógica industrial capitalista, quer dizer, poupando mão-de-obra. Já do ponto de vista da própria divisão em si, ela tem por essência a subsunção do indivíduo a essa peculiar divisão do trabalho, quer dizer, à subsunção do indivíduo a uma determinada atividade objetiva que lhe é socialmente imposta. Subsunção, diz Lukács (1991, p. 158) citando textualmente Marx & Engels (1996, p. 78), que em geral “converte uns em limitados animais urbanos e outros em limitados animais rurais, reproduzindo diariamente a oposição entre os interesses de ambos”.

A específica divisão do trabalho regida por intermédio da subsunção do campo à cidade e do indivíduo à divisão social do trabalho entre urbano e rural (e neste contexto a divisão entre atividade agrícola, industrial, comercial e financeira), de modo efetivo afasta a reprodução social de suas determinações predominantemente naturais. No entanto, esse afastamento se torna e se apresenta mais agudo quando se leva em conta o intercruzamento das diversas formas da divisão do trabalho com o surgimento histórico de uma típica forma de reprodução social engendrada mediante diferenciação de classes sociais objetivamente distintas e antagônicas. Isto é, da emergência histórica das sociedades divididas em classes.

#### 2.3.4 Divisão da sociedade em classes sociais

Lukács identifica o “fulcro potencial” de origem da divisão de classes ao valor de uso da força de trabalho (*Arbeitskraft*), mediante sua real capacidade (*vermöge*) de produzir mais do quanto é necessário para sua própria manutenção ou reprodução fisiológica, ou seja, a sua capacidade de produzir excedente:

Esta capacidade do trabalho [*Arbeitsvermöge*] de ir com seus resultados além da reprodução do seu executor, cria a base objetiva da escravidão, antes da qual existia apenas a alternativa de matar ou adotar o inimigo feito prisioneiro. Daqui o caminho leva, através de várias etapas, ao capitalismo, onde este valor de uso da força de trabalho [*Arbeitskraft*] se torna a base de todo o sistema (Lukács, 1981, p. 136).

Os próprios indícios históricos revelam que a origem da divisão de classes coincide precisamente com o desenvolvimento de formações sociais complexas, baseadas em uma economia de feitiço mercantil simples. Economia cuja estrutura geral se mantém e se realiza sobre uma forte divisão social do trabalho dependente objetivamente da exploração do trabalho realizador de produtos excedentes, para patamares muito superiores àqueles necessários à simples reprodução do homem e da sociedade. Produtos excedentes em que boa parte é destinada à troca. Mas a um tipo específico de



troca, cujo objetivo final é o de atender as necessidades de consumo da sociedade e não, como no capitalismo, para atender aos objetivos de valorização do valor – do acúmulo e concentração de capital por parte da classe capitalista.

Com efeito, nas sociedades baseadas em uma economia mercantil, além da necessidade de acumular e de trocar, também nelas se desenvolveu a necessidade objetiva de se ampliar continuamente o “quantum excedente de valores de uso”, como também um “quantum de mais-trabalho”, ou seja, uma quantidade de horas a mais de trabalho adicional à produção para além do tempo necessário por meio do qual os trabalhadores só reproduzem a si mesmo (Marx, 1980-1985, Vol. II, p. 580).<sup>16</sup>

O desenvolvimento dual de tais necessidades terminou por provocar, de um lado, o aumento da demanda social por mais-trabalho, e, de outro, o aumento “inflacionário” do valor – de uso e de troca – da força de trabalho. A partir desse momento, a escravidão, esporádica (residual e *in statu nascendi* em épocas díspar e difusa nas sociedades agro-tributárias representadas pelos impérios Sumério, Egípcio, Babilônico, Assírio, e depois em outros impérios na Ásia e na Mesoamérica “pré-colombiana”), tornou-se objeto de apropriação, exploração e extorsão por parte dos proprietários de terra e por parte do Estado, e se convertendo sistematicamente em fundamento básico da economia das particulares sociedades escravista grega e romana: formações ontologicamente cindidas em classes distintas, com funções sociais diferenciadas no processo da reprodução social. Formações cujas existências foram

---

<sup>16</sup> Os efeitos da demanda e ampliações do quantum excedente de valores de uso e de mais-trabalho mostram-se nas colossais obras feitas pelas formações sociais agro-tributárias. Nessas sociedades, eram essas ampliações que possibilitavam a fundação e manutenção do “tesouro público”, que depois de custear as despesas civis, militares e religiosas, parte dele era aplicado diretamente em obras de magnificência ou utilidade, como canais, aquedutos, templos, celeiros, palácios, pirâmides, estátuas, estradas: tudo movimentado exclusivamente pelo acúmulo, em escala crescente, de produtos excedentes à base de um número expressivo de força de trabalho humano não-agrícola. E quanto mais a população e os domínios imperiais se expandiam, maior a necessidade por quantidades de valores de uso e de mais-trabalho e, conseqüentemente, por mais força de trabalho (Marx, 1996, V. I. T. 1, p. 450).

possíveis graças a um afluxo quase ilimitado de escravos, e foram extintas com a sua diminuição, como no caso do último período do império romano.

Mas é a produção social diferenciada em classes que, de acordo com Lukács (1981, p. 159), “determina o tipo de divisão, da função, da perspectiva social e de interação entre as classes”. Isso dentro de um quadro de determinação reflexiva. Pois o modo de estruturação das classes, a sua relação recíproca, acrescenta Lukács (idem, ibidem, p. 159) apoiado nas idéias de Marx, “retroage fortemente sobre a produção”, de modo quantitativo e qualitativo. Em muitos casos criando limites insuperáveis a um possível processo de declínio da desigualdade econômica, social e política entre as classes, como também ao livre desenvolvimento das forças produtivas.<sup>17</sup>

As determinações reflexivas entre as classes e a sua interdependência –de essência potencialmente conflituosa –, advêm em razão de elas constituírem complexos sociais econômicos particulares, com funções sociais do mesmo modo particulares, objetivamente determinados e determinantes do dinamismo vivo da reprodução de uma

---

<sup>17</sup> Sobre a estrutura de classes retroagindo sobre a economia, impondo limites à produção, ao livre desenvolvimento das forças produtivas, carece algumas digressões. Na antiguidade clássica grego-romana, Marx (1980-1985, Vol. II, p. 962-963) aponta para o fato de que os *limites* aí existentes eram posto pela própria essência da economia mercantil simples assente na produção material baseada no trabalho escravo, cuja grande parte do excedente dos produtos desse trabalho, que aliás acumulado nas pouquíssimas mãos da classe proprietária, não se transformavam em capital (exceto em escala diminuta) mas em despesas *improdutivas* como obras de arte, religiosa ou públicas; tal situação interditava o livre desencadear do desenvolvimento das forças produtivas, isto é, da divisão do trabalho, de maquinaria, de aplicação das forças naturais, de novas tecnologias, no processo de produção coletiva e privada. Enquanto em outro extremo da estrutura de classes, no seio dos proprietários de terra, de trabalho escravo e do excedente gerado por esta forma histórica de trabalho, a produção espiritual dos pensadores gregos e dos legisladores romanos seguiu paradoxalmente em franco desenvolvimento. É o que Marx (1977, p. 227-229) chama de “desenvolvimento desigual e contraditório” no interior de uma sociedade particular. Já no capitalismo, a produção em massa de mercadorias, associado ao desenvolvimento de novas tecnologias, à divisão do trabalho e a intensa exploração do trabalho e da extorsão do sobre-produto proveniente do mais-trabalho da classe trabalhadora pela classe capitalista, constitui a base da superprodução, quer dizer, de um volume excessivo de mercadorias em relação à necessidade de consumo efetivo; enquanto as necessidades mais prementes de grande segmento da classe trabalhadora e dos indigentes não são satisfeitas ou são satisfeitas apenas as mais imediatas, por conta dos baixos salários e do baixo nível de renda ou da ausência das duas. Essa *superprodução* cria as crises; e estas, sempre vindo à tona em períodos cíclicos, são as que põem limites ao livre desenvolvimento das forças produtivas – e conseqüentemente da riqueza social domo um todo.

totalidade social. As sociedades greco-romanas jamais existiriam sem o trabalho escravo, como este não existiria sem os senhores proprietários de terras. A dependência recíproca entre servos e senhores na Idade Média, configurava as sociedades feudais.

Sem o trabalho assalariado realizado pela classe operária, a classe capitalista seria inimaginável. Pois da exploração, extorsão e apropriação privada do sobre-produto proveniente da produção social, é que ela consegue se reproduzir como tal. Por sua vez, tanto a classe capitalista como a classe dos proprietários fundiários cria as condições objetivas para que a classe operária exista dependente da venda de sua força de trabalho. Já que, de um lado, foram os proprietários fundiários que expropriaram da terra os produtores diretos, e, de outro, foram os capitalistas que se apropriaram dos meios de produção e de subsistência, jogando tais produtores diretos no mercado tão-só como possuidores e vendedores de força de trabalho – esta livremente comprada como mercadoria tanto pelos capitalistas como pelos proprietários fundiários em troca de salários.

Toda essa intrincada relação de interdependência consubstancia historicamente o ser das classes fundamentais das sociedades capitalistas. Por essa razão diz Lukács (1981, p. 159) que as classes são complexos objetivos que só podem existir apenas em recíproca referência, através de determinações reflexivas, no contexto de uma mesma formação social determinada:

Do ponto de vista da ontologia do ser social, isto quer dizer, antes de tudo, que toda classe, como complexo social, pode existir só em uma sociedade determinada, que por isso a sua existência relativamente autônoma, comporta uma não-suprimível referência a esta sociedade na sua totalidade e em relação às outras classes dentro dela, que uma classe só existe socialmente em inter-relação prática com outras classes da mesma formação da qual fazem parte (Lukács, 1981, p. 160).

Entretanto, se percebe que a existência objetiva das classes – e das veladas, latentes ou abertas lutas entre elas travadas –, não se encontra associada necessariamente à consciência de classe. Ora, em primeira instância, as classes existem

"em si" (an sich) sob a forma objetiva de uma massa operante espontaneamente na prática empírica, nos interstícios das relações de produção. Enquanto a consciência ou o "para si" (für sich) dessa prática, em primeiro momento apresenta-se somente como possibilidade (dynamei), que pode ou não vir a ser. Porque a tomada de consciência de classe não é um simples reflexo automático daquilo que já estaria dado no plano prático, como uma determinação mecânica da estrutura econômica, ou um mero nexos causal, no qual a economia figura como causa e a consciência de classe aparece unicamente como efeito. Ao contrário, tudo depende de circunstâncias e condições sócio-históricas dadas (expansão das forças produtivas, grau de socialização entre os membros das classes e nível de desenvolvimento material e espiritual da sociedade etc.), que façam objetivamente eclodir interesses comuns capazes de unir subjetivamente, mediante coalizões efetivas em larga abrangência nacional, frações ou grupos de uma classe específica que antes viviam isolados ou em direta oposição uns contra os outros, em lutas estéreis.

Esse fenômeno das coalizões não ocorreu com as classes fundamentais das sociedades pré-capitalistas. Pelo motivo de as condições econômico-sociais nelas geradas não ter propiciado níveis de socialização suficiente para que as classes se "constituíssem como classes para si", organizadas em bloco econômico-político-ideológico. As classes sociais se encontravam de todo fragmentadas, no contexto de pura classe "em si", em torno de conflitos concretos, empíricos, sob regência de restritas mediações sociais. Os proprietários de terra e de trabalho escravo, por exemplo, não se encontravam organizados em coalizões permanentes contra nenhuma outra classe: reproduziam-se mantendo constantes lutas marcadas por políticas de traições e assassinatos em um processo interno de autofagia. Por outro lado, a classe dos produtores diretos, seja os dos escravos na Antigüidade ou os dos servos na no feudalismo, também não se apresentava em forma de coalizão em luta política contra os proprietários: jamais se constituíram como classe (para si).

O fenômeno da ascensão da “classe em si” para a “classe para si” vem suceder apenas com a emergência das formações sociais modernas. E uma vez que tal fenômeno se tome efetivo e muito desenvolvido política e ideologicamente, é capaz de exercer “uma função modificadora sobre o ser das classes, sobre sua estrutura enquanto complexo social” (Lukács 1981, p. 160). Isso fica claro quando são postas em tela as idéias de Marx sobre a tomada de consciência de classe da burguesia e do proletariado.

Sobre a classe burguesa, Marx (1976, p. 164) diz que em uma primeira fase histórica, sob o regime do feudalismo e da monarquia absolutista européia, ela constituía-se tão-só como classe em si. Contudo, em uma outra fase, os burgueses, unidos em coalizão com caráter político, ideológico e revolucionário, alcançam unidade como classe, e nessa configuração derruba o feudalismo e a monarquia absolutista, para transformar a velha sociedade em uma sociedade capitalista.

Já sobre a classe operária, diz que, em um primeiro momento, a grande indústria passou a concentrar, em uma mesma região, uma vultuosa massa de operários –existindo só como classe em si, como classe econômica para o capital. Mas “a defesa do salário” tornou-se um interesse comum entre os operários, os levando a estabelecer “coalizões” perante o capital. Inicialmente isoladas e fragmentadas, em uma outra fase as coalizões passaram a formar “associações” permanentes, com abrangência regional e nacional (expressando-se em sindicatos e em partidos políticos). Desse ponto em diante, “as associações” passaram a ser mais importantes que a defesa do salário.<sup>18</sup> Sobre esse

---

<sup>18</sup> Marx (1976, p. 164) assevera que isso assombrou os ingleses, ao verem que “os trabalhadores sacrificavam boa parte do salário em favor de associações que, a julgo dos economistas, se haviam fundado exclusivamente para lutar em prol do salário”. Marx relata ainda que os economistas, então, passaram protestar contra as “associações” – sobretudo as realizadas pelo interior da classe operária. Alegando que organizar associações era “fazer política”; e isso, diga-se assim, “ideologizava” as relações “naturais” entre as classes, descaracterizando a realidade objetiva da sociedade no modo de como economicamente estava constituída: dividida em classes, com os operários existindo apenas enquanto classe em si para o capital – como vinha os economistas descrevendo e a referendando em seus manuais. Portanto, a classe operária existindo apenas em si para o capital era, para os economistas burgueses, uma “realidade ideal”.

quadro histórico peculiar à Inglaterra do século XIX, no qual o fenômeno é originário,

Marx escreve:

As condições econômicas transformaram, primeiro, a massa da população do país em proletários. O domínio do capital criou, para essa massa, uma situação comum e interesses comuns. Assim, essa massa já é uma classe para o capital, mas ainda não é uma classe para si mesma. Na luta, da qual não assinalamos mais do que algumas fases, essa massa se une, constituindo-se numa classe para si. Os interesses que defendem convertem-se em interesses de classe (Marx, 1976, p. 164).

Isso ocorreu em vista de a união firmada através das associações ter levado os operários a tomarem consciência de que, diante da realidade social na qual estavam inseridos, constituíam ontologicamente uma classe social (distinta das classes capitalista e latifundiária), e cujos interesses que defendiam eram de fato interesses de classe. A essa altura histórica a classe operária torna-se “efetivamente em classe social”, em um duplo aspecto: classe em si para o capital, já que diante deste se encontra econômica (real) e juridicamente (formalmente) subordinada; e classe para si, com autonomia na cena política e nos embates ideológicos contra as outras classes. E nessa luta, o proletariado constituído como classe alcança várias coisas: melhorias salariais, diminuição da jornada de trabalho, melhores condições de trabalho; direitos sociais, como o acesso à saúde e à educação pública; e direitos políticos, como o sufrágio universal, a liberdade de organização sindical e partidária.

Esses exemplos históricos, apontados por Marx, demonstram por si mesmo como tomada de consciência da situação de classe é capaz de exercer uma função modificadora sobre o ser das classes, sobre sua estrutura enquanto complexo social.

Contudo, Marx até aqui deixa claro que o ser de classe é um fenômeno originado a partir das condições econômicas. Quer dizer, o “para si” se desenvolve do “em si” como um fenômeno que emerge de relações e contradições práticas geradas no e do interior da estrutura econômica da sociedade. Contudo, em um outro momento, ao abordar o problema e a função política do “campesinato” parcelar na França de Luís

Bonaparte, Marx, à primeira vista, deixa transparecer que o ser das classes seja qualquer coisa associada à consciência, a uma determinação oriunda a partir da política:

Na medida em milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam uma das outras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe (Marx, 1997, p. 127-128).

O que aqui está colocado é que o “campeinado” na França, à época de sua análise, era e não era uma classe. Quer dizer, do ponto de vista político e ideológico, não era ainda uma classe (para si), com existência social organizada e capaz de lutar e fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome. Porém, sob a perspectiva da dimensão econômica, já era uma classe (em si), com existência empírica fragmentada em frações locais separadas uma das outras. Nesse caso, a classe em si, por ter existência apenas objetiva, não tem voz e luta social organizada e efetiva: apenas se constitui em classe unilateralmente formada – ainda não presente o fator subjetivo conscientemente articulado.

Por essa razão observarem Marx e Engels (1998, p. 80) a importância ontológica de o operariado se constituir como classe, para se posicionar, de forma unida e ativa, em luta frente aos burgueses e latifundiários. Porém, ressaltam que, além disso, faz-se necessário que o operariado converta-se em uma força político e revolucionária, unido em torno de um programa que ultrapasse sua prática econômica, sua posição isolada como classe e seus interesses imediatos, visando a emancipação e a transformação social. Ou seja, um programa que tenha em vista a criação de uma nova sociedade sem divisão de classes. Por isso ambos delinearam o seguinte objetivo do partido comunista: “a constituição do proletariado como classe revolucionária, para a

derrubada da dominação da burguesia e a conquista do poder político pelo proletariado” (Marx e Engels, 1998, p. 80).

Diante do exposto, ressalva-se que a real possibilidade de ascensão da luta de classes da dimensão do “em si ao para si” é efetivada pela mediação (*Vermittelung*) de vários complexos, em meio a lutas sociais práticas e teóricas, travadas na esfera objetiva de ordem econômica e social, e na esfera subjetiva de ordem política e ideológica. Nesse sentido, a contraditória e desigual formação da divisão das classes na sociedade capitalista, ao serem fortemente mediadas por fatores subjetivos (plasmados pela política, pelo direito, ideologia, filosofia, ciência etc.), as lutas travadas entre elas tornam-se efetivamente lutas de classes.<sup>19</sup> Tudo isso, porém, vem evidenciar que quanto mais se torna desenvolvida e afastada a reprodução social de suas barreiras naturais, maior é a presença da mediação do fator subjetivo nas lutas entre as classes:

Quanto mais desenvolvidas, em sentido social, são as classes, quanto mais o seu ser social afastou as barreiras naturais, tanto maior é o papel do fator subjetivo em suas lutas, a transformação da classe em si em uma classe para si, e isto não diz respeito somente ao seu grau de desenvolvimento geral mas, aos aspectos singulares, até das personalidades dirigentes, cuja característica, segundo Marx, depende de cada caso (Lukács, 1981, p. 246).

Ora, os problemas abordados até aqui (a alimentação, a sexualidade e as diversas formas de divisão do trabalho) serviram para exprimir a idéia segundo a qual o

---

<sup>19</sup> Falou-se em articulação contraditória em virtude de cada classe nunca conseguir se organizar em um bloco homogêneo, com interesses econômicos, políticos e ideológicos únicos. Uma mesma classe comumente se configura em diversas frações, isso ocorrendo com mais clareza com a classe trabalhadora. Contra essa tendência foi criada no século XIX, em 28 de setembro de 1864, “A Associação Internacional de Trabalhadores”, cuja primeira fase durou até 1876, conhecida como a primeira *Internacional*. Vários motivos levaram sua dissolução. Uma delas foi a gritante falta de unidade de ação política e ideológica entre os principais grupos sindicais que a compunham, da Inglaterra, França, Espanha e Itália: grupos esses divididos em torno de divergentes correntes teóricas, políticas e ideológicas - uma encabeçada pela liderança de Marx e outra pela de Bakunin e de Blanqui. Mesmo assim bons frutos foram colhidos da primeira *Internacional*: a classe trabalhadora se fortaleceu não só política e ideológica mas também teoricamente, sobretudo com as teorias científicas de Marx acerca do ser da formação social capitalista. Esse fortalecimento produziu na prática grandes eventos; um deles a Revolução Russa de 1917.



desenvolvimento desigual e contraditório da reprodução do ser social é na verdade a história do "afastamento de suas barreiras naturais". A história do processo de distanciamento de sua reprodução de formas simples para formas mais complexas, mais mediadas por categorias puramente sociais: de maneira que a vida do homem se desenvolve cada vez mais em um ambiente criado por ele mesmo como ente social (Lukács, 1981, p. 288). Após Marx, foi Lukács quem melhor desenvolveu e expôs essa questão.<sup>20</sup>

Ressalta-se que o processo global do fenômeno do afastamento das barreiras naturais é na história pautado concretamente pelas formações sociais particulares, e só *post festum* trazido à consciência. Mas, com efeito, de um ponto de vista ontológico, a disposição histórica das diversas formações é casual, ou seja, é, conforme Lukács (1981, p. 300-301), regido pela absoluta acidentalidade. Essa ressalva provem do fato de muitos marxistas no passado terem julgado que do caminho seguido através da "dissolução do comunismo primitivo, do escravismo, do feudalismo e do capitalismo, de forma necessária levava as sociedades ao socialismo" (Idem, ibidem), como se fosse isso uma sucessão de algum modo predeterminada.

Tal pensamento se origina na interpretação de uma passagem no polêmico "prefácio" da Contribuição à Crítica da Economia Política, de Marx. No prefácio, o

---

<sup>20</sup> A teoria do "afastamento das barreiras naturais" de Lukács, tem sua raiz nas idéias de Marx, em contidas em uma seção dos Grundrisse intitulada Formas que Precedem a Produção Capitalista (publicado em uma obra à parte no Brasil com título de Formações Econômicas Pré-capitalistas, com introdução de Eric Hobsbawm). Nesse manuscrito, a finalidade fundamental de Marx é a de reconstruir o processo histórico resultante do pressuposto essencial do capitalismo: a completa separação do trabalhador (produtor direto) dos meios de produção e de subsistência. E faz isso através da descrição histórica da origem e desenvolvimento das formas de propriedade, mapeando desde sua fase de determinação natural até a fase em que a determinação social predomina. Nesse exercício está implícito sua teoria do "afastamento das barreiras naturais". A teoria é refinada e presente em várias passagens de O Capital. Marx, sempre ao abordar uma categoria ou um fenômeno social, o analisa através de analogias a partir de situações históricas simples para as mais complexas. Por exemplo, ao tratar sobre a produtividade do trabalho, diz que nos primórdios da cultura, ela se encontrava ligada às condições naturais. E estas atuam somente como barreira natural, diz ele. Mas na mesma medida em que a indústria avança, essa barreira natural recua: com a produção capitalista a produtividade do trabalho aparece condicionada a partir da sociedade (Marx, 1996, Livro I, Tomo 2, p. 140-146).

pensador alemão cita que a história é marcada por vários modos de produção, destacando o asiático, antigo, feudal e o burguês moderno. Sendo que eles “podem ser qualificados como épocas progressivas da formação econômica da sociedade” (Marx, 1977, p. 25). Literalmente assim interpretada, a frase designa sucessão “unilinear” da história – à maneira do racionalismo de Hegel e do positivismo de Comte.

Essa questão gerou grandes debates teóricos, ideológicos e políticos à época do stalinismo, sobretudo em torno do problema do modo de produção que englobava a estrutura econômica das milenares sociedades do continente asiático. No fervor do debate, alguns marxistas defenderam e outros não se opuseram à colonização da Ásia, por acharem que somente pela implantação do capital e do trabalho assalariado por potências externas, seria possível a revolução socialista nessa região tida como “estagnada e atrasada em relação ao Ocidente moderno e civilizado”. Sofri (1977, p. 69-106) descreve a história dessa conturbada controvérsia marxista, que resultaria na condenação, por boa parte de teóricos e historiadores, não só da teoria do modo de produção asiático, mas até mesmo da teoria da periodização marxiana da história. Outros, para fugir ao problema, passaram a utilizar a expressão “formações sociais pré-capitalistas”, para genericamente se referir a todas às sociedades que precederam o capitalismo europeu.

Mas as formações sociais são objetividades históricas, representam estádios concretos da reprodução do ser social. O problema a ser colocado é que a disposição e a sucessão delas em algumas regiões em si não obedece a uma “linearidade necessária”, pela qual todas as sociedades teriam que passar. Ao contrário, o dinamismo das formações possui suas próprias tendências e contra-tendências em meio a continuidades e rupturas, avanços e recuos. Por isso a disposição no tempo e no espaço não ser jamais retilínea como seguindo uma seqüência inevitável, dirigida à realização de um fim, uma teleologia universal direcionada a um aperfeiçoamento da história. O historiador marxista Hobsbawm, abordando o problema na “introdução” que fez às Formações Econômicas Pré-capitalistas (Marx, 1991), proferiu a seguinte sentença:

A afirmativa de que as formações asiática, antiga, feudal e burguesa representam etapas de progresso, não implica, portanto, qualquer visão unilinear e simplista da história, nem resulta na opinião primária de que toda a história é progresso. Apenas reconhece que cada uma destes sistemas cada vez mais afasta-se, em aspectos cruciais, da situação primitiva do homem (1991, p. 39).

Lukács, ao abordar o mesmo problema, chama a atenção ao fato de que no chão da história concreta, a realidade das formações obedece a leis objetivas e inteiramente casuais, que foge à lógica rigorosa do pensamento puramente abstrato:

Deve-se não esquecer que as categorias são 'formas de ser, determinações da existência', e que, por isso, as suas inter-relações na simultaneidade e a sua mudança, o seu mudar de função, na sucessão histórico-social, são rigorosamente não-teleológicas, mas não porque determinadas em primeiro lugar no plano lógico: dependem, ao contrário, do ser-precisamente-assim do respectivo ser social, do ser-precisamente-assim dos seus efeitos dinâmicos (Lukács, 1981, p. 300).

O próprio Marx quando à sua época acusado de ter desenvolvido uma "filosofia da história", como se a história fosse sujeito e marchasse por intermédio de uma lei geral fatalmente imposta a todas as sociedades humanas, respondeu incisivo:

Em O capital faço alusão ao destino dos plebeus da Roma antiga. Eram originariamente camponeses livres que cultivavam, por conta própria, os seus próprios pedaços de terra. No transcurso da história romana, eles foram expropriados. O mesmo movimento que separou de seus meios de produção e subsistência implicava não somente a formação das grandes propriedades rurais, mas também a acumulação de imensos capitais monetários. Assim, em uma bela manhã, havia, de um lado, homens livres, despojados de tudo exceto de sua força de trabalho, e, do outro, para explorar essa força de trabalho, os detentores de todas as riquezas adquiridas. O que aconteceu? Os proletários romanos não se tornaram trabalhadores assalariados, mas uma turba indolente, e a seu lado se desenvolveu um modo de produção não capitalista, mas escravista (Marx & Engels, 2001, p. 449-450).

Outros exemplos merecem destaques. Das antigas formações humanas originárias que partiram do nordeste da Ásia, passando pelo Estreito de Bering e chegaram à América e se fixaram mais precisamente na região da Mesoamérica, milhares de anos depois, a partir da dissolução de suas realidades socioeconômicas, brotaram às sociedades agro-tributárias pré-colombinas (Olmecas, Astecas e Maias) – formadas de forma isoladas em relação à Europa e à Ásia. Eram formações sociais que se reproduziam sobre a base de uma sofisticada divisão social do trabalho, assente em uma economia mercantil mais desenvolvida que as das sociedades feudais européias do século XI e XII. No entanto, antes da chegada de Colombo ao continente, a maioria delas já havia adentrado em um “beco sem saída” socioeconômico (isto é, os seus próprios mecanismos econômicos e sociais de produção e reprodução não foram capazes de eliminar os entraves que eles mesmos criaram), e elas sucumbiram, sem jamais passar pela necessidade de gerar uma economia fundamentada na valorização do valor (capitalismo) – como solução para seus problemas internos de produção e reprodução!

Já às antigas formações européias, apresenta um tipo especial de desenvolvimento que se diferenciou das agro-tributárias situadas tanto na Mesoamérica, na África como na Ásia. Porque no desenvolvimento a elas restritas se nota a presença de diversas formações sucessivas, derivantes uma da outra (Lukács, 1981, p. 300). Mas o surgir da formação feudal não veio em resultado do “aperfeiçoamento necessário” de um tipo qualitativo de reprodução socioeconômica, que vinha se dando desde as formações precedentes – escravismo e primitivismo. Ocorreu um salto ontológico, quer dizer, uma ruptura, cuja qualidade social e econômica daí originada até representou um recuo em relação ao escravismo. Só após os séculos XII e XIII foi que as formações feudais européias alcançaram patamares expressivos de progresso social e econômico, registrando um enorme avanço com relação às comunidades rudimentares e fragmentadas da Idade Média (Anderson, 2000, p. 177-178). Isso de modo bastante desigual e contraditório.

Desigual em virtude de várias formações, no período, apresentar índices diferenciado de desenvolvimento social, econômico, político, cultural etc. Contraditório em vista de vir se gerando, em algumas regiões, uma economia mercantil assente nas cidades. Cidades cujo dinamismo do comércio e das corporações de ofício que nela se efetivava, impeliu a uma crescente acumulação de riqueza monetária derivada do comércio e da usura, que mais tarde tornou possível a pessoa do intermediário investir produtivamente, aquelas formas improdutivas de riqueza, no processo de produção de mercadorias, através da exploração de força de trabalho assalariada. Tal processo passou a criar profundas contradições com o próprio sistema dominante da produção baseada na servidão da gleba.<sup>21</sup> No contínuo aprofundamento dessa contradição, lado a lado ia se dissolvendo o feudalismo e se erguendo o capital e o trabalho assalariado – pilares que depois dariam base material à instauração histórica da formação capitalista.

Outro exemplo ainda é mais paradoxal, portanto esclarecedor. A “incapacidade” do modo de produção escravista em manter um consecutivo processo de reprodução ampliada da riqueza, foi uma das causas da dissolvência do escravismo romano, enquanto que a contínua geração ampliada da riqueza já foi, por sua vez, a causa preponderante da dissolução do feudalismo – e de igual modo, excetuando especificidades, das antigas formações humanas originárias. Isto não resta nenhuma sucessão lógica. A não ser que tudo seja visto da perspectiva do “Espírito Absoluto” hegeliano – onde a História deixa de ser processo casual e passa a ser Sujeito.

---

<sup>21</sup> Em verdade, para Marx, são necessárias as conjunções de três fatores para explicar o desenvolvimento do capitalismo a partir do feudalismo: primeiro uma estrutura social agrária que possibilitou a liberação dos camponeses, em um certo momento; segundo, o desenvolvimento dos ofícios urbano geradores da produção de mercadorias especializadas, independente, não-agrícola, sob a estrutura gremial; e, terceiro, a acumulação de riqueza monetária derivada do comércio e da usura. A riqueza monetária *em si* não é capital, mas seu pressuposto. O capital, propriamente dito, vem se formar quando aquela forma de riqueza se transforma, pela correlação da figura do capitalista e do trabalho assalariado, em *capital industrial* (Marx, 1991, p. 99-101). Essa correlação se transforma em pura contradição com o sistema de produção feudal dominante.

## CAPÍTULO IV

# TRABALHO E EDUCAÇÃO NO PROCESSO DA REPRODUÇÃO SOCIAL

### 1 Reprodução e Mediação Social

Desde o salto ontológico (ontologische Sprung) que lhe deu origem, o ser social constitui em si um “complexo composto de complexos” (Lukács, 1981, p. 138, 255). Em outras palavras, é uma totalidade viva, instaurada por meio da interação recíproca de inúmeros complexos particulares, cuja síntese dessa interação configura historicamente uma específica forma de sociedade (spezifische Gesellschaftsform).

BH/UFC

Cada complexo particular possui uma legalidade objetiva própria, uma função a realizar e uma estrutura interna que lhe dá condições concretas de se reproduzir de maneira autônoma – ainda que só relativamente. Características que os tornam em verdadeiras mediações sociais. Mediação da relação dos indivíduos com a natureza, dos indivíduos entre si e destes com a sociedade a qual pertencem e dão vida.

Diante do exposto, vem à luz um aspecto ontológico basilar. A reprodução dos indivíduos (singularidades) e da totalidade (sociedade) passam necessário e inevitavelmente pela mediação das particularidades. Estas, por sua vez, se reproduzem pela mediação dos indivíduos e da sociedade.<sup>1</sup> Acerca disso, ressalva o próprio Lukács (1981, p. 138): “em cada um de tais processos, do singular, do particular e da totalidade, é a reprodução desta que, neste múltiplo sistema vivo de interações, constitui o momento predominante [übergreifendes Moment]” – ou seja, a reprodução da totalidade predomina sobre os complexos particulares e singulares.

---

<sup>1</sup> Lukács expõe de modo mais sistemático a questão da mediação entre o singular, o particular e a totalidade em sua obra *Introdução a uma Estética Marxista*. Vide em especial o capítulo três (Lukács, 1978a).

Alguns complexos, ou seja, algumas mediações, surgem com a ocorrência do salto ontológico, com a gênese histórica da esfera social e são universais, a saber, o trabalho, a economia, a linguagem, a cooperação, a divisão do trabalho, a sexualidade, a alimentação, a educação, a ideologia, a politicidade e a regulamentação das relações e atividades sociais – é claro que a disposição originária dessas referidas mediações não se dá mediante uma sucessão temporal identificável com nitidez, e sim, quanto a sua essência, ao mesmo tempo. Por outro lado, há mediações que vieram surgir bem depois de centenas de milhares de anos após o salto (Sprung), sobretudo a partir da emergência de formas de sociedades que passaram a se reproduzir por meio de uma estrutura social peculiar. Caracterizada pela propriedade privada dos meios de produção, pela produção, acumulação e distribuição desigual do produto excedente do trabalho. Isso no contexto de uma economia mercantil e de uma divisão social do trabalho assente na exploração do homem pelo homem (escravidão, servidão e assalariamento). Dessa estrutura histórica típica veio a se fundar novas mediações, entre eles o Estado, a propriedade privada, a política de classe, o Direito, a linguagem escrita, a numeração, a educação escolar, a ciência, a tecnologia aplicada, a ideologia de classes etc.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> O que muda, em todos esses casos, é a forma histórica assumida por cada uma das mediações, conforme a particularidade do tipo de sociedade a qual elas próprias dão vida. Por exemplo, a forma do complexo da regulamentação das relações e atividades, comum às formas de sociedades originárias, era determinada espontaneamente pela tradição, pela experiência acumulada ao longo do tempo, e geralmente exercida pelos chefes, caçadores e guerreiros experimentados ou pelos anciões. Já nos tipos de sociedades escravistas greco-romanas, tal complexo ganha forma sistematizada de leis sobre deveres e direitos com conteúdo de classes; enfim, assume forma de Direito, com a função social de ordenar a sociedade segundo os interesses e o poder da classe proprietária de terras e de trabalho escravo. Com as formações feudais o formato da regulamentação muda, assumindo forma de Direito feudal, como também ela muda com as formações capitalistas, assumindo forma de Direito positivo. O complexo do trabalho também passa pelo mesmo processo, assumindo variadas formas históricas. Nas sociedades originárias, por exemplo, ganha feitiço puro de trabalho comunal, nas formações agro-tributárias assume configuração de trabalho tributário, nas formações escravistas de trabalho escravo, nas feudais de trabalho servil e nas capitalistas de trabalho assalariado. Poderia aqui ser feito um relato também sobre os complexos da linguagem, da economia, da divisão do trabalho, da educação, da ideologia etc., mas os exemplos acima mencionados são suficientes para aventar a idéia de que cada complexo ganha seu próprio feitiço histórico de acordo com a particularidade de cada tipo de sociedade.

Por isso Lukács pôr em tela a idéia segundo a qual aventa que os complexos sociais possuem grande relevo diante da pesquisa ontológica acerca da reprodução da vida social. E enfatiza que o problema decisivo, nesse horizonte, é o de chegar à apreensão genética de suas origens e de suas formações, de chegar à essência real de suas substâncias históricas e de suas funções sociais (Lukács in Kofler, Abendroth & Holz, 1969, p.16). De modo óbvio, um esforço nessa direção escapa ao campo do presente trabalho. Porém, é de grande monta ao menos aludir as idéias do pensador húngaro acerca do assunto, em especial sobre o *locus communis* de onde emanam os complexos, ou seja, as mediações sociais.

## 2 A Origem das Mediações Sociais

De um lado, Lukács situa a posição teleológica (*teleologische Setzung*), a atividade finalista dos indivíduos detonada com a origem social do trabalho, como sendo, no plano *imediato*, o princípio motor da vida social. Do lado oposto, a reprodução da esfera orgânica se caracteriza pela não presença de atividade teleológica, sendo tão-só o encadeamento das séries causais da “reposição em si do mesmo ser vivo” sua determinação exclusiva.

Conforme o pensador húngaro, a base “originária” (*ursprünglich*) da posição teleológica se encontra no trabalho. Por ter sido ele ao mesmo tempo a “posição teleológica” (fundamentada em uma “escolha entre alternativas”) e a “colocação em movimento das séries causais” responsáveis pela origem objetiva do ser social. Sem daí, claro, estar despojado a existência e a necessidade ontológica de outras mediações no ato de sua execução, como a linguagem, o conhecimento, a ideologia, normas sociais de ação etc.

Esse delineamento ainda é vigorado por um outro fenômeno definido por Lukács como de suma importância para o deslindamento da questão: o fato de a primeiríssima ou a inicial posição teleológica do trabalho ter desencadeado por si mesmo



um processo social cuja dinâmica evolutiva passou a ser ilimitada. Pelo simples motivo de essa primeiríssima posição teleológica ter provocado uma espontânea “radiação em cadeia” de outras posições teleológicas de qualidades diversas (conseqüentemente de outras escolhas entre alternativas) – isso dentro de um contexto sócio-histórico de relações de produção e de uma divisão do trabalho estabelecido espontaneamente pelos indivíduos envolvidos na consecução de tarefas de transformação de objetos ou de um setor delimitado da Natureza, em resposta às necessidades de se atender os imperiosos “carecimentos” materiais da reprodução.

Com a mais primitiva e inábil posição teleológica do trabalho é encaminhado um processo cuja dinâmica evolutiva é em si ilimitada – se a sociedade a qual ele próprio dá vida não exerça com sua estrutura uma resistência insuperável. Uma posição teleológica provoca sempre outras posições teleológicas (Lukács, 1981, p. 181-182).

Nesse sentido, a “radiação em cadeia” de posições teleológicas no interior das relações sociais, desencadeada através da ação da primeiríssima forma sócio-histórica do trabalho, fez nascer uma ramificação espontânea de posições teleológicas de diversos matizes. Criando redes de “relações sociais” e de “alternativas” no raio de ação dos indivíduos.

Contudo, apesar de a posição teleológica surgir com a nascença do trabalho, assinala-se para o fato de que a reprodução social não se encontra reduzida ao trabalho (Lukács, 1981, p. 264). A reprodução, em última análise, segundo o pensador húngaro, se realiza, no imediato, não em *uma* mas nas *diversas* ações ou posições práticas dos indivíduos, que em geral se plasmam, desde o princípio, por meio de duas formas distintas, porém dialeticamente articuladas e interdependentes: as “posições teleológicas primárias” e as “posições teleológicas secundárias”. Faz-se ressalva que dessa ordem não deriva nenhuma hierarquia de valor (se uma é mais ou menos importante que a outra); nada obstante, a ordem obedece tão-só a uma qualificação segundo a função que

cada forma desempenha no quadro da reprodução, como assinala Lukács textualmente abaixo:

As posições teleológicas necessárias à reprodução social são de duas formas: aquelas que, com finalidades humanas, visam transformar objetos naturais (no sentido mais amplo do termo, inclusive, pois, as forças da natureza), e aquelas que tencionam incidir sobre a consciência dos outros homens, para impeli-los a executar posições teleológicas desejadas (Lukács, 1981, p. 155).

As posições teleológicas primárias, cujo veículo de efetivação é o trabalho, se plasmam no espaço da relação dos sujeitos com a natureza, com o propósito de transformá-la em produtos úteis: dessa relação fundam-se os trabalhos materiais que estruturam a economia. As posições teleológicas secundárias, cujo meio de realização é a linguagem, se efetivam no espaço da relação dos sujeitos entre si, com a finalidade de incidir ou de transformar a consciência: dessa relação fundam-se os trabalhos espirituais que configuram a superestrutura da sociedade.

Certifica-se que no curso de desenvolvimento das sociedades originárias, a diferenciação e a junção das duas formas de posições teleológicas, realizava-se espontaneamente pelo dinamismo das relações sociais. Importando afirmar que elas aí não se plasmavam por meio de uma divisão social do trabalho. Ao contrário: os indivíduos que no período da manhã executavam trabalhos materiais, mormente eram, exceto casos especiais, os mesmo que durante o restante do dia efetuavam e partilhavam dos trabalhos espirituais, como os da educação, da arte, da estética, das festas, dos rituais e das discussões acerca de assuntos pertinentes à comunidade.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Na contemporaneidade isso já foi observável entre as comunidades indígenas baseadas em culturas primitivas, situadas na região amazônica do Brasil, Venezuela e Colômbia. Nelas as atividades dos indivíduos, divididas conforme o sexo e a idade, são alternadas entre as de feição material e espiritual, dependendo da ocasião: a material é realizada quando os indivíduos estão envolvidos na confecção de instrumentos e utensílios, na caça, coleta e nos trabalhos da terra; a espiritual é realizada no tempo livre, no interior da aldeia. São casos ressonantes representativos, que de certa forma remontam a um tempo do Neolítico inferior, no qual a maioria das sociedades vivia originariamente no contexto dessa realidade.

Com as sociedades agro-tributárias e escravistas, as duas formas de posições teleológicas ganham nova configuração. Deflagrada esta por meio dos efeitos causados pelo trabalho excedente. A partir daí as posições teleológicas primárias e secundárias passam a se efetivar também na forma de uma exclusiva divisão social do trabalho entre o material e o espiritual, cada qual realizado por meio de indivíduos especializados. Desse momento em diante, a divisão social do trabalho tornou-se, dentro do processo de reprodução, o ponto central de origem de vários complexos, isto é, de várias mediações sociais: a economia mercantil simples, o Estado, o Direito, a religião politeísta e monoteísta, a linguagem escrita, a numeração, a educação escolar etc.

Tal tendência evolutiva permaneceu por meio de um processo de continuidade e rupturas, desenvolvido por meio do advento e progressão das formações feudais. Sob a base da divisão social do trabalho, na Europa do século XI, a religião cristã, por exemplo, evoluiu se tomando complexa ao máximo através da Igreja, que no final da Antigüidade estivera sempre integrada ao Estado imperial escravista, e a ele era subsumido, agora se tornando um complexo "eminente e autônomo dentro do Estado e da forma de governo feudal" (Anderson, 2000, p. 148). Precisamente no século XII, brota um outro complexo, não só relevante para o desenvolvimento da esfera espiritual feudal mas também para a das formações posteriores: a educação escolar superior, engendrada através da criação das universidades.

A divisão social do trabalho chegou ao patamar máximo de desenvolvimento com as formações capitalistas, ramificando-se em diversos gêneros. Além da divisão entre campo e cidade, entre trabalho material e o espiritual, e entre classes sociais, também se ramificou, de um lado, por meio de grandes ramos de produção e de comercialização de mercadorias (agricultura, indústria e setor de serviços), e, de outro lado, por meio da "divisão do trabalho em detalhes" (Marx, 1996, Livro I, Tomo 1, p. 466), dentro das próprias unidades do setor produtivo e do setor de serviços. Sob a base dessa complexa divisão e ramificação de diversos tipos de trabalho, gerou-se uma grande cifra de novas mediações sociais. Destaques para a indústria fabril, a ciência moderna (em

seus diversos ramos e atividades aplicadas), a tecnologia militar e civil de natureza eletromecânica (criada a partir do final do século XIX) e microeletrônica (cunhada a partir da segunda metade do século XX), o Estado burocrático e seus três poderes, as formas de governo, a educação escolar pública e privada (de ensino fundamental, médio e superior), as associações e ideologias de classes, e a Mass Média.<sup>4</sup>

Portanto, em face da introdução e tendência histórica da divisão social do trabalho, aquelas duas formas de posições teleológicas, que em geral eram antes apenas diferenciadas e articuladas espontaneamente no interior das sociedades originárias, e desse modo responsáveis pela geração imediata de seus complexos, no contexto da reprodução das sociedades complexas (baseadas na produção de excedentes), passaram a se desenrolar mediante uma "forma exclusiva de divisão do trabalho" (Lukács, 1981, p. 155).

Diante do descrito acima, fica evidenciado que as mediações geram-se por meio de dois pólos distintos e interdependentes: no imediato através das posições teleológicas dos indivíduos singulares, e no mediato por meio da divisão social do trabalho. Determinado isso, cabe, de agora em diante, explicitar, com mais detalhes, duas mediações vitais para a reprodução do indivíduo e da sociedade: o trabalho e a educação.

### **3 Reprodução e Mediação do Trabalho e da Educação**

Foi enfatizado (no capítulo dois deste trabalho) que o ser social expressa um tipo exclusivo de reprodução, que não encontra paralelo no mundo da esfera orgânica. Pelo simples motivo de ela se dar por meio de dois pólos reprodutivos distintos, mas imbricados e em permanente determinação reflexiva, quais sejam: a reprodução do indivíduo e a reprodução da sociedade como totalidade (Lukács, 1981, p. 178).

---

<sup>4</sup> Meios de comunicação de massa, configurados mediante os modernos veículos de comunicação como a imprensa, o rádio, o cinema e a televisão.

A reprodução do indivíduo nunca pode aparecer no completo isolamento, independente da reprodução da sociedade. Não obstante, ela é *mediada* por uma específica forma histórica de sociedade. Enquanto esta, por sua vez, engendra sua reprodução mediada por meio de suas mediações particulares.

Para demonstrar a realidade concreta dessa dialética, Lukács usou como exemplo, na segunda parte do capítulo *A Reprodução*, considerações específicas acerca de duas mediações particulares, a linguagem e o Direito. Aqui, diferentemente, se fará a sistematização específica das mediações do trabalho e da educação.

### 3.1 O Trabalho

Lukács não enxerga o trabalho tão-só como categoria (Kategorie) negativa ou positiva. Mas como a mediação social mais vital à sociedade. Por uma razão simples: o trabalho detém um significado fundante para a especificidade do ser social. Ele constitui a base de todo um leque de complexos sociais distintos mas ontologicamente imprescindíveis para a sua própria efetivação histórica. Por conseguinte, ao mesmo instante, o trabalho só se realiza objetivamente pela mediação dos complexos os quais ele mesmo deu origem.

Isso exprime uma situação "paradoxal", como se pode inferir através das próprias palavras de Lukács, nos seguintes termos: "o trabalho funda todas as determinações do ser social", assim, nesse caso, "todo fenômeno social pressupõe direta ou indiretamente, às vezes muito indiretamente, o trabalho com todas as suas conseqüências ontológicas" (Lukács, 1981, p. 135). Porém, não significa com isso que a totalidade da vida social seja redutível ao trabalho; porque, antes de qualquer coisa, a totalidade da vida social, no mediato, é "a síntese da relação recíproca daqueles complexos de cujos efeitos e contra-efeitos ela emerge e tem força real e objetiva" (Idem, ibidem, p. 135).

Com efeito, existe uma íntima distinção, contradição e conexão ontológica do trabalho com relação aos complexos particulares e com o complexo da totalidade social. Em última análise, há uma *identidade de identidade de não-identidade* operando nessa relação. Trabalho e educação, por exemplo, não são a mesma coisa, não se identificam, já que são complexos com legalidades distintas e com funções sociais específicas, mas ao mesmo instante há uma identidade devido a uma razão simples: são complexos originalmente criados pela práxis humana.

De mais a mais, uma outra questão relevante se desprende da tratada acima, e cabe aqui ser esclarecida, ainda que só minimamente. Mesmo atribuindo ao trabalho um "significado fundante para a especificidade do ser social", Lukács rejeita qualquer concepção essencialista de homem,<sup>5</sup> sobretudo aquelas, por exemplo, que pleiteiam, de um lado, a concepção de que o trabalho seja a categoria determinante da essência humana, e, de outro, a idéia de que o trabalho seja inerente ao indivíduo singular, que pertença a uma essência natural sua, desde a sua gestação como ente natural. Ao contrário, impera na *Ontologia* de Lukács duas acepções de essência engendradas por Marx, as quais tratam sem rodeios a respeito desses problemas.

A primeira realça que a abstração da "essência humana [menschliche Wesen] é a síntese do conjunto das relações sociais" (Marx & Engels, 1996, p. 13; Marx, 1977, p. 201), quer dizer, da realidade sócio-histórica que os próprios homens constroem e 'dela são resultados', de acordo com as circunstâncias reais em que vivem e das próprias "escolhas entre alternativas" que cada um realiza no decorrer da sua história de vida.

---

<sup>5</sup> A filosofia grega designava que, diferente dos animais, o homem por essência seria humano em virtude de ser dotado de razão (zōon logikón). O cristianismo atribui ao homem uma essência universal e imutável, por ser uma criação divina. O iluminismo resgata a visão essencialista grega de homem, aliada à noção de natureza humana, essa essencialmente racional. Nesse resgate é emblemático o aforismo de Rousseau, o qual rezava que o homem era por natureza um ser bom, a sociedade era que o corrompia. Os pensadores da Economia Política Clássica e depois da Neoclássica da primeira geração, iriam se embasar em uma noção essencialista, que deu origem à concepção burguesa de homem, este compreendido como um ser egoísta, individualista, que teria por meta realizar seus prazeres pessoais (lucros). Em nenhuma hipótese Lukács compartilha com as noções essencialistas, seja qual for ela.

A segunda alude que “o trabalho é uma objetividade social”. E nessa abstração “social” encerra muitas coisas, como costumava dizer Marx (1996, Livro I, Tomo 1, p. 94). Ou seja. O trabalho é uma atividade objetiva que se funda em meio às relações de categorias sociais, a saber, linguagem, cooperação, divisão do trabalho, técnicas e métodos, habilidades e conhecimentos, instrumentos e matérias-primas, princípios e visões de mundo etc. Isso vem traduzir a expressão de Lukács a qual afere que um ato simples de trabalho, mesmo de um indivíduo singular, é social, pois “todas as outras determinações sociais já se apresentam em germe” (Lukács, 1981, p. 182; 1979b, p. 16). Nessas condições, o trabalho é uma atividade geradora e gerada socialmente, e sob essa qualidade possui uma existência objetiva posta socialmente, e desse modo existe “exterior ao indivíduo singular e não pertence à sua essência” (Marx & Engels, 2001, p. 153).

Portanto, o trabalho, em absoluto, não é uma categoria da natureza, não é anterior ao homem, não pertence e nem configura uma essência humana inerente ao indivíduo singular. Daí a razão deste ter por necessidade se apropriar dele por meio de um longo tempo de aprendizado *mediado* pela educação – outra objetividade de substância puramente social e mediada socialmente, conforme Lukács (1981, p. 271). E na dinâmica da reprodução social o trabalho cumpre uma função específica, como deixa claro Lukács (1979b, p. 16) através de uma citação textual de Marx:

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedades, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana (Marx, 1996, Livro I, Tomo 1, p. 172).

Fica explicitado que a função social específica do trabalho é o de mediatizar o intercâmbio metabólico entre o homem e a natureza, para transformar esta nos bens necessários à reprodução do indivíduo e da sociedade. Função que, no seu efetivar histórico, faz do trabalho o elemento estruturador da economia – que, uma vez

estruturada, torna-se a mediação das mais prioritárias para a reprodução do mundo humano.<sup>6</sup> Este caráter fundamental do trabalho ficará mais claro quando se põe em evidência as várias peculiaridades inerentes à sua mediação.

### 3.1.1 As peculiaridades ontológicas comuns à mediação do trabalho

Enquanto no ser orgânico as tendências de reprodução se apresentam em sentido estrito, isto é, uma específica reiteração do mesmo ser vivo determinada por processos biológicos, havendo transformações radicais só quando ocorrem igualmente mudanças radicais no ambiente ecológico e geológico no qual ele vive, no ser social a reprodução tem por princípio transformações internas e externas a todo o momento de seu dinamismo histórico.

BH/UFC

O fundamento desta dual transformação expressa uma peculiaridade inerente à mediação do trabalho, aquela que consiste no fato de "os seus atos necessária e continuamente remeterem resultados para além de si mesmo" (Lukács, 1981, p. 135). Quer dizer: o trabalho, ao criar novidades objetivas e subjetivas, provoca o contínuo desenvolvimento de novas necessidades, de novas atividades e novas relações sociais para o processo de reprodução social, que ao fim retroagem dialeticamente sobre os indivíduos trabalhadores, desenvolvendo neles novas capacidades, habilidades, conhecimentos, e novos comportamentos sociais. Essa realidade é claramente traduzida pelas seguintes palavras de Marx (1996, Livro I, Tomo 1, p.297): "o homem ao atuar por meio do trabalho sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio".

Tal capacidade de os "atos de trabalho necessária e continuamente remeterem resultados para além de si mesmo", desprende de si outra peculiaridade: "as novidades criadas pelo trabalho retroagem igualmente sobre o próprio processo de

<sup>6</sup> No capítulo A Reprodução, na terceira seção intitulada de "Problemas de Prioridade Ontológica", Lukács demonstra como o complexo da economia detém prioridade ontológica no quadro da reprodução social.



trabalho, causando-lhe contínuas mudanças, transformações qualitativas nele mesmo” (Lukács, 1981, p. 136). Estas, verificáveis na história das várias etapas reprodutivas do ser social, plasmadas pelo interior das várias sociedades, mediante crescentes e progressivas criações de “meios de trabalho” (instrumentos, matérias-primas, utensílios, máquinas etc.). Criações que exibem uma tendência de desenvolvimento, muito desigual, mas no conjunto progressiva, do processo de trabalho.

O que permite saber sobre esse desenvolvimento em sociedades passadas é o exame dos meios de trabalho produzidos e utilizados por elas. Sendo que os meios, diz Marx (1996, Livro I, Tomo 1, p.299), não só medem o grau de desenvolvimento do trabalho, como também, de um lado, distingue historicamente a forma de economia de cada sociedade e, de outro, indica as condições sociais nas quais os indivíduos trabalham.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Mediante análise dos meios de trabalho, sabe-se que o trabalho exercido na antiguidade grego-romana, se comparado com outros de sociedades precedentes, detinha em si um elevado grau de complexidade tanto no seu processo como na divisão do trabalho a qual ele era subordinado. Mas seu desenvolvimento era lento em relação a outras atividades como a guerra, o comércio, a política, o Direito, a filosofia, a literatura etc. A “maquinaria” desenvolvida por ele, por exemplo, compreendia a manivela, o parafuso, a roldana, o plano inclinado, o guindaste: criações utilizadas mais nas atividades militares do que nas atividades produtivas. As energias hegemonicamente utilizadas eram as de origem humana e animal, sendo as da força da natureza poucas utilizadas – apesar de os romanos possuírem os conhecimentos necessários para o aproveitamento da energia eólica, o moinho-de-vento só foi criado e utilizado pelo trabalho das épocas feudais (Maestri Filho, 1991, p. 60-61). De acordo com boa parte de historiadores marxistas, esse lento desenvolvimento do trabalho na antiguidade, verificável através dos meios de trabalho que ele criou, se deveu a uma específica qualidade da força de trabalho cuja energia predominantemente utilizada era a força humana convertida em força escrava. Por conseguinte, a sociedade pouca exigia o incremento de inovações tecnológicas, revoluções nos meios de trabalho e conseqüentemente na própria força de trabalho humana – o escravismo desenvolvia um conservadorismo nesses domínios. Já nas sociedades de mais de 1 milhão de anos atrás, os registros arqueológicos indicam uma qualidade de trabalho e uma divisão do trabalho essencialmente simples, porém não menos eficaz para as tarefas que desempenhavam. Contudo, pela análise dos meios de trabalho (uma dúzia de implementos de pedras como facas, cutelos, raspadoras, machados, martelos etc.), encontrados nos sítios arqueológicos mais antigos dos homínídeos da espécie Homo, se observa que a força de trabalho em geral e as sociedades as quais ela pertencia, eram predominantemente subordinadas às determinações causais da força da natureza. Diferente das sociedades capitalistas, por exemplo, onde, ao contrário, se verifica a crescente subordinação da causalidade natural ao próprio poder do trabalho, este socialmente mediado pela ciência, tecnologia, capital, mercado, Direito, política etc.

O fundamento ontológico destas contínuas transformações, no ser que trabalha e no próprio processo de trabalho, remete à existência de outra peculiaridade inerente à mediação do trabalho: o de conter em germe, desde o início, "a possibilidade de produzir mais do que o necessário para a simples reprodução daquele que realiza o processo laborativo" (Lukács, 1981, p. 136).

Essa possibilidade vem se tornar efetiva pela primeira vez na história exatamente com o advento da primeira revolução social humana: a Revolução Agrícola, ocorrida no interior das aldeias neolíticas e atingindo seu apogeu com o advento das sociedades agro-tributárias. Daí em diante, parte do produto excedente do conjunto dos trabalhos concretos de uma comunidade pôde ser destinado à liberação de uma parcela da sociedade à dedicação de outras atividades não necessariamente ligadas a transformação da natureza. Sendo que, em etapas anteriores, quando o domínio das potências da natureza pelas formações humanas originárias ainda não era uma realidade concreta, essa possibilidade intrínseca ao trabalho apenas jazia em germe – mas sem com isso significar que, em tais formações, essa "potência" eventualmente não se tornasse em "ato", que em alguns casos não houvesse produção acima da média.

Todavia, uma vez vindo à luz a produção sistematizada de excedentes, ela revolucionou qualitativo e historicamente a estrutura e a dinâmica da divisão do trabalho, das forças produtivas, das relações sociais e do crescimento populacional. A compreensão desse fenômeno ficará mais concreta quando se desvela uma outra peculiaridade de substância basilar para a reprodução da economia: "o tempo de trabalho".

Marx (1977, p. 33) concebe o "tempo de trabalho" como "a existência viva do trabalho" plasmada em sua forma quantitativa: "Assim como o modo quantitativo de existência do movimento é o tempo, o modo quantitativo de existência do trabalho é o *tempo de trabalho*". Lukács (1981, p. 143), baseado nessa idéia de Marx, vai dizer que, em sentido ontológico, "o tempo de trabalho" encontra seu fundamento no ser natural, vale dizer, na pura objetividade do tempo. Ou seja. O trabalho sempre se realiza dentro

de um limite de tempo, tendo por padrão as medidas objetivas de tempo: hora, dia, semana etc. Enfim, o trabalho humano, independente da sua forma, do seu conteúdo, da sua individualidade, se realiza dentro de um limite de tempo necessário para a produção de bens imprescindíveis à manutenção ou reprodução contínua do indivíduo e da sociedade. De modo geral, conforme a ontologia marxiana, o tempo de trabalho é uma categoria associada à produção de valores – de uso e de troca.

Lukács, por sua vez, observa que, no terreno concreto da história, o tempo de trabalho, como regulador da produção e da reprodução da economia, sofre evolução. Nos primeiros estágios da vida social, ele era determinado apenas pela espontaneidade, quer dizer, não era “racionalizado”. Em virtude disso, a preocupação central dos trabalhadores não era com a racionalização do tempo quando ia se produzir algo, “mas com o nascimento do produto” (Lukács, 1981, p. 143). Este podendo vir em poucas horas, em dias ou em semanas. Dependia das necessidades, das habilidades individuais, da disponibilidade dos recursos naturais, intercalados aos fenômenos naturais como o clima, as estações, o dia, a noite, as marés etc.

Em meio às determinações dessas circunstâncias, o tempo de trabalho era cambiante. Significa que não era estabelecido por meio de uma unidade de tempo determinada a partir da sociedade. Esta vem à luz apenas quando os produtos do trabalho tomam forma de mercadorias voltadas não para o consumo imediato mas para a valorização do valor. Isso só ocorrendo precisamente com a introdução do capitalismo. Essa evolução ficará mais evidenciada quando se põem em tela as formas históricas em que o tempo de trabalho se coagula.

Marx (1996, Livro I, Tomo 1, p. 331, 349-351) identifica duas formas gerais: “o tempo de trabalho necessário” e “o tempo de trabalho excedente”. No tempo de trabalho necessário, os trabalhadores, durante o ato de trabalho, apenas produzem o suficiente para a simples reprodução de suas vidas – e a atividade feita neste período recebe a alcunha de “trabalho necessário”. Já no tempo de trabalho excedente, os indivíduos labutam além dos limites do trabalho necessário à sua reprodução, quer dizer, realizam

horas a mais de trabalho para além do necessário, cujos produtos daí originados são em geral apropriados gratuitamente por outrem, sem nenhuma contrapartida direta de valor ou de benefícios para os trabalhadores – esta parte extensiva a mais de trabalho realizado, Marx chama de "trabalho excedente" ou "mais-trabalho" (surplus labour), e o fundamento da reprodução ampliada da economia se encontra nele. A distinção e a combinação social desses dois tipos de tempo de trabalho, varia conforme a particularidade da reprodução social própria a cada forma de sociedade.

Na reprodução restrita às formações humanas originárias, cuja produção se fundamenta sobre a economia natural, regida pela predominância do valor de uso, impera o tempo de trabalho necessário. Já que aí não se origina nenhuma necessidade social ilimitada por mais-trabalho, em virtude do próprio caráter da economia natural.<sup>8</sup> Nesse caso, o tempo de trabalho, apesar de ser uma categoria social, ele aí se encontra regulado às exigências predominantemente naturais, ou seja, ao atendimento imediato das necessidades fisiológicas do homem

A necessidade por mais-trabalho remonta sua origem com as formações agro-tributárias, cujo excedente gerado era entregue ao Estado por cada comunidade produtora, como tributo pelo uso da terra – de propriedade do Estado ou dos deuses. O excedente acumulado era redistribuído a partir da mediação do Estado, e tinha utilidades

<sup>8</sup> Um exemplo a respeito pode ser demonstrado através das sociedades indígenas no interior da Amazônia legal. Em tais sociedades, o tempo de trabalho está prescrito a uma economia que se gera pela produção do estritamente necessário. O tempo de trabalho em média não ultrapassa quatro horas diárias. O tempo e a produção são limitados em razão de as necessidades serem igualmente limitadas. Isso se dá porque as sociedades possuem um sistema econômico que não exige e nem permite o acúmulo de excedentes e, por serem igualitárias, não permitem a exploração do trabalho: "desta forma, cada família, ao produzir, está produzindo para a sua própria subsistência; ela tem o exato controle de suas necessidades, o exato controle sobre sua produção, e sobre o valor do que produziu" (Silva, 1995, p. 348). Porém, mesmo assim ocorre, eventualmente, produção de excedente, já que o trabalho traz em germe essa possibilidade. Mas uma vez produzido algum excedente, este, que não é utilizado diretamente nas necessidades básicas, em vez de se tornar em objeto de troca ou de exploração, é distribuído ou consumido em festas e rituais: "o excedente é socializado, dividido entre todos, e não destinado a criar a desigualdade entre os homens, para explorar o semelhante; os mecanismos de reciprocidade, isto é, de trocas e redistribuições, garantem a redistribuição, garantindo a igualdade econômica" (Silva, 1995, p. 348). Esse exemplo, de modo geral, vem indicar a razão de a economia natural não exigir para si a produção sistemática de excedentes.

bem definidas: uma parte se destinava aos fundos de reserva para caso de más colheitas e outras casualidades; outra parte formava o tesouro do próprio Estado para cobrir custos de guerra, de religião, de construções públicas etc.; e outra parte para gerar a economia mercantil simples, fundamentada na troca direcionada ao autoconsumo.

Com a reprodução socioeconômica do escravismo grego e romano, o tempo de trabalho ganha nova forma histórica ainda mais complexa, quando, na desenvolvida economia mercantil simples a ela intrínseca, é introduzido o valor de troca em sua figura autônoma de dinheiro, na produção de ouro e prata: o trabalho escravo, aí forçado até a morte, é "a forma oficial do tempo de trabalho excedente" (Marx, 1996, Livro I, Tomo 1, p. 350).

BH/UFC

Na reprodução de caráter feudal, o tempo de trabalho se manifesta de forma diferenciada. Ambos os tempos passam a existir espacialmente separados mas socialmente combinados, entre as terras destinadas aos servos e as de propriedade do senhor: o tempo de trabalho necessário o camponês realiza para sua automanutenção, no espaço de terra em que vive; enquanto o mais-trabalho, denominado de corvéia, ele realiza gratuitamente durante o prazo de três dias nas terras do senhor e para o senhor.

Entretanto, nas sociedades em que domina a economia capitalista, a produção ocorre mediante a combinação, ao mesmo momento dentro das unidades produtivas, das duas formas de tempo de trabalho, cristalizadas em uma unidade limitada biológica e socialmente: a jornada de trabalho capitalista.<sup>9</sup> Sendo que o mais-trabalho, aí

<sup>9</sup> O tempo da jornada de trabalho, segundo Marx (1996, Livro I, Tomo 1, p. 346), é duplamente limitado por determinações biológica e social. A determinação biológica se dá em virtude da força de trabalho necessitar repousar, dormir, alimentar-se, limpar-se, vestir-se etc. A determinação social se dá por motivos morais, já que o trabalhador precisa de tempo livre para satisfazer necessidades espirituais e sociais, cujo tempo para isso se ajusta pelo nível geral de cultura da sociedade da qual faz parte. Nas sociedades pré-capitalistas, o limite biológico e social era, em geral, ajustado aos ritmos dos fenômenos naturais, como as estações, ao clima, o dia e a noite, as marés, a ecologia etc. Enfim, apesar de ser uma categoria social, a jornada de trabalho era predominantemente presa aos fenômenos naturais. Com o capitalismo essa realidade muda. Torna-se socialmente complexa. Como o capital tem por impulso único criar mais-valia, de valorizar-se, sempre procura, sobre todos os meios, consumir a maior massa possível de mais-trabalho. Assim, em torno da jornada de trabalho geram-se lutas sociais constantes, entre capitalistas e trabalhadores. Ao longo da história dessa luta, se observa sucessivas variações sociais do tempo da jornada de trabalho: 18, 16, 14, 12,

efetivado, é extorquido dos produtores diretos, por parte da classe proprietária dos meios de trabalho e de subsistência, e convertido em categoria econômica de valorização e acumulação do capital: a mais-valia (Mehrwert). Nesse contexto, o trabalho excedente não retribuído ao produtor direto, a Mehrwert, em definitivo se torna em categoria puramente social.<sup>10</sup>

A exposição aqui feita acerca das peculiaridades relativas à mediação do trabalho, revela o quanto o ato de sua realização sempre provocam coisas novas, desenvolve novas necessidades e novos caminhos para satisfazê-las. E o dinamismo disso resulta em evolução ontológica da reprodução social de estágios simples para estágios mais complexos, cada vez mais distanciados das determinações provenientes da reprodução biológica da própria vida – sublinhando que a base biológica, nesse dinamismo, não é jamais suprimida, mas apenas sociabilizada:

O trabalho e os produtos do trabalho introduzem na vida continuamente novas necessidades e com elas novas maneiras de as satisfazer. Em uma palavra: enquanto tornam a reprodução da vida humana sempre mais variada e complexa, levando-a cada vez mais distante da reprodução biológica, ao mesmo tempo também transformando o homem autor da práxis, o afastando cada vez mais das determinações da reprodução biológica da própria vida/../, sendo que nesse processo a base biológica da vida não é jamais suprimida, mas apenas sociabilizada, pois vão surgindo no homem características e

---

10, 8 e 6 horas. Por esses motivos, o limite biológico e social da jornada de trabalho é, no capitalismo, determinado a partir de fenômenos sociais, como a luta econômica, política e jurídica entre capital e trabalho, as demandas de mercado, os níveis científicos e tecnológicos alcançados pela sociedade e aplicados nos diversos ramos produtivos etc. Percebe-se daí o quanto o limite da jornada de trabalho, no capitalismo, se torna socialmente complexo.

<sup>10</sup> O tempo de trabalho excedente, que em si já existia em sociedades pré-capitalista, no capitalismo toma forma de mais-valia. Por isso dizer Marx que de fato foi o capital o inventor da mais-valia mas não do tempo de trabalho excedente: "Onde quer que parte da sociedade possua o monopólio dos meios de produção, o trabalhador, livre ou não, tem de adicionar ao tempo de trabalho necessário à sua autoconservação um tempo de trabalho excedente destinado a produzir os meios de subsistência para o proprietário dos meios de produção, seja esse proprietário aristocrata ateniense, leocrata etrusco, cidadão romano, barão normando, escravocrata americano, boiardo da Valáquia, senhor de terras moderno ou capitalista" (Marx, 1996, Livro I, Tomo 1, p. 349). Porém, o que é específico ao capitalismo é, portanto, a forma e o objetivo que a exploração e extorsão do trabalho excedente assume: a produção de mais-valia como processo de autovalorização do valor, e não como processo de acumular para satisfazer as necessidades de consumo da sociedade.

capacidades qualitativas e estruturalmente novas no seu ser-homem (Lukács, 1981, p. 268).

Tudo vem revelar como, por meio da esteira do trabalho, a estrutura viva do ser social, no dinamismo de sua reprodução em graus continuamente superiores, se direciona progressivamente para uma sociabilidade essencialmente social. Isto é: para um tipo de sociabilidade determinada tão-só por categorias predominantes e puramente sociais. Entretanto, não se deve aqui esquecer o quão imprescindível também para esse movimento histórico é o complexo da educação.

### 3.2 A Educação

Na realidade da reprodução social, o homem faz parte em sua singularidade como exemplar da espécie, como "ente natural". Contudo, um dos conteúdos centrais da história da vida social é o modo pelo qual o homem, de mero "ente natural" se desenvolve, no interior de uma sociedade particular, para um "ente social" (*gesellschaftliches Wesen*), tomando forma de individualidade, com personalidade própria. Esse movimento é possível através da apropriação dos conhecimentos e geração das atividades sociais, mediante a inter-relação do homem singular com o ser social constituído, com o qual ele realmente está em contato e faz parte a partir do seu nascimento. Mas ressalva-se que isso não é efetivado de modo direto, mecânico. É mediado socialmente. E a educação é uma das mediações decisiva para esse movimento.

De acordo com Lukács (1981, p. 271), "a educação é uma prática puramente social". E nessa qualidade representa um complexo que se funda e se desenvolve por meio daquelas ações em que os homens voltam-se sobre si mesmos, com a finalidade de delinear, por meio da transformação da consciência, uma direção e configuração dos seus atos práticos. Essas ações práticas são denominadas por Lukács de "posições teleologias secundárias", já que sua especificidade ou função ontológica, diz ele,

é a de induzir outros homens a posições teleológicas que eles mesmos deverão realizar; a subjetividade de quem põe adquire um papel qualitativamente diferente e, ao final, o desenvolvimento das relações sociais entre os homens implica em que também a autotransformação do sujeito se torne um objeto imediato de posições teleológicas, cujo conteúdo é um dever-ser [a realização de algo a partir do futuro]. É claro que estas posições são diferentes daquelas que encontramos no processo de trabalho, mas, e exatamente por isto, pela diversidade da qualidade (Lukács, 1981, p. 78).

São, portanto, ações responsáveis pela instauração da formação de uma nova consciência por parte dos sujeitos que atuam na prática social, através da adoção tanto de conhecimentos e comportamentos como de visões-de-mundo. É nesse espaço que se funda a essência e a função da educação, tornando-a mediação social com peculiaridades ontológicas própria, que por isso merecem ser destacadas.

### **3.2.1 As peculiaridades ontológicas comuns à mediação da educação**

De início Lukács admite que existem determinadas analogias entre o complexo da educação (Bildung) com as formas de aprendizados presentes nas espécies animais superiores. Pois como qualquer outro tipo de animal jovem, a criança aprende pela observação, imitação e experiência as atividades e as reações a uma dada situação. O aprendizado, em ambas esferas, é auxiliado pelo exemplo dos pais e de outros adultos.

Contudo, frisa o pensador húngaro que o ensinamento dos animais adultos aos seus filhos se reduz a fazê-los “aprender”, de uma vez por todas as atividades e padrões de comportamentos requeridos pela espécie, como ato de reação e adaptação a um dado ambiente ecológico e geológico específico (Lukács, 1981, p. 152). Assim, as atividades e comportamentos animais são sempre os mesmos, estáveis, sem muita variação no tempo e espaço, já que adequados a situações naturais que se sucedem com frequência, dentro de uma escala de variação determinada ecologicamente.

Na educação humana ocorre o inverso. Na realidade social em que ela se funda e se realiza, devido à constante transformação conjuntural e estrutural da dinâmica



das relações sociais, sempre se encontra em situações históricas novas a todo instante. A educação, diante desse contexto, é o meio social de formar, através da transmissão de conhecimentos, comportamentos, visões de mundo etc., os indivíduos para agirem e reagirem sobre o quadro dessa realidade dinâmica. Por isso dizer Lukács (1981, p. 152) que “o essencial da educação humana consiste em tornar os indivíduos aptos a reagir adequadamente a eventos e situações imprevisíveis, novas, que mais tarde apresentar-se-ão em suas vidas”. Nesse caso, a função social da educação é o de formar os indivíduos através de conhecimentos transmitidos a fim de que, frente às novas circunstâncias e alternativas postas pela dinâmica mutável da vida social, reajam com êxito (Lukács, 1981, p. 153).

Conforme o pensador húngaro, em curto prazo essa função costuma se realizar sempre. De fato ela forma os indivíduos àquelas circunstâncias e alternativas concretas que estão de frente e ao alcance deles. Educa o indivíduo para situações sociais historicamente coaguladas. E por um tempo isto contribui, segundo Lukács (1981, p. 154), para “conservar a continuidade do ser em meio a perene transformação da reprodução social”. Porém, em longo prazo, diz o pensador, aquela função da educação tende a fracassar – ainda que só parcialmente. Graças exatamente à dinâmica inerente às relações sociais de produzir a todo o momento, sem cessar, movimentos novos e contraditórios, aos quais nenhuma forma de educação, por mais eficaz, por mais sofisticada e adequada que seja, “pode preparar suficientemente os indivíduos para eles” (Lukács, 1981, p.154).

Daí se conclui que se o quadro objetivo das relações sociais sofre mudanças conjunturais ou estruturais, criando novas situações, novos conhecimentos, comportamentos e visões de mundo, a educação tende a acompanhá-lo, ainda que só lentamente, em função de haver oposição e luta entre correntes conservadoras com correntes revolucionárias. Como, por outro lado, a qualidade da educação alcançada pela sociedade, tende a “retroagir indiretamente” sobre as relações sociais, forçando

mudanças (pela mediação do trabalho, da economia, da divisão do trabalho, ideologia, políticas, regulação jurídica etc.).

Quer dizer, a educação por si só não transforma no imediato a sociedade. Ela possui seu espaço próprio em que realiza diretamente transformações: a consciência dos sujeitos que se movem e atuam nas práticas sociais responsáveis pela reprodução do indivíduo e da sociedade. É nesse espaço que ela encerra, em germe, uma tendência dialética imprescindível à reprodução do ser social: a conservação e a transformação da consciência dos sujeitos que agem e se movem na prática social em um quadro de relações sociais em perene mudança.

Essa é a dialética inerente à educação. Dialética operante em qualquer tipo de sociedade, das mais simples às mais complexas – das que aparentemente se reproduzem constantemente da mesma forma, como no caso das sociedades originárias e agro-tributárias, àquelas em que explicitamente se constata reproduções sempre de forma ampliada. Dialética que não permite a própria educação exercer mera função reprodutivista ou perpetuadora de um pretense quadro social metafísico, como, de modo infeliz, prognosticaram Bourdieu e Passeron.

Isso representa um fato ontológico nodal. A educação humana de modo algum é concluída. Não obstante, ela é permanente, acontecendo pelo decorrer de toda a história de vida do ente social. Por exemplo, um ente nasce e inicia sua formação em uma determinada conjuntura social, e pode terminar em uma outra de caráter totalmente distinto, com exigências de novos conhecimentos, comportamentos e visões de mundo, que demanda realização de novas atividades completamente diversas daquelas para as quais a "educação em sentido estrito", isto é, aquela forma de educação freqüentemente de substância mais idealmente direcionada pela família ou pela escola, o havia anteriormente preparado (Lukács, 1981, p. 152). Em resposta às novas exigências sociais surgidas, "que exprime, de modo desigual e contraditório, o progresso objetivo do ser social no curso de sua reprodução", reinicia-se novos meios de ensino e aprendizado, novas ideologias educativas, práticas, métodos e técnicas de ensino e apropriação dos

conhecimentos socialmente produzidos. Enfim, reinicia uma nova educação, para circunstâncias sociais novas.

Por causa disso se tornar impossível, considera Lukács (1981, p. 152), estabelecer “um limite ideal entre educação em sentido estrito” e “educação em sentido lato”, aquela sucedida espontaneamente no interior da dinâmica cambiante das relações sociais. Educação estrita e educação espontânea são duas formas que se contrapõem, que geram contradições – em especial através de formas de sociedades complexas, sobretudo as de classe, onde a dinâmica das relações sociais é mais intensa e desigual.

Nas sociedades originárias, em que as comunidades em geral são configuradas mediante uma estrutura social comunal, e as atividades tendem a ser traçadas segundo um interesse comum, o espaço entre as duas formas de educação se “estreitam” de tal modo que “no imediato aparenta haver uma identidade entre ambas”. Já nas sociedades complexas, o espaço é dilatado sobremaneira, e do seu interior emerge e se desenvolvem perenemente quadros distintos e contraditórios de *alternativas* e *circunstâncias sociais* diversas, com conteúdo e forma de vários matizes, aos quais os indivíduos em formação não se furtam a exercer escolhas, ora “felizes, ora infelizes”. Dessa realidade há, a todo o momento, possibilidades reais do surgimento de “resultados inesperados”: o filho de um guerreiro se tornar poeta, o descendente de um aristocrata burguês se tornar um revolucionário, o filho de um oficial um antimilitarista, o ensinamento da moça de família católica, baseado na “virtude” e nos preceitos religiosos, produzir inclinações à prostituição, como, por outra via, o filho de um assassino se tornar um sacerdote, ou a filha de um traficante de entorpecente uma polícia etc.<sup>11</sup>

A possibilidade dessas ocorrências se deve ao fato de a formação do indivíduo singular não ser resultado apenas da “educação em sentido estrito” (família, escola), baseada em um modelo, uma idealidade traçada por um educador. Se se levar em conta que o indivíduo não existe isolado do mundo que o cerca, presume-se que em

---

<sup>11</sup> Foi aqui usado, com modificações, um exemplo traçado por Lukács (1981, p. 272).

sua formação entra elementos da "educação em sentido lato" (espontânea), laborada no interior das relações sociais. Conclui-se, a partir daí, que a formação humana é resultado dialético proveniente da síntese (Synthese) da interação e oposição daquelas duas formas de educação, e não, ao contrário, de um modelo ideal rígido, posto por uma teleologia particular – se assim ocorresse, talvez a reprodução do ser social se encontrasse em um eterno estado metafísico, reproduzindo-se constantemente da mesma forma. Mas a educação não apenas transforma diretamente a consciência e indiretamente as relações sociais; ela também impacta sobre aspectos biológicos e sociais na formação do indivíduo.

### 3.2.2 Educação e relação entre as maturações biológica e social

É fato ontológico que o homem existe como homem só em sociedade: é um ente social. Por outro lado, é fato ontológico que o homem também é um ente natural, possuindo todas os atributos de um ser orgânico (nascimento, crescimento, velhice, perecimento). Mas, embora esse ente natural não seja eliminável, Lukács indica que crescentemente ele sofre contornos a partir da sociedade. Com base nessa constatação, o pensador húngaro vai dizer que constitui em erro a tentativa de boa parte de biólogos em definir a "extensão", o lento desenvolvimento da "maturação biológica e social" humana, quer dizer, o longo período em que a criança carece de ajuda e é incapaz de mover-se com autonomia, apenas pelo ponto de vista das peculiaridades biológicas da espécie (Lukács, 1979b, p. 94).

É certo que o peso do cérebro de uma criança recém-nascida da espécie humana é cerca de 29% do seu peso em idade adulta, enquanto o de um filhote de um primata antropóide já corresponde a 42%.<sup>12</sup> Isso é um fato biológico. Entretanto, com

---

<sup>12</sup> As crianças nascem com a estrutura dos ossos do crânio relativamente macios e frouxos. A fusão dessa estrutura é sobremaneira postergada, de modo que o cérebro pode expandir-se até à média aproximada de um volume de 1.350 centímetros cúbicos de massa encefálica, quando o indivíduo atinge idade adulta. No entanto, antes disso a criança é totalmente dependente de seus pais, carente de inúmeros delicados cuidados. Essa última afirmação seria válida para os demais filhotes de qualquer mamífero e para a maioria

base em Lukács, não é só ele que, em última análise, define o desenvolvimento físico e social mais lento para os neonatos humanos. Esse fenômeno, vai assegurar Lukács (1979b, p. 95; 1981, p. 153, 271), irrompe como consequência histórico-social do processo de humanização do homem, do “nascimento da sociedade”. Mais precisamente como resultado da retroação da extensão do processo educativo sobre a constituição biológica do homem, e se fixando como característica da biologia da espécie:

O motivo que nos força a fazer algumas observações sobre a educação é acima de tudo elucidar o erro hoje difundido segundo o qual seria a peculiaridade biológica do homem que o faria a se desenvolver mais lentamente como exemplar autônomo da própria espécie. É verdade que a simples extensão do processo educativo retroagiu sobre a constituição biológica do homem. Todavia, como já vimos, ao falar de “fome e amor”, que os motivos primários da mudança são de caráter social e não biológico (Lukács, 1981, p. 153).

O fato de que tenham sido necessárias muitas dezenas de milhares de anos para que tal processo de desenvolvimento lento pudesse se fixar biologicamente não significa que essa gênese não tenha sido de caráter social; nem tampouco que – uma vez fixada essa peculiaridade biológica como patrimônio genético – o ‘acabamento’ não possa deslocar-se cada vez mais para frente, por causa das crescentes demandas do ser social, sem que agora ocorram modificações biológicas específicas (Lukács, 1979b, p. 95).

Com isso se quer dizer que, nas origens sociais da humanização do ser-homem, foram as novas e grandes exigências derivadas não da natureza biológica mas da socialidade, como postura ereta, linguagem, raciocínio lógico, habilidade manual refinada, capacidade para o trabalho etc., com as quais se defrontava objetivamente quem estava se tornando um ente social, que influíram sobre a necessidade de um “lento desenvolvimento da maturação biológica e social dos indivíduos da espécie”. De acordo com Lukács, a educação foi a mediação que jogou peso decisivo nesse processo. Porque através dela é que o indivíduo se apropria e aprende a gerar as atividades sociais

---

das aves. Mas no caso dos filhotes humanos a condição de dependência é excepcionalmente longa em relação aos demais mamíferos (Childe, 1975, p. 42).

necessárias à sua formação em termos puramente sociais, até alcançar "autonomia de vida" no mundo das relações sociais. Nesse sentido, a humanização do ser-homem ou, segundo Lukács, "o tornar-se homem do homem" (*Menschwerden des Menschen*), cuja realização é social e não natural, passa necessariamente a depender do aprendizado, da apropriação de conhecimentos e das atividades sociais. Realização que demanda para si um considerável tempo necessário muito maior se comparado com aquele do necessário em sentido biológico. Por exemplo, um jovem já alcançou a tempo sua "maturação biológica", com capacidade de exercer função ativa na reprodução da espécie, quando, do ponto da "maturação social" ainda é um jovem sem autonomia, ainda não suficientemente pronto para automanutenção e exercer função ativa no quadro da reprodução social (Lukács, 1981, p. 271).

A formação da criança e do jovem, até o alcance da maturidade social, reclama para si um necessário "tempo de educação intensiva". A história da reprodução revela que esse tempo necessário não é rigidamente fixado e nem tampouco biologicamente determinado. Ao contrário, ele acolhe um número crescente de elementos sociais e culturais que, no conjunto, faz dele uma categoria de substância predominantemente social. E não é rigidamente fixado em função de variar historicamente conforme a particularidade da estrutura e conjuntura comum a cada tipo de formação socioeconômica.

Nas formações humanas originárias, por exemplo, o tempo necessário de educação intensiva tende a ser menor, podendo o indivíduo atingir sua maturação social logo à saída da puberdade, ao atingir a maturação biológica – estudos sobre as comunidades indígenas na Amazônia, trazem revelações emblemáticas a respeito. Isso em razão de haver um tipo de reprodução material e espiritual associada a uma restrita divisão do trabalho, um baixo desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais em geral. Quadro que, no todo, gera atividades comuns que não encerram nenhum mistério do tipo que exija uma demanda, para as crianças e jovens, de um longo

tempo necessário de educação intensiva, para se apropriarem e gerar as atividades sociais e se tornarem indivíduos autônomos, que se automantém.

Nas formações agro-tributárias, já se observa um fenômeno novo. A estrutura reprodutiva delas se assentava sobre a diferenciação da produção social entre trabalho manual e trabalho intelectual. Estrutura que passou a rogar de uma considerável parcela de jovens, especialmente daqueles geradores das atividades complexas, associadas à administração, à religião, à astronomia, à leitura e à escrita etc., maior tempo de educação intensiva. Desse quadro foi que nasceu e se desenvolveu uma nova forma de educação estrita: a educação escolar.<sup>13</sup> Esta, por seu caráter e função social, nasce sob a necessidade da exigência de aprendizado em tempo intensivo prolongado, por parte dos educandos. Assim, a maturação social, adquirida pelo educando em um espaço de tempo intensivo mediado pela escola, não mais coincide com a maturação biológica.

Com a introdução das formações escravistas, a diferenciação da produção social transmuta-se em diferenciação da sociedade em classes sociais distintas: uma

---

<sup>13</sup> O nascimento da educação escolar coincide com o da "linguagem escrita". Esta originalmente criada para atender objetivos práticos relativos à economia mercantil simples, e às necessidades práticas das corporações administrativas dos templos e dos Estados das formações agro-tributárias sumerianas e egípcias. No início era bastante imperfeita para a expressão de idéias. Porém, com o tempo, se tornou em meio mais eficaz para o registro, documentação e transmissão objetiva de idéias. Mas mesmo depois de um processo de simplificação, que durou mais de 2.000 mil anos, a escrita cuneiforme dos sumérios empregava entre 600 e 1.000 caracteres distintos. Os hieróglifos egípcios e as escritas hieráticas, detinham uma quantidade de caracteres equivalente a 500. Nessas situações, a escrita se constituiu inevitavelmente em arte difícil e especializada, que requeria aprendizado através de um longo e sistemático estudo. Surgiram então as *escolas* dos templos, destinadas à formação de futuros profissionais da escrita, que além de aprenderem a ler e a escrever também aprendiam a fazer gramática e dicionários. Nessas escolas também se aprendia matemática, medicina, astronomia e outros estudos (Childe, 1975, p. 182-190). A coisa não foi diferente com a origem da escrita chinesa, composta por quase 2 000 mil ideogramas, que solicitava aprendizado em prolongado tempo. A escrita alfabética fenícia simplificou as coisas, reduziu os caracteres para menos de 30, estes transformados em letras, cuja combinação poderia produzir infindáveis sentenças e idéias. Com as sociedades escravistas gregas, o alfabeto fenício foi simplificado, tornando-se uma escrita especificamente grega, que no período koinê passou a ser formada por 24 letras. Mas, como talvez seria lógico esperar, a escrita alfabética grega não influiu no sentido da diminuição de tempo de educação escolar absolutamente freqüentada pelos membros da classe proprietária de terras e de trabalho escravo. Ao contrário, aumentou. Porque através dela foi potencializado os conteúdos da educação, provenientes de disciplinas essencialmente abstratas das mais variadas, como a lógica, a filosofia, a ciência, a matemática, a literatura etc., cujo aprendizado demandava um tempo bastante prolongado de estudo.

dedicada ao trabalho intelectual e outra ao trabalho manual. Desse novo contexto ergue-se uma estrutura socialmente diferenciada, que igualmente demanda uma educação diferenciada: a educação estrita na forma escolar, como meio de formar, à parte, os filhos da classe dominante, e, para os filhos da maioria do povo, a educação estrita na forma familiar, realizada sobretudo na ambiência doméstica e na ambiência do processo de trabalho. Nesse caso, se comparado aos filhos das camadas populares, os filhos da classe dominante que passavam maior tempo em educação intensiva na escola, conseguiam tardiamente a maturação social.

Já as formações feudais trazem novidades, quando surgem os “institutos de aprendizagem”, criados através das corporações de ofício localizadas nas cidades, que passam a exigir dos aprendizes um longo tempo de aprendizado, até se tornar profissional. No estágio áureo do desenvolvimento das corporações, entra em cena um elemento novo, a mediação da política. Na Inglaterra à época de Elizabeth, por exemplo, Adam Smith relata que foi decretado o “Estatuto de Aprendizagem”, cujo eixo norteador rezava que ninguém poderia futuramente exercer qualquer comércio ou ofício, se não tivesse passado por um aprendizado durante o mínimo de sete anos (Smith, 1996, V. I, p. 165).

Com as sociedades capitalistas o fenômeno se torna norma generalizada. Ou seja, a estrutura da educação passa a ser mediadas decisivamente “pelas tormentas desencadeadas no céu político”,<sup>14</sup> coagulada em legislações específicas relativas às determinações e regulamentações acerca da educação escolar em geral. Das mediações da política, do Direito e da economia, veio se estabelecendo, pouco a pouco, um tempo de educação intensiva com duração, em média, de 15 anos – sem se levar em conta os anos de educação universitária, com média de 4, 5 anos. Somado a esse fenômeno novo, emerge outro igualmente novo: a mediação da luta de classes.

Desde o século XIX, após intensa luta política, jurídica e sindical, também os filhos da classe trabalhadora igualmente passaram a acessar à educação escolar.

---

<sup>14</sup> Expressão de Marx (1996, Livro I, Tomo 1, p. 473)



Entretanto, a realidade histórica vem revelando que em geral são os filhos da classe dominante que "tendem" a permanecer, em média, maior tempo em educação intensiva do que os filhos da classe trabalhadora. Portanto, para estes, a maturação social "tende" a chegar em um menor espaço de tempo, pois logo começam a trabalhar e se tornam adultos independentes. Enquanto para aqueles, a maturação social tarda a vir, em função de passarem maior tempo em educação intensiva na escola. Essa realidade se deve às graves conseqüências provenientes das desigualdades econômicas, sociais e culturais entre as duas grandes classes.

Sob essa perspectiva se percebe, com maior nitidez, que os motivos primários das mudanças no processo de maturação social, associado ao tempo necessário de educação intensiva da criança e do jovem, são de caráter predominantemente social e não biológico. Ao pensar a esse respeito Lukács expressou a seguinte sentença:

Se hoje nas fábricas as crianças não mais trabalham como ocorria no início do século XIX, não é por razões biológicas mas sim pelo desenvolvimento da indústria e sobretudo pela luta de classe. Se hoje nos países civilizados é generalizada a obrigatoriedade da educação escolar e os jovens ficam fora do trabalho um tempo relativamente longo, também este tempo deixado livre para a educação é um produto do desenvolvimento industrial (Lukács, 1981, p. 153).

Assim, forma e conteúdo, método e técnicas educativas, tempo de duração intensiva da educação, são conseqüências das necessidades sociais e mediadas pelo dinamismo histórico da conjuntura e estrutura da reprodução do ser social, e não por forças naturais determinadas biologicamente.

Toda essa discussão evidencia o quanto a educação medeia e é mediada pelos elementos que garante a reprodução social. E mais uma vez se põe em destaque sua função social: garantir, em meio às incessantes mudanças das relações sociais, a continuidade dialética da "conservação e da transformação da consciência" dos sujeitos

que agem e se movem na prática social. Por essa razão ser a educação uma mediação distinta daquela própria ao trabalho.

#### 4 Trabalho e Educação: distinção e conexão

A partir da base na qual o trabalho e a educação se fundam, por si já evidencia o quanto são distintos esses dois complexos. Enquanto o trabalho é um ato de transformação material da natureza, um ato exercido sobre um objeto que não responde mediante uma contra-ação consciente, a educação, ao contrário, é um ato de transformação espiritual da consciência humana, ato exercido não sobre um objeto (Objekt) mas sobre um ente que igualmente é sujeito, que ao sofrer uma ação teleológica também, mediante “decisões entre alternativas”, responde com outra ação teleológica, dando assim retorno de forma ativa às ações sofridas – isso ocorrendo desde a primeiríssima infância do neonato humano, segundo Lukács (1981, p. 272). Desse modo, há, no espaço da educação, tendências da geração de relações muitas vezes marcadas por discórdias e conflitos, entre educador e educando e vice-versa.

Um outro destaque é que o trabalho configura um ato exercido através de um coeficiente de incerteza de menor grau, a ponto de “mais ou menos” ser possível determinar *ante festum* o resultado do produto que ele realiza. Com a educação já não é assim. Isso porque ela se dá em uma extensão de tempo marcado pela perene evolução, cujo resultado daí oriundo só se vislumbra *post festum* – em tempo bem futuro.

Outras diferenças básicas se sobressaem. Aqui é suficiente assinalar duas. A primeira expressa que enquanto o produto proveniente da transformação do trabalho é de substância material (instrumento, utensílio, máquinas, ornamentos, alimentos e produtos úteis diversos etc.), o produto originado da transformação da educação é de substância espiritual, a consciência humana. A segunda exprime que o produto do trabalho costuma ter duração objetiva e histórica maior que o produto da educação. Este perece com o sujeito, aquele, em geral, dependendo das circunstâncias, permanece à morte do sujeito,

através de longos períodos de anos. Por esses motivos, e por outros que certamente existem, é que aqui se diz que trabalho não é educação, e vice-versa.<sup>15</sup>

Por outro lado, apesar de serem complexos não idênticos, contraditoriamente existem elementos genéricos de identidade e de conexão, no seguinte sentido: ambos são atividades sociais e se efetivam mediante tomada de “decisões entre alternativas”; e se encontram em conexão porque, no contexto da reprodução social, só existem e se efetivam pela mediação do outro. Por duas simples razões. O trabalho é uma objetividade social criada pelas relações sociais, e, dessa forma, existe exterior ao indivíduo singular; mas da sua contínua apropriação por parte dos indivíduos depende sua reprodução como objetividade social: e essa apropriação se dá pela mediação da educação. Por outra parte, a educação também é uma objetividade social, e sua reprodução continuada depende da mediação do trabalho, quando este através do tempo necessário ou do tempo excedente, supre com bens e valores diversos a manutenção dos educadores e educandos, conseqüentemente do processo de ensino e aprendizado como um todo.

Enfim. Trabalho e educação são complexos com funções das mais fundamentais para o ser social, pois o trabalho medeia a reprodução da base material, e a educação a reprodução da esfera espiritual, com o devido comparecimento dos múltiplos complexos mediadores como a economia, a linguagem, a cooperação, a divisão do trabalho, a ideologia, a regulação das relações a atividades sociais, a política, a moral,

---

<sup>15</sup> Comumente se vê reproduzido a idéia a qual aventa que durante o “período da infância da humanidade”, isto é, na sua etapa primitiva, “trabalho e educação não se diferenciavam”. Alega-se que a causa disso se encontra no fato de que nesse estágio da história social, devido ao baixo índice de desenvolvimento das forças produtivas e da divisão do trabalho, “o homem se educava no e pelo trabalho”, daí surgindo uma “identidade” entre os dois complexos. Compartilhar com essa idéia seria o mesmo dizer que também não havia diferença entre economia e linguagem, entre fala e instrumento etc. Isso configura um grande equívoco. Não tem fundamento histórico e tampouco ontológico. No princípio, no ato do salto ontológico que deu origem ao ser social, os complexos já se punham cada um com sua essência e função social definida. O problema é que a sociabilidade, nesse estágio, se encontrava estruturada por uma rede de mediações muito simples, apresentando pouco recuo das barreiras naturais. Mas isso não autoriza dizer que havia uma “identidade” ou uma “homogeneidade” entre os complexos, em especial do trabalho com a educação. Complexos se definem por complexos justamente por possuírem sua própria legalidade, essência e função social.

a religião etc. Daí serem duas categorias vitais para a *continuidade* da reprodução da vida social humana.

## CONCLUSÃO

A *Ontologia* do ser social de Lukács apresenta uma inevitável conclusão: *ser* e *continuidade* são indissociáveis. Isso em virtude de que nem um ser, seja inorgânico, orgânico ou social, existe sem processo que permita a ele continuar, se perpetuar como ser na configuração em que se plasma. Nesse domínio, o que muda é a forma ontológica da continuidade assumida por cada esfera de ser.

A continuidade na esfera inorgânica se efetiva por meio das dimensões causais físico-químicas, que em suas distinções e interações promovem a todo o momento leis que garantem a continuidade do ser em meio a constantes transformações e evoluções, desde seu surgimento. Desse modo, a continuidade inorgânica se efetiva mediante as leis que promovem o permanente movimento de "tornar-se outro": a estrela ao perecer torna-se em buraco-negro, a pedra ao se desfragmentar torna-se em terra, a montanha ao sofrer erosão torna-se vale, a força mecânica de corpos opostos em interação torna-se em calor, as diversas combinações causais de elementos físicos e químicos da matéria tornam-se em diversas formas de minerais etc. É esse movimento que possibilita a continuidade restrita a esfera inorgânica. Diferente é a continuidade orgânica e social.

As continuidades das esferas orgânica e social proporcionam uma variação ontológica nodal, que no todo as distingue da inorgânica: elas são processadas via reprodução. Por outro lado, a continuidade do ser social é ontologicamente distinta da continuidade biológica. Esta, perpetuada mediante dois complexos particulares, o vegetal e o animal, tem por característica se realizar por meio de uma típica forma de reprodução cuja essência se consubstancia historicamente pelo incessante movimento de "reposição em si do mesmo ser vivo", isto é, de um ente vivo com a mesma natureza biológica

comum a uma específica espécie. Essa essência conduz a um dinamismo marcado por um processo evolutivo que faz surgir miríades de espécies distintas, causando mudanças qualitativas e quantitativas no seu interior a todo o momento. A continuidade se dá precisamente por esse perene mudar, cuja linha de tendência evolutiva encaminha a reprodução de entes simples para entes mais complexos. Porém, a continuidade biológica se efetiva com a absoluta ausência de posições teleológicas. Nela opera tão-só as leis da causalidade. A continuidade da esfera do ser social se apresenta de forma diametralmente oposta, conforme está explícito na *Ontologia* de Lukács.

Tal como a continuidade orgânica é efetivada via reprodução, a social também. Todavia, a reprodução que a realiza tem por marca central a incessante “reiteração da criação do novo”, quer dizer, pela incessante “dinamização do ser a novos e superiores patamares de sociabilidade”. reiteração cuja determinação geral é gerada historicamente por meio das relações sociais. Estas desencadeadas por intermédio das práxis dos indivíduos concretos, ou seja, da realização de posições teleológicas singulares, no ato de eles perseguirem responder ativamente os carecimentos materiais e espirituais que os afligem, no ato de acossarem a realização de seus fins e interesses – coletivos e individuais. O processo reprodutivo, que possibilita a continuidade social, é mais complexo, já que se efetiva por meio de complexos particulares e singulares de mediação.

Essas, pois, são as diversas formas de continuidades, cada qual com características próprias, e realizadas de modo distinto. Isso vem revelar que a “continuidade”, na *Ontologia* do ser social de Lukács, é uma categoria ontológica universal. Contudo, Lukács põe em tela que a *continuidade* em si não corresponde um simples manter fixo aquilo que já foi alcançado, mas também, sem que cesse esta atividade de fixação, é um ininterrupto progredir a diante. E “esta dialética da superação, a unidade contraditória do conservar e do progredir adiante inerente à *continuidade*, opera em todas as esferas do ser” (Lukács 1981, p.198). Disso trazem-se reflexões imprescindíveis para a compreensão da reprodução do ser social.

O ser social vem permanecendo historicamente mediante um ininterrupto processo de reprodução coagulada pelas diversas etapas das formas sociais, cuja sua dinâmica coloca em movimento o afastamento das barreiras naturais – tomando as sociedades humanas mais complexas, cada vez mais essencialmente sociais. Nos casos em que deixou de operar a reprodução restrita a algumas sociedades particulares, estas pereceram historicamente. Muito embora, a herança mormente deixada por elas, objetivada em produtos materiais e espirituais, atravessa séculos quando é introduzida e replasmada pelo quadro reprodutivo de outras sociedades que continuam vivas – elementos materiais e espirituais das sociedades mortas continuam se perpetuando através das sociedades vivas. De modo geral, são os complexos sociais mediadores os responsáveis pelo encaminhamento desse processo. Por essa razão ser relevante estudar e entender os problemas gerais norteadores da reprodução social.

Isso traz uma outra reflexão capital. A *continuidade* do ser social só pode se desenvolver sobre a base material de um ser orgânico, e que esse último pode fazer o mesmo apenas sobre a base do ser inorgânico. Lukács deixa isso claro em todo o decorrer de sua *Ontologia* – e esse é o fulcro materialista histórico e dialético em que ela se assenta. Porém, quando se toma essa constatação ontológica a partir da perspectiva da reprodução comum à sociedade capitalista, salta aos olhos uma outra constatação deveras preocupante: as gritantes contradições geradas na esfera produtiva calcada na valorização do valor, isto é, na reprodução ampliada do capital, estão cada vez mais levando a degradação exatamente do *locus standi* da reprodução da vida social: a natureza (orgânica e inorgânica) e o trabalho.

Ao se referir à relação indústria/agricultura, em *O Capital*, Marx averiguou o seguinte fato: a produção capitalista, motivada pela acumulação e orientada pela expansão, “só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social ao minar simultaneamente as fontes de toda a riqueza: a terra e o trabalho” (Marx, 1996, Livro I, Tomo 2. p.133). Minar, aqui, significa degradação-destrutiva da natureza e do

trabalho. Essa lógica se torna potencializada por todos os ramos produtivos com o advento do "capitalismo avançado", em que a produção em si torna-se ato de destruição.

A destruição, do ponto de vista do trabalho, igualmente convertido em mercadoria, traduz-se no uso intensivo e extensivo da técnica e da ciência no processo produtivo, cujo uso tem por tendência a radical substituição do trabalho vivo (trabalho direto tocado pela mão-de-obra) pelo trabalho morto (trabalho indireto, incorporado nas máquinas, instrumentos e matérias-primas). O resultado é a destruição, em forma de desperdiçamento, de parte da humanidade como "força de trabalho supérflua", expulsa da reprodução social (do próprio processo de trabalho) – e jogada à sorte da miséria econômica e moral.

Já a destruição da natureza está associada aos objetivos da produção capitalista de sempre perseguir a equalização de mercado de consumo de massa com desenvolvimento tecnológico. Ou seja, sob a lógica do capitalismo avançado, a reprodução ampliada do consumo se dá mediante a base de uma intensa modificação tecnológica da produção através da adoção de uma estratégia disciplinada de obsolescência planejada das mercadorias, através da taxa de uso decrescente de suas "vidas úteis" (Mészáros, 1989, p. 15-52). Esta combinação ampliada, de consumo de massa com diminuição planejada da "vida útil das mercadorias", resulta na destruição da natureza mediante duas vias: desperdiçamento exacerbado de seus recursos naturais, e impedimento da reprodução de seu metabolismo provocado pela poluição descontrolada do meio ambiente por meio dos produtos descartados.

Portanto, a produção capitalista converte-se em atividade destrutiva da natureza, base material da reprodução da vida e do trabalho, base material da reprodução social. Em uma palavra, o capital ao minar seu próprio *locus standi*, a natureza e o trabalho, não está minando apenas a si mesmo mas as bases objetivas de sustentação de toda a humanidade, haja visto que ela consubstancia um sistema social que está submetendo e subordinando toda a humanidade à sua lógica de produção, a saber: produzir para



responder às necessidades da reprodução ampliada, isto é, de valorização do valor, da acumulação do capital, e não para responder às necessidades genuínas da humanidade.

Assim, não se pode estranhar quando a vida social, na forma capitalista, se volta para a valorização do mundo das coisas, do valor de troca, e não para a valorização do mundo humano. Pode-se igualmente entender porque a natureza do desenvolvimento da riqueza é desumana no capitalismo exatamente porque este desenvolvimento “se realiza dentro de uma forma social coisificada”, em síntese, dentro de uma forma social que é forma de desenvolvimento não do homem, mas do capital.

Nesse horizonte, tanto a vida humana como a vida natural (fauna e a flora), perde valor diante da valorização do capital – e são facilmente destruídas. Com esse exato sentido é que as destruições da vida humana e da natureza são “justificadas” pela “necessidade” de manter a reprodução ampliada da economia capitalista. Com efeito, a destruição permeia as relações “coisificadas”, espraiando-se na vida cotidiana como coisa natural e, entrementes, consubstanciando-se como *modos vivendi* das pessoas, dos grupos sociais, das sociedades, dos países. O mundo social “mercadorizado” configura-se, em última análise, como “necessária negação do futuro da humanidade”.

O assustador de tudo isso é que se a humanidade, que na atualidade se encontra quase em sua totalidade subordinada a essa lógica, caso não tome as rédeas da história e se decida sobre um novo processo de revolução rumo ao socialismo, será inevitável o colapso da reprodução biológica e social, ou seja, será inevitável a cessação da *continuidade* histórica da esfera do ser social e do ser orgânico.

Antes a coisa se punha assim: socialismo ou barbárie. Hoje: socialismo ou o colapso total da vida biológica e social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBENDROTH, W. *A história social do movimento trabalhista europeu*. Tradução de Ina de Mendonça. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ANDERSON, P. *Passagens da Antigüidade ao feudalismo*. Tradução de Beatriz Sidou. 5ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.

ARISTÓTELES. *Política*. Tradução de Torrieri Guimarães. São Paulo: Editora Martin Claret, 2002.

BONFIM, A. C. F. Habermas: trabalho, linguagem e forma de vida humana. *Anais da 25ª Reunião Anual da Anped- 2002*, CD ROM.

BOURDIE & PASSERON. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1975.

CHASIN, J. A determinação ontonegativa da politicidade. In: *Ensaio Ad Hominem; n. 1, tomo III – Política*. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.

CHILDE, G. *A evolução cultural do homem [Man makes himself]*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. *Geopédia: a mãe terra*. Tradução de Maria Lúcia G. Carvalho & Helena Godoy. Rio de Janeiro – São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda, 1995.

ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. Tradução de Leandro Konder. 15ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

HABERMAS, J. *Para a reconstrução do materialismo histórico*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

KOFLER, L; ABENDROTH, W; HOLZ, H. H. *Conversando com Lukács*. Tradução de Giseh V. Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

LEAKEY, R. *A origem da espécie humana*. Tradução de Alexandre Tort. Rio de Janeiro: Ciência Atual Rocco, 1997.

LEAKEY & LEWIN. *O povo do lago: o homem: suas origens, natureza e futuro*. Tradução de Nilce Galanti. Brasília: Editora UnB; São Paulo: Melhoramentos, 1988.

LESSA, S. *Sociabilidade e individuação*. Maceió: EDUFAL, 1995.

LUKÁCS, G. *Introdução a uma estética marxista: sobre a categoria da particularidade*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho & Leandro Konder. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978a.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: *Temas de Ciências Humanas*. V. 4. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humana LTDA, 1978b.

LUKÁCS, G. *Ontologia do ser social: a falsa e verdadeira ontologia de Hegel*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979a.

LUKÁCS, G. *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979b.

LUKÁCS, G. *Per l'ontologia dell'essere sociale*. V. II\*. Traduzione Alberto Scarponi. Roma: Editori Riuniti, 1981.

LUKÁCS, G. A autocritica do marxismo. In: Pinassi, M. O; Lessa, S (orgs.). *Lukács e a atualidade do marxismo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

LUXEMBURG, R. *A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. 2. ed. Tradução de Marijane V. Lisboa & Otto Erich W. Maas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MAESTRI FILHO, M. J. *O escravismo antigo*. 9. ed. São Paulo: Atual Editora; Campinas: Editora da UNICAMP, 1991.

MALTHUS, T. R. *Ensaio sobre a população*. Tradução de Antonio Alves Cury. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, K. *Miséria da filosofia*. São Paulo: Grijalbo, 1976.

MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução de Maria Helena B. Alves. São Paulo: Martins Fontes, 1977

MARX, K. *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico*. Vol. II e III. Tradução de Reginaldo Sant'anna. São Paulo: DIFELL, 1980-1985.

MARX, K. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Tradução de João Maia. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

MARX, K. *O capital*. Vol. I, tomo 1 e 2. Tradução de Regis Barbosa e Flavio Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, K. *O 18 brumário e cartas a Kugelman*. 6. ed. Tradução de Leandro Konder e Renato Guimarães. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MARX & ENGELS. *A ideologia alemã (Feuerbach)*. 10. ed. Tradução de José Carlos Bruni e Marcos A. Nogueira. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

MARX & ENGELS. *Manifesto do partido comunista*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira e de Leandro Konder. 8. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

MARX & ENGELS. *História* (Org. Florestam Fernandes). 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 2001.

MARX & ENGELS. *A sagrada família: ou crítica da crítica crítica*. Tradução de Fiana Hasse P. Brandão. 2. ed. Portugal: Presença/Brasil: Martins Fontes, s/d.

MÉSZÁROS, I. *Produção destrutiva e estado capitalista*. Tradução de Georg Toscheff. São Paulo: Ensaio, 1989.

OLDRINI, G. Em busca das raízes da ontologia (marxista) de Lukács. In: Pinassi, M. O; Lessa, S (orgs.). *Lukács e a atualidade do marxismo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

QUESNAY, F. *Quadro econômico dos fisiocratas*. Tradução de João Guilherme V. Netto. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

RICARDO, D. *Princípios de economia política e tributação*. Tradução de Paulo Henrique R. Sandroni. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SMITH, A. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas* (V. I e II). Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SILVA, J. A. F. Economia de subsistência e projetos de desenvolvimento econômico em áreas indígenas. In: DA SILVA, A. L; GRUPIONI, L. D. B (org.). *A temática indígena na escola*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

SOFRI, G. *O modo de produção asiático: história de uma controvérsia marxista*. Tradução de Nice Rissone. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

TERTULIAN, N. *George Lukács e a reconstrução da ontologia na filosofia contemporânea*. Conferência proferida no Programa de Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Federal de Ceará (UFC), 1996. Tradução de Manuel J. P. Fernandes (digitado).

**ABSTRACT**

This study demonstrates the problems that configure social reproduction, outlining the specificities of labor and education mediations. Its referential basis is Lukács' *Ontology of Social Being*, mainly the chapter *The Reproduction*. Distinct from other authors, such as, Marx, Rosa Luxemburg, Bourdieu and Passeron, the category of "reproduction" in Lukács acquires a broader and more complex approach, as an essential moment to make explicit the continuity of the being of the human social life, by the agency of its several stages throughout history. Being, that only reproduces itself for having, as its material substratum, an organic being and an inorganic being. And, from those beings it can never become independent. Nevertheless, as reproduction develops, the social being keeps away from itself the natural barriers, its immediate links with the natural world, when its configurational categories, predominantly natural, conquest a purely social predominance; an example may be found in the cases of alimentation, sexuality and labor division. On the other hand, distinct from the reproduction of the organic being, social reproduction realizes itself by the way of two different poles, but dialectically imbricated: reproduction of individual and reproduction of society. Reproductions socially mediated by countless complexes, such as, labor, language, education, labor division, cooperation, ideology, regulation of relationships and social activities etc. This study analyzes, facing this overall and more general categorical framework, the specific mediations of labor and education.

**Keywords:** reproduction, social being, labor and education.